

MILENA DA SILVEIRA PEREIRA

**INSULTOS E AFAGOS:
SÍLVIO ROMERO E OS DEBATES DE SEU TEMPO**

**FRANCA
2008**

MILENA DA SILVEIRA PEREIRA

**INSULTOS E AFAGOS:
SÍLVIO ROMERO E OS DEBATES DE SEU TEMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Capelari Naxara, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

**FRANCA
2008**

Pereira, Milena da Silveira

Insultos e Afagos : Sílvia Romero e os debates de seu tempo /
Milena da Silveira Pereira. –Franca: UNESP, 2008

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Brasil – História, Séc. XIX. 2. Literatura brasileira –
História, Séc. XIX. 3. Silvio Romero – Crítica e interpretação.

CDD – 869.909

MILENA DA SILVEIRA PEREIRA

**INSULTOS E AFAGOS:
SÍLVIO ROMERO E OS DEBATES DE SEU TEMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Capelari Naxara, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: Márcia Regina Capelari Naxara

1° EXAMINADOR:

2° EXAMINADOR:

Franca, de setembro de 2008

À Tia Susi

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Márcia R. Capelari Naxara pela orientação, confiança e apoio durante toda a realização do trabalho.

Ao Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira e à Profa. Dra. Tânia Regina de Luca pelas relevantes sugestões e apontamentos feitos no exame geral de qualificação.

Aos meus tios e mestres, Susani, em especial, e Jean, pelas discussões teóricas e amparo nos momentos difíceis.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, pelo financiamento dessa pesquisa.

E, por fim, à minha querida mãe Silvana, pela confiança e incentivo, ao meu querido irmão Marcello, à minha avó Célia, pelas conversas agradáveis, ao meu amor Mairun, companheiro de todas as horas, e ao amigo Ricardo.

RESUMO

O terceiro quartel do século XIX tornou-se conhecido como um efervescente palco de agitações culturais. Contou, entre outros acontecimentos, com o surgimento de uma “nova geração”, da qual Sílvio Romero foi um dos representantes por excelência. Nesse cenário, a polêmica, como procurarei desdobrar na dissertação, foi tomada como a forma mais profícua para o debate intelectual sobre a sociedade brasileira, sobre a construção da história da nação e sobre a produção literária, tendo se tornado um meio de interação, apresentação e autoafirmação dos intelectuais. Nos estudos sobre a obra de Sílvio Romero, a polêmica foi abordada sob diversos ângulos; contudo, o presente trabalho busca enfatizar sobretudo a polêmica como modeladora de uma idéia de Brasil e de povo brasileiro. Em outras palavras, partindo da hipótese de que a polêmica foi traço estruturante do pensamento do final do Oitocentos, proponho-me interrogar especificamente como um suposto discurso polêmico, sustentado pelas teorias evolucionistas, teria sido constitutivo da leitura que Romero fez da sociedade brasileira a partir da literatura nacional – por ele considerada o principal instrumento para o conhecimento do “espírito do povo brasileiro”. Questão que será explorada com o objetivo de se compreender os fundamentos dessa idéia de Brasil que então se consolidou e da qual somos de alguma forma herdeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Polêmica, Sílvio Romero, História, Literatura, Século XIX.

ABSTRACT

The third quarter of the XIX century has become known as an effervescent stage for cultural agitations. It counted, among other happenings, with the emerging of a “new generation”, from which Sílvia Romero was, by excellence, one of the representatives. In this context, the polemics, as I’ll try to show in this dissertation, appeared as the main platform to the intellectual debate over the Brazilian society, the construction of the nation’s history and the literary production, having become a way of interaction, introduction and self-assertion for intellectuals. In the studies on the work of Sílvia Romero, the polemics has been addressed from different angles; however, this work aims to emphasize, above all, the polemics as shaping an idea of Brazil and its people. In other words, assuming the hypothesis that the polemics was a part of the framework for the thought at the eight hundred’s, I propose myself to question especially how a supposed polemic speech, supported by the evolutionary theories, would have constituted Romero’s reading of the Brazilian society from the national literature – considered by him the main tool for knowing the “spirit of the Brazilian people”. This question will be explored with the objective of understanding the basis of that idea of Brazil which was then consolidated and from which we are heirs in a certain way.

KEYWORDS: Polemics, Sílvia Romero, History, Literature, XIX Century.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Parte I <i>Refregas Literárias no Final do Oitocentos Brasileiro</i>	12
1. No Calor da Hora	12
2. Arena das Disputas	42
Parte II <i>Um Pensamento Embriagado de Polêmica</i>	58
1. Silvio Romero: impressões de uma trajetória	58
2. Entre Lutas e Afirmações: uma imagem de Brasil	78
Considerações Finais	110
Bibliografia	112

Apresentação

Em 1858, o filósofo Herbert Spencer, defendendo a idéia de que a teoria da evolução era aplicável a qualquer ciência da mesma forma que era à biologia, afirmava que todas as relações sociais estavam submetidas à lei da “persistência do mais apto”. Em 1888, o letrado Sílvio Romero, em sua obra capital, *História da Literatura Brasileira*, declarava que “a luta pela existência na literatura e na arte [tinha] dois momentos capitais: um que é feito pelo próprio escritor em sua vida, e outro que é feito pela consciência pública e pela história depois de sua morte”. Separadas entre si por quase trinta anos, ditas em contextos relativamente diferentes, essas duas frases guardam, a despeito do sentido mais geral da primeira, uma ligação profunda quando contempladas à luz do cenário intelectual brasileiro do terceiro quartel do século XIX.

Desde meados do Oitocentos, é possível notar um processo de modernização no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, impulsionado, entre outros motivos, pela ascensão da economia cafeeira e industrial, pela urbanização, pelo aparelhamento técnico e institucional do país e pelo aperfeiçoamento do sistema de transportes e dos meios de comunicação. A capital do país, nessa época, já contava com ruas calçadas, iluminação a gás e bondes elétricos, bem como gozava de uma vida social relativamente intensa, com as opções de teatros, bailes, centros comerciais, jardins, cafés e passeios públicos. A vida cultural no Rio de Janeiro, desse modo, ganhava novos contornos, com a dinamização do processo de urbanização, a intensificação das atividades intelectuais e, ainda, com o apoio de D. Pedro II. Além disso, a maioria trouxe para o país um período de certa calma na política e possibilitou à imprensa atingir um maior grau de maturidade e se instalar definitivamente no seio da sociedade local.

Foi nesse cenário, ainda modesto, de transformação, institucionalização do país e efervescência cultural que surgiram os trabalhos da “nova geração” ou “geração de 70”, tal qual ficou conhecida. Os letrados, representantes desse tempo, haviam tomado para si a missão de modernizar a sociedade brasileira e edificar um saber que nos mostrasse a razão do nosso atraso e as formas de superá-lo. Nesse afã de consolidar um novo status para a nação e a literatura brasileiras, os beletistas oitocentistas buscaram igualmente sua auto-afirmação nesse meio. Daí nossa primeira interrogação: que papel a polêmica desempenhou nesse contexto? Daí ainda a ligação proposta acima entre a idéia expressa por Spencer de que a

sociedade estava submetida à lei da “persistência do mais apto” e aquela exposição de Sílvio Romero sobre como se fazer prevalecer na literatura brasileira, ou seja, a relação entre a teoria evolucionista, sustentada sobre a idéia de *struggle for life*, e a luta, apresentada por Romero, pela glória e sobrevivência no palco das letras nacionais.

É justamente essa questão do papel da polêmica no cenário da produção escrita nacional, ou melhor, da necessidade de afirmação dos homens de letras desse período, que será examinada nas páginas que se seguem. Na nossa análise do cenário de debates intelectuais do final do Oitocentos brasileiro, uma figura, cuja imagem se sobressai na documentação contemporânea dos literatos e na bibliografia posterior dedicada à cultura no século XIX, terá sua trajetória destacada: Sílvio Romero. A partir desse fio condutor, um outro questionamento foi suscitado: como Romero se posicionava no referido cenário do final do século XIX? A polêmica pode ser considerada uma prática, ou seja, um traço estruturante do pensamento dos letrados do terceiro quartel do século XIX? Essas perguntas serão desdobradas na primeira parte do trabalho, em que buscaremos, através da análise dos escritos dos letrados do final do Oitocentos e de estudos historiográficos sobre a vida literária do período, interrogar sobre a possibilidade de se falar em um padrão de escrita polêmico, bem como procuraremos mapear as formas de interação desses letrados e alguns embates que marcaram a época. Em outro momento dessa primeira parte, a indagação se dirige para o meio de divulgação dessas polêmicas, isto é, qual era a arena em que esses homens de letras se digladiavam, e igualmente se direciona para o processo de modernização por que passava a cidade do Rio de Janeiro – que se afirmava como centro convergente da intelectualidade. Por fim, a pesquisa procura notar se é possível identificar um novo estilo de escrita nos trabalhos desses letrados.

Na segunda parte deste estudo, passaremos à análise da obra de Sílvio Romero, desde os seus primeiros escritos literários da época da faculdade de Direito do Recife. A finalidade é percebemos, entre outros pontos, se um certo discurso polêmico sempre perpassou os escritos romerianos. Essas proposições e questionamentos serão articulados a outras indagações, como: o que é literatura para Romero? O que é para ele espírito nacional? Como ele mapeia a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro? Que elementos concorrem na construção do seu tipo brasileiro? Como o historiador se inscreve no cenário intelectual do Oitocentos brasileiro? Onde teria ido buscar estímulos intelectuais para o seu ponto de vista? O que ele entende por história ou por história literária?

Todas essas questões, portanto, estão direcionadas para a pergunta norteadora desse trabalho, a saber, o gosto pela polêmica ou a propensão à reação, à resposta rápida, acalorada

e contundente, modelou a idéia de Brasil e de povo brasileiro em Sílvia Romero, ou seja, em que medida esse discurso polêmico traduziu a forma de pensar do literato sergipano e dos homens do seu tempo?

Antes, porém, de respondermos a esse conjunto de questões, vale mencionar, que nosso objetivo, ao confrontarmos diversas vozes oitocentistas ou da virada do século – como o leitor notará – é tentar perceber com que vocabulário os letrados do final do século XIX construíram seu mundo. Através, pois, de um número significativo de citações de textos de época – umas, por certo, longas, outras nem tanto –, pretendemos dar a conhecer as suas impressões sobre o tempo, suas opções de escrita e o papel que atribuíam ao conhecimento. Contudo, a historiografia e estudos críticos sobre Sílvia Romero e sobre o período, ainda que menos citados diretamente e sobretudo referenciados em nota de rodapé, cumpriram papel não menos decisivo nessa empreitada, pois ajudaram a definir nosso percurso e a encaminhar nossas conclusões.

Parte I

Refregas Literárias no Final do Oitocentos Brasileiro

A luta é, pois, entre os indivíduos, como representação de modos de ser literários.

Pedro Couto

A minha espada é a pena de polemista, que só a morte me arrancará da mão.

Sena Freitas

A virtude prova-se no meio da luta. A sociedade não é um convento de monjas. Que grande mérito advém em não cobrir-se de pó a quem não sai à liça do combate e deixa-se tranquilamente ficar em doce e sossegado aposento?

Sílvio Romero

1. No Calor da Hora

Tobias Barreto (1839-1889), mestre e companheiro de Sílvio Romero (1851-1914) na “Escola do Recife”, comentou certa vez que a crítica nesse historiador sergipano sempre andou lado a lado com a polêmica, isto é, o crítico e o polemista, disse Barreto, “faziam no autor uma tal aliança que infalivelmente haviam de deparar quem lhe caísse nas unhas”. Aquilo que o crítico deixava, continua Barreto, “o polemista ia atirando fora, sendo o resultado ficarem os pobres autores completamente despidos”.¹ José Veríssimo (1858-1916) chegou a afirmar, igualmente, que a tinta de escrever embriagava-o a ponto de perder a cabeça.²

Outra passagem ilustrativa dessa fama do historiador sergipano foi a declaração de Araripe Júnior (1848-1911), seu contemporâneo na Faculdade de Direito do Recife, o qual revelava que, quando Romero apareceu no Rio de Janeiro, “dir-se-ia que uma cascavel, vinda

¹ BARRETO, Tobias apud ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira** [1888]. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. 5 v, p. 34.

² VERÍSSIMO, José. **Que é literatura?** E outros Escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 245.

dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à rua do Ouvidor e ameaçava a todo o mundo com a violência de sua mortífera peçonha”.³

Apresentar Sílvio Romero como um agitador, como um crítico polêmico e apaixonado ou como uma “imagem nervosa do país”⁴ tornou-se um lugar-comum tanto nos estudos sobre Romero quanto na historiografia literária brasileira. Todavia, a partir dessas afirmações sobre o caráter polemista de Sílvio Romero, pode-se levantar um problema: será que este estilo belicoso de Romero foi singular no período? Ou será que a polêmica pode ser considerada uma prática, ou seja, um traço estruturante do pensamento dos letrados do terceiro quartel do século XIX?

De saída, podem ser sublinhadas algumas declarações de intelectuais do período que participaram do inquérito literário de João do Rio (1881-1921) – *O Momento Literário*.⁵ Félix Pacheco (1878-1935), por exemplo, figura literária proeminente, pontua que “quem deseja vencer, deverá começar demolindo, porque, no fim de contas, só essa fúria iconoclasta pode ter a virtude de arrombar a porta e facilitar a entrada”.⁶ Elísio de Carvalho (1880-1925), outro entrevistado, define-se como “um apaixonado, um homem de idéias extremas, um espírito combativo, um enérgico, um impulsivo”, e, acrescenta inclusive, “um rebelde **nato**”.⁷ Gustavo

³ ARARIPE JÚNIOR, T. A. Sílvio Romero Polemista [1898/1899]. In: _____. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária.** Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 319.

⁴ Definição dada por Antonio Candido na introdução de seu livro de antologia de textos de Sílvio Romero. Cf. ROMERO, Sílvio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária.** Sel. e introd. Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

⁵ Neste livro, Paulo Barreto, mais conhecido por seu pseudônimo João do Rio, pretendeu realizar uma entrevista literária com importantes nomes de nosso meio intelectual, contendo as seguintes perguntas: 1. “Para sua formação literária, quais os autores que mais contribuíram?”; 2. “Das suas obras, qual a que prefere? Especificando mais ainda: quais, dentre os seus trabalhos, as cenas ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere?”; 3. “Lembrando separadamente a prosa e a poesia contemporâneas, parece-lhe que no momento atual, no Brasil, atravessamos um período estacionário, há novas escolas (romance social, poesia de ação, etc.) ou há a luta entre antigas e modernas? Neste último caso, quais são elas? Quais os escritores contemporâneos que as representam? Qual a que julga destinada a predominar?”; 4. “O desenvolvimento dos centros-literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte?”; e, por fim, 5. “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”. Essas cinco questões foram respondidas por: Olavo Bilac, João Ribeiro, Sílvio Romero, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Lima Campos, Afonso Celso, Luís Edmundo, Clóvis Beviláqua, Nestor Vitor, Pedro Couto, Artur Orlando, Padre Severiano de Resende, Guimarães Passos, Curvelo de Mendonça, Félix Pacheco, Silva Ramos, Garcia Redondo, Frota Pessoa, Osório Duque Estrada, Fábio Luz, João Luso, Mário Pederneiras, Rodrigo Otávio, Inglês de Sousa, Rocha Pombo, Laudelino Freire, Magnus Söndhal, Elísio de Carvalho, Sousa Bandeira, Gustavo Santiago, Júlio Afrânio, Augusto Franco, Alberto Ramos, Raimundo Correia. João do Rio, resumindo essa obra, declara que “há, há de tudo. Cada um desses homens dirá o que foi, o que é, o que pensa do futuro. Cada um desses homens julgará os outros, e, de súbito, mergulhado no círculo das vaidades, ouvirá você os bons, os coléricos, os indiferentes, os irônicos, os altivos, os vagos, os místicos, debatendo-se no turbilhão das teorias da arte”. Cf. RIO, João. **O Momento Literário.** Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?], p. XVI.

⁶ RIO, João. **O Momento Literário,** p. 170.

⁷ *Ibid.*, p. 263. (grifo do autor)

Santiago, igualmente, vai afirmar que “nunca o Brasil intelectual andou um quarto de hora mais belicoso”.⁸

Esse discurso acerca da necessidade de se ter uma crítica acirrada e de se manter polêmicas foi sempre um dos traços característicos dos intelectuais⁹ do tempo. A polêmica, como ressalta a historiografia,¹⁰ fez parte do quadro de costumes literários da época, ou seja, para os letrados do final do século XIX e início do XX, ela foi tomada como um gênero literário e, muitas vezes, como o principal meio de propagação de idéias. Foi ainda entendida como uma espécie de obrigação para alguns letrados interessados em participar daquele meio e em defender seus nomes e seus princípios. José Veríssimo, por exemplo, malgrado tenha travado brigas intermináveis com Sílvio Romero, afirmava que não havia homem, “escritor público ao menos, mais avesso [à] polêmica e [às] questões pessoais e aos dize tu direi eu das nossas miseráveis disputas literárias” do que ele próprio, “o autor destas linhas”. A polêmica aparece para esse crítico paraense, portanto, como “um dos nossos mais feios costumes”, ao qual só cedia “forçado e com profundo aborrecimento”. Dizia Veríssimo que as idéias tinham valor por si mesmas e não eram necessários berros ou gritarias.¹¹

Apesar de algumas ressalvas, contudo, era a polêmica, como é possível observar nos estudos posteriores e mesmo nos próprios escritos desses homens, “o entretenimento predileto dos intelectuais” do final do Oitocentos, isto é, o beletrista que queria se destacar acreditava que o recurso mais eficiente seria aguardar uma oportunidade para entrar em polêmica com quem quer que fosse, “a propósito dos assuntos em que se sentisse mais à vontade”.¹² Era constante, nesse tempo, a elevação de um intelectual a partir de uma contenda travada com outro, o que tornava o discurso polêmico um meio de interação, apresentação e auto-

⁸ RIO, João. **O Momento Literário**, p.293.

⁹ O termo intelectual aparece nesse texto como uma tradução para homem de letras.

¹⁰ Cf. BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil – 1900**. [1956] 2ª Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960. (Coleção Documentos Brasileiros), p. 201. Além disso, Machado Neto, em seu estudo sociológico sobre a vida literária entre 1870-1930, relata que, pela frequência e constância, a polêmica acabou por se tornar uma instituição da “República das Letras”, ou seja, “raro era o homem de letras e até, mesmo, o homem público que tivesse passado a vida sem experimentar a vivência belicosa da polêmica”. Cf. MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras** (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930). São Paulo: Edusp, 1973, p. 146-152; Roberto Ventura, ainda, que buscou entender a formação da crítica literária e do pensamento social brasileiro tomando como ponto de partida os debates entre Sílvio Romero e seus contemporâneos, destaca que “a polêmica se [tornou] uma versão folhetinesca e seriada da crítica literária e filosófica. Como os romancistas, que publicam seus livros como capítulos de folhetim nos jornais e revistas, os críticos recorrem às polêmicas na imprensa, de modo a ampliar a circulação de suas idéias e divulgar seu nome, criando renome”. Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 148.

¹¹ VERÍSSIMO, José. Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero [1906]. In: _____. **Que é literatura? E outros Escritos**, p. 237.

¹² Cf. MENDONÇA, C. Sússekind. **Sílvio Romero**. Sua Formação Intelectual (1851-1880). São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938. Brasileira. Série 5ª. Vol. 114, p. 76.

afirmação desses homens no palco das letras. Exemplo disso foi a célebre polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*.¹³

Tendo vindo à luz em 1856, *A Confederação dos Tamoios*,¹⁴ de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), nosso “patriarca da independência romântica do Brasil”,¹⁵ foi tida, no país, como um marco literário e social, em razão do entusiasmo e do patrocínio do Imperador D. Pedro II. Magalhães, nesses poemas, pretendeu realizar uma epopéia indianista brasileira, a fim de forjar, a partir da exaltação do índio, uma nacionalidade brasileira. Nesse mesmo ano de 1856, José de Alencar (1829-1877) lança as *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*, em que aponta, sem negar completamente o trabalho do romântico, as falhas de Magalhães ao tratar daquele “magnífico” objeto e apresenta formas que ele considera mais adequadas de apropriação do tema, ou seja, do indianismo. Essa contenda assinala o momento culminante do indianismo no Brasil, momento em que José de Alencar estabelece as bases de toda a sua teoria indianista. O jovem Alencar, nessa época, era uma figura pouco conhecida no meio intelectual e estas *Cartas*, que manifestam claramente o seu interesse em promover uma polêmica, abriram as portas para sua entrada tanto no meio cultural como na política, nas suas próprias palavras,

tendo concluído as minhas cartas, embora não merecessem elas as honras de uma refutação, julguei que ao menos em atenção ao poema, dessem causa a uma dessas polêmicas literárias, que tem sempre a vantagem de estimular os espíritos a produzirem alguma coisa de novo e de bem.¹⁶

Sílvio Romero, comentando, tempos depois, esse episódio, mostrava certa admiração pela postura assumida por José de Alencar:

vai para trinta anos no Rio de Janeiro aparecia um jovem escritor. Vinha cheio de entusiasmo e esperanças, e um dos seus primeiros feitos foi atacar desapiedadamente um livro de um colega de letras, mais velho e mais conhecido que ele. O ataque foi renhido e houve grande agitação nos arraiais literários. O recém-chegado era um valente e o adversário um nome ilustre.¹⁷

Sobre essa questão da emergência de um nome a partir das polêmicas, merece destaque, ainda, o ataque de Sílvio Romero ao romantismo. Este estudioso sergipano, imbuído

¹³ Cf. **A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. Introd. José Aderaldo Castello. São Paulo: FFLCH/Seção de Publicações, 1953.

¹⁴ Em 1855, a propósito, já havia sido publicada uma pequena edição de luxo do poema. Cf. Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”. In: BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (org). **Duelos no Serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005, p. 17.

¹⁵ Designação utilizada por José Aderaldo Castello para caracterizar Gonçalves de Magalhães. Cf. CASTELLO, J. Aderaldo. **A Literatura Brasileira: origens e unidades (1500-1960)** [1965]. São Paulo: Edusp, 1999. 2 v, p. 161.

¹⁶ **A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**, p. VII.

¹⁷ ROMERO, Sílvio. Valentim Magalhães [1884]. In: _____. **Autores Brasileiros**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa), p. 59.

de um pensamento naturalista, buscou negar completamente as idéias românticas, chegando mesmo a afirmar que o romantismo era um cadáver pouco respeitável, e não havia salvação futura. Todavia, apesar da busca em afirmar novos princípios, ao analisarmos sua obra, fica clara a presença de muitas idéias caras aos românticos, especialmente a busca pelo espírito do povo brasileiro. Além disso, foram essas primeiras críticas ao romantismo que lançaram nosso autor no meio intelectual da época, quando então, ainda nos tempos de graduação na Faculdade de Direito do Recife, escreveu *A Poesia Contemporânea* (1873)¹⁸ e, especialmente, depois da publicação de *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* (1880).¹⁹

É verdade, a propósito, que a polêmica de um modo geral pode nos levar a pensar em reflexão rápida, superficial, movida pelo calor da hora, ou mesmo, em textos repletos de muito tempero, de defesas apaixonadas, de interpelações irônicas, de xingamentos explícitos e de um sem-número de outros atrativos. Todavia, é verdade também que, no afã de criticar ou se defender, os literatos do período criaram textos que são muitas vezes permeados de fina erudição, alguns dos quais acabaram por se tornar obras de peso na historiografia literária.

Esses produtores da polêmica, com seus fôlegos inesgotáveis, mergulhavam de corpo e alma na contenda, produzindo um número significativo de escritos. Com um ritmo acelerado, esses letrados passavam dias e noites com suas penas em ação, pelo simples prazer de fazerem prevalecer seus pontos de vista perante a opinião dos leitores.²⁰ Debatiam, defendiam e afirmavam suas posições nos jornais e revistas com uma velocidade assombrosa, tendo algumas refregas acontecido em curtos intervalos. Na já citada polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*, por exemplo, em menos de dois meses, de junho a agosto de 1856, José de Alencar lançou oito consideráveis cartas no *Diário do Rio de Janeiro* e, ainda, foram publicadas, nesse mesmo intervalo de tempo, diversas respostas em defesa de Gonçalves de Magalhães. Outra conhecida contenda, entre José de Alencar e o jovem Joaquim Nabuco (1848-1910) sobre a peça *O Jesuíta*, também foi marcada pela rapidez e o volume de escritos.²¹ Tendo sido a peça de Alencar um insucesso de público, Nabuco passou da análise depreciativa da peça a um ataque geral à obra do indianista cearense, o qual se defendeu com a mesma veemência com que fora atacado. Esses dois letrados passaram mais

¹⁸ Este texto serviu de prefácio, sob o título de *A Poesia Hoje*, ao seu livro de poemas *Cantos do Fim do Século* (1878).

¹⁹ Compilação de seus escritos, publicados na imprensa do Recife de 1872 a 1874.

²⁰ BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (org). **Duelos no Serpentário**, p. 8.

²¹ Cf. COUTINHO, Afrânio. **A Polemica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

de três meses, de setembro a novembro de 1875, digladiando-se diariamente no jornal *O Globo*.²²

A necessidade de afirmação desses letrados do final do Oitocentos²³ mostrava-se cada vez maior, principalmente pelo fato de que o pequeno público leitor tinha de ser disputado. Em uma sociedade que estava dando os primeiros passos rumo à modernização, com uma imprensa se firmando, uma população de mais de 70% de analfabetos e uma literatura, como nos lembra José Veríssimo, “de poucos, interessando a poucos”,²⁴ essa disputa para se fazer prevalecer apresentava-se indispensável.²⁵ Veríssimo, no que se refere a essa questão da falta de leitores, assevera:

o número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em cem brasileiros ou habitantes do Brasil. Difícil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar tão alta proporção de iletrados. Assentado esse fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente, o leitor e consumidor dos seus produtos. Dois milhões de leitores bastariam em um país do Norte de gente amiga da leitura, como os escandinavos, os alemães, os holandeses, os anglo-saxões para sustentarem uma literatura; em um país católico-latino, e sobretudo, latino-americano, são de todo o ponto insuficientes.²⁶

Na visão desses homens, como se pode notar, era necessário muito esforço para ser ouvido e ter o nome realçado entre os intelectuais da época. Além do trabalho solitário com suas penas de defesa e ataque, outra estratégia era o grupalismo, a guerra de *coteries* literárias, os elogios mútuos, as metáforas bélicas, protecionismo e perseguições.²⁷ Esses letrados, de certo modo, se reuniam em grupos por afinidade de princípios, visando obter respaldo em seus trabalhos ou mesmo só por interesses, ou seja, em virtude da carência de um número significativo de grandes vultos ou de uma intelectualidade consolidada, agrupavam-se em

²² Sobre essa questão, George Ermakoff, no prólogo do seu livro de antologia de polêmicas, mostra-se admirado com a disponibilidade dos polemistas para tantos escritos e a rapidez com que se travavam os “sucessivos rounds”. De acordo com ele, “em sua primeira carta ao poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, o escritor José de Alencar alegava não ter tempo para uma análise mais profunda da obra, mas não se furtou a produzir um arrazoado composto por oito cartas extremamente extensas. Imaginem se tivesse!”. Destaca, ainda, que “na contenda entre o cônego Joaquim Pinto de Campos e o general Abreu e Lima, a respeito das bíblias falsificadas, numa das três fases da discussão, o religioso fez publicar por mais de trinta dias seguidos textos em letras microscópicas que ocupavam quase uma página do avantajado *Diário de Pernambuco*”. Cf. BUENO; ERMAKOFF. (org). Prólogo. In: op. cit., p. 8.

²³ Não só nos intelectuais do final do século XIX se tornou notória a necessidade de afirmação, mas também em toda a vida intelectual brasileira isso foi uma constante.

²⁴ VERÍSSIMO, José. Das Condições de Produção Literária no Brasil [1900]. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1977, p. 47.

²⁵ Cf. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 64.

²⁶ VERÍSSIMO, op. cit., p. 46.

²⁷ Cf. MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras**, p. 24.

torno de figuras mais proeminentes com a finalidade de se sobressaírem no meio. Sobre esse ponto, Romero não se exime de assinalar que a vida intelectual brasileira era simples, pobre e sem “*vultos* de sua história bem definidos e caracterizados”. Para ele,

nas terras sem trações mentais arraigadas e fecundas, onde o povo não tem ainda a consciência clara de si mesmo, nem uma vista certa do presente e uma intuição provável do futuro, – os homens são caprichosos, mudam de feições quase sempre. É que não há a grande luta das idéias, a única que sabe classificar personagens.²⁸

Essa idéia de disputa, luta e polêmica era sustentada, em grande medida, pela teoria evolucionista, como declaram os intelectuais da época.²⁹ O discurso evolucionista³⁰ justificava a violência de tais debates como necessária à propagação das novas idéias e ao aperfeiçoamento cultural e social. De acordo com a conjectura cientificista – a qual buscava edificar um saber que nos mostrasse a razão do nosso atraso e as formas de superá-lo –, a violência dos ataques e o massacre verbal eram entendidos como uma aplicação, no mundo das letras, da lei da “seleção natural”, isto é, um “darwinismo da crítica”,³¹ que pretendia eliminar os mais fracos e inaptos pelo mais forte e apto. Para esses homens de letras do terceiro quartel do século XIX, só a polêmica era capaz de depurar o meio e eliminar aqueles que dificultavam o caminho rumo ao progresso, sendo seu objetivo convencer os leitores sobre quem estava certo, isto é, cabia à polêmica contribuir para o processo de seleção e depuração das obras e escritores.³²

A bem da verdade, havia sim meios, não polêmicos, de se adentrar na vida literária nesse tempo. Nas palavras de Félix Pacheco, afora a luta e a demolição do adversário para entrar no meio, “o que resta é apenas a docilidade passiva, o respeito aos medalhões, a subserviência miserável e ignóbil – elemento seguro e infalível para a subida rápida”,³³ como bem nos lembra Machado de Assis (1839-1908) em seu clássico conto *A Teoria do Medalhão*. Todavia, apesar desse jogo entre combate e aceitação, disputa e subserviência, limitemo-nos aqui a tentar interrogar sobre a existência de um possível padrão de escrita polêmico entre os homens de letras do final do século XIX.

²⁸ ROMERO, Sílvio. O Romantismo no Brasil [1880]. In: _____. **Literatura, História e Crítica** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa), p. 87.

²⁹ Na segunda parte deste trabalho essas idéias serão melhor desdobradas.

³⁰ Sílvio Romero define o evolucionismo no livro *Doutrina contra Doutrina* como sendo a doutrina em que “palpita mais intenso o coração do século e agita-se a alma do futuro”. Sobre a teoria evolucionista Cf. ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra Doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil [1894]*. In: _____. **Obra Filosófica**. Introd. e Sel. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

³¹ Cf. Id., **História da Literatura Brasileira**, p. 59.

³² Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 80.

³³ PACHECO, Felix apud RIO, João, **O Momento Literário**, p. 170.

Na década de 70 do Oitocentos brasileiro, ainda a crítica literária estava florescendo entre nós e uma “nova geração”³⁴ mostrava-se já fortemente empenhada em construir uma orientação nova, em buscar novos rumos para romper com o padrão retórico da crítica anterior, limitada à análise intra-textual. Era necessário, na visão de um dos seus principais representantes, Sílvio Romero, deixar de julgar os produtos literários por meio de “convenções retóricas” e começar a conceber a crítica “como uma vasta e complexa atividade de análise realista e rejeição de preconceitos mentais, com vistas a uma reavaliação objetiva de toda a cultura”.³⁵ Estava surgindo, assim, uma crítica de caráter cientificista, que defendia uma postura de verdade, neutralidade e objetividade na análise literária e cultural, ou seja, as idéias naturalistas, evolucionistas e racistas propagadas nesse tempo passaram a ser encaradas como verdades universais, exercendo um enorme fascínio na intelectualidade.³⁶ Sílvio Romero, nesse sentido, afirma que, quando foi transportado para o Recife, procurou “tomar parte nas lutas ali então travadas, escolhendo o campo intelectual mais de harmonia com o [seu] temperamento: a crítica”.³⁷ E mais, defende na sua introdução ao livro *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* que

[...] só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor. Ela, aqui, não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látigo destruidor e desfazer as **legendas**, para afirmar a luz.³⁸

Essa concepção de crítica como caminho para a melhoria do país, como um princípio maior para o conhecimento da personalidade do autor e da obra e/ou como um farol para desvendar as verdades da sociedade,³⁹ era partilhada por muitos desses homens de letras.

³⁴ Denominação de Machado de Assis para essa geração que estava surgindo. Cf. A Nova Geração [1879]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 29, p. 180-244.

³⁵ Definição de crítica que Antonio Candido percebeu na obra de Romero. Cf. CANDIDO, Antonio. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**, p. XIV.

³⁶ Essas idéias serão melhor desenvolvidas na segunda parte do trabalho. Sobre o desenvolvimento da crítica Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos** [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981; COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil. Realismo-Naturalismo-Parnasianismo** [1955]. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americano S. A., Vol. III, p. 1969.

³⁷ ROMERO, Sílvio. Zeverissimações Ineptas da Crítica: repulsas e desabafos [1909]. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 558. Vale destacar aqui que Antonio Candido, em **O Método Crítico de Sílvio Romero**, define Romero como “o primeiro grande crítico e fundador da crítica no Brasil”, aquele a quem coube lançar “as bases mais sólidas para a compreensão da nossa literatura”. É necessário voltarmos a Romero, continua Candido, “se quisermos compreender a formação do espírito crítico no Brasil. Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero** [1945]. São Paulo: Edusp, 1988, p. 9.

³⁸ ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* [1880]. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, p. 39. (grifo do autor)

³⁹ É importante pontuar aqui, que a preocupação com a obra em si mesma, com a literariedade do texto, é uma preocupação até certo ponto recente, uma preocupação do século XX, não presente nos críticos do final do XIX,

Machado de Assis, contudo, anos antes e com uma concepção um pouco mais moderada de crítica, resguardava a necessidade de se estabelecer “a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade”, ou seja, defendia que se estabelecesse “a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada”, a qual, para ele, seria “o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos”. E apelava, inclusive, para que se condenasse “**o ódio, a camaradagem e a indiferença**”, três chagas da crítica que deveriam ser substituídas por sinceridade, solicitude e justiça, pois só assim teríamos “uma grande literatura”.⁴⁰ O romancista, nestas passagens sobre o *Ideal do Crítico*, censurou a tendência da crítica a se tornar combativa e militante, direcionada a defender e elogiar amigos e a atacar os oponentes, uma crítica que, menos do que propagar novas idéias e aperfeiçoar a cultura e a sociedade brasileira, visava afirmar o lugar dos próprios “combatentes” no cenário intelectual.

E nesse afã de defender seu lugar na intelectualidade brasileira, a grande maioria dos letrados se agrupava, como pontuado acima, em *coteries* ou “igrejinhas”,⁴¹ o que colaborou significativamente para a agitação e efervescência desse período. Essas “panelinhas literárias” tornaram-se uma espécie de associação de ajuda mútua na República das Letras para assegurar a posição de certos grupos no centro da vida literária.⁴² Em cada fase do período, uma “igrejinha” intelectual estava na “berlinda da vigência” e era alvo predileto tanto dos elogios como dos ataques, ou seja, foi constante, no Brasil, a existência de um grupo literário que se constituiu, de um modo geral, como o grupo oficial, dominante na vida literária. Todavia, é muito difícil definir as “igrejinhas” detentoras de poder e as que almejavam esse posto, em razão da mobilidade de suas posições táticas, da rapidez com que faziam e desfaziam alianças, da rivalidade de ocasião, entre outros fatores.

Os próprios contemporâneos, vale ressaltar, utilizavam esse vocabulário para definir os grupos adversários. José Veríssimo, por exemplo, ao se defender, em 1906, das investidas de Romero no *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906), declara que o historiador sergipano “junta infalivelmente sempre a negação de tudo e de todos, o ataque, a afronta a todos os que não comungam na **igrejinha** por ele levantada ao seu manipanço, o propósito de demolir e destruir quantos pudessem concorrer com este na devoção que lhe

tidos como críticos realistas-naturalistas. Sobre essa questão Cf. CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade** [1965]. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

⁴⁰ MACHADO DE ASSIS. *Ideal do Crítico* [1865]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 29, p. 12. (grifo nosso)

⁴¹ Quando se falar em igrejinha ou panelinha será usado sempre entre aspas, em razão do significado pejorativo que estas palavras tiveram para a época e mesmo para os estudos posteriores, bem como por ter se tornado uma espécie de conceito para esses letrados do final do século XIX.

⁴² Cf. MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras**, p. 129.

erigiu”.⁴³ E Sílvio Romero, replicando José Veríssimo e condenando sua relação com grandes homens, também utiliza esse vocábulo ao declarar que, “com essa guarda de padrinhos, o caboclo paraense couraçou-se até hoje e habilitou-se para maltratar todos os talentos alheios à **panelinha** ou a ele infensos”.⁴⁴ Como se vê, os questionamentos, de certo modo, iam sempre no mesmo sentido de apontar que aquele ou este letrado só faziam críticas aos que não pertenciam à sua “panelinha”.

No que se refere às “panelinhas” ou “igrejinhas”, merece relevo a famigerada Escola do Recife, da qual participaram alguns conhecidos nomes do pensamento brasileiro, entre os quais, especialmente, Sílvio Romero e Tobias Barreto. Esses dois homens defenderam a “Escola” como suas próprias vidas. Sílvio Romero, que nunca se cansaria de destacar as virtudes de sua geração formada no Recife, foi quem denominou, muito pomposamente, estas agitações intelectuais na capital de Pernambuco de “Escola do Recife”. De acordo com ele, nessa época, “um ar fresco de reforma e renovamento [...] passou os mares e tocou em Pernambuco, primeiro porto nacional destacado para o Oriente”. A partir disso, acrescenta, “tudo começava a revestir-se de novos rebentos e de novas folhagens”.⁴⁵ Clóvis Beviláqua (1859-1944), igualmente, em sua *História da Faculdade de Direito do Recife*, declarava que nesse período teve início um “brilhante movimento intelectual, que teve por teatro a cidade do Recife”,⁴⁶ ou ainda, em *Épocas e Individualidades – estudos literários*, relata que Sílvio Romero “se fez um dos *corifeus* do glorioso grupo que teve o alto mérito de ser introdutor do espírito novo, da ciência moderna nos escuros arraiais de nossa atrasada mentalidade”.⁴⁷

Malgrado os participantes dessas agitações no Recife defendessem esta como uma Escola ou mesmo como um centro de debates intelectuais e um processo de inovação no Brasil, outros, como por exemplo José Veríssimo, reduziram as proporções da figura de Tobias Barreto⁴⁸ e negaram a importância, e mesmo a existência, dessa “Escola do Recife”.⁴⁹

⁴³ VERÍSSIMO, José. **Que é literatura?** E outros Escritos, p. 279. (grifo nosso)

⁴⁴ ROMERO, Sílvio. Zeverissimações Ineptas da Crítica. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 505. (grifo nosso)

⁴⁵ ROMERO, Sílvio apud MENDONÇA, C. Süsskind. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1936, p. 50-51.

⁴⁶ BEVILÁQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927, p. 83.

⁴⁷ Id., **Épocas e Individualidades** – estudos literários. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1888, p. 125.

⁴⁸ Sílvio Romero nutria uma admiração quase sem limites pelo mestre e companheiro Tobias Barreto, tendo sido muitas das polêmicas travadas ao longo de sua vida em defesa do amigo do Recife. De um modo geral, pode-se dizer que foi Romero quem construiu a imagem de Tobias Barreto, tido pelo polemista sergipano como umas das mentes mais brilhantes do Brasil do final do XIX.

⁴⁹ Afrânio Coutinho, igualmente, tempos depois, afirma que a denominação de escola para o movimento do Recife é inapropriada, pois este não possuía nem “unidade de pensamento”, nem “colorido literário”, bem como reduz o papel da Escola do Recife ao de um centro de agitação intelectual análogo aos existentes em torno das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda e da Faculdade de Medicina da Bahia. Cf. COUTINHO, Afrânio. *A Crítica Naturalista e Positivista*. In: _____. **A Literatura no Brasil**. Vol. III, 1969.

Veríssimo afirma que a influência de Tobias se exerceu principalmente no Norte, e se deu em razão de ele “ter possuído em alto grau as qualidades [...] necessárias à eficácia das propagandas”. Acrescenta igualmente que a sua ação foi mais “ruidosa que profunda, conquistando ele principalmente a mocidade pelas qualidades brilhantes de orador espirituoso e vivo, pela indisciplina da sua vida e pela luta com a tradição acadêmica”.⁵⁰ Para esse escritor paraense, a mais considerável expressão desse movimento, um “produto direto do estilo criado em Pernambuco por Tobias Barreto, mas **concebido e realizado no Rio de Janeiro**”, foi a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero.⁵¹ Como ele, Carlos de Laet (1848-1927) refuta a denominação “Escola do Recife” e a apelida de “escola teuto-sergipana”, em razão de seus dois fundadores, tão afeiçoados à cultura alemã, terem nascido em Sergipe.⁵²

Outra importante “panelinha” do período foi a do grupo de Machado de Assis, o qual fundou a *Revista Brasileira* e estava na cabeceira da criação da Academia Brasileira de Letras. Entre os homens que nutriam uma enorme admiração e estima por Machado e compunham o seu grupo merecem destaque José Veríssimo, Lúcio de Mendonça (1854-1909), Coelho Neto (1864-1934), Visconde de Taunay (1843-1899) e Joaquim Nabuco. A Academia Brasileira de Letras, dada a proeminência da atuação do “Bruxo do Cosme Velho” – como viria a ser conhecido – e ao posto vitalício de presidente que conquistou, não esteve longe de ser identificada como a “panelinha” de Machado de Assis. Além disso, o romancista fluminense tinha um enorme poder nas eleições para as cadeiras do Silogeu, de que é caso exemplar o episódio da eleição de Mário de Alencar (1872-1925) para a cadeira desocupada com a morte de José do Patrocínio (1854-1905).

O famoso romancista Domingos Olímpio (1851-1906), concorrente do filho de José de Alencar, era um homem maduro, diretor da revista *Os Anais* e consagrado pela crítica com suas obras *Luzia-Homem* e *O Almirante*, enquanto Mário de Alencar, ainda moço, apresentava-se como herdeiro de um nome ilustre e pupilo de Machado de Assis. Aparentemente, a escolha deveria pender para Domingos Olímpio, cuja experiência e méritos literários eram já reconhecidos, entretanto, Mário de Alencar, protegido por dois poderosos padrinhos, Machado de Assis e Barão do Rio Branco (1845-1912), tornou-se o novo membro do “egrégio sodalício”.⁵³ Essa eleição, desse modo, foi a primeira a ter o resultado contestado

⁵⁰ VERÍSSIMO, José. A Literatura Provinciana. In: _____. **Que é literatura?** E outros Escritos, p. 127-128.

⁵¹ Id. **História da Literatura Brasileira** [1916]. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, p. 235.

⁵² Cf. RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 43).

⁵³ Cf. BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**, p. 59-60.

abertamente por um membro da ABL, causando grande furor dentro do grêmio e mesmo nos jornais da época. Alcindo Guanabara (1865-1918), em *O Paiz*, criticou o resultado, classificando-o como uma injustiça contra um homem de letras consagrado, e declarou que isso era a prova de que, “mesmo no centro dos imortais, o que prevalece não é a justiça, mas o favoritismo”.⁵⁴

E por falar em favoritismo, a Academia Brasileira de Letras ficou igualmente conhecida pelo privilégio que os seus membros tinham em relação aos outros letrados que não faziam parte dessa associação literária. A Academia, nesse sentido, proporcionava a ocupação de cargos públicos, a participação em atividades literárias mundanas, como, por exemplo, conferências, saraus, jantares, salões e a colaboração assídua na imprensa. Além disso, os livros dos imortais eram aceitos e divulgados como verdadeiras obras-primas, enquanto a produção artística daqueles que não faziam parte do círculo acadêmico acabava dependendo, muitas vezes, da complacência dos editores e do público leitor. Entre os seus membros estavam, inclusive, aqueles letrados mais lidos e conhecidos do público, em razão do favoritismo na publicação e divulgação das obras dos acadêmicos. Eram eles: Olavo Bilac, o mais lido (6,9%); Machado de Assis (5,8%); Alberto de Oliveira e Coelho Neto (5,3%); Aluísio Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela e Gonçalves Dias (4,7%); Graça Aranha e Raimundo Correa (4,2%); Curvelo de Mendonça, Cruz e Sousa, José de Alencar e Luís Delfino (3,7%); Euclides da Cunha (3,1%); Álvares Azevedo, Emílio de Meneses e Luís Murat (2,6%); e os restantes sessenta e seis autores indicados pelo público leitor dividiam os 63,7% da preferência.⁵⁵

A Academia Brasileira de Letras, portanto, acabou por se tornar ponto de referência necessário à vida cultural brasileira daquele tempo, ditando regras e comportamentos, além de ser vista, de acordo com os conceitos da época, como “uma espécie de aposentadoria intelectual”.⁵⁶ A fundação da ABL⁵⁷, como ressaltam estudos posteriores, marca o momento em que os literatos buscaram passar do sentimento de ter uma missão cultural e política para o de uma missão de caráter puramente literário, representado pela afirmação profissional do

⁵⁴ GUANABARA, Alcindo apud RODRIGUES, J. P. Coelho de Souza. **A Dança das Cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p. 139-140.

⁵⁵ Esses dados foram retirados da obra *O Sorriso da Sociedade*. Cf. SILVA, Maurício. **O Sorriso da Sociedade**: Literatura e academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920). 2001. 299 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 68.

⁵⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criações culturais na Primeira República [1983]. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 128

⁵⁷ Mais à frente falaremos da fundação da ABL.

crítico e do escritor, ou seja, pretendiam uma mudança de concepção do papel dos escritores no Brasil da última década do Oitocentos.⁵⁸ Com esses novos princípios, a reputação do intelectual contava muito nesse cenário. A ABL buscava agrupar os nomes mais significativos da época, privilegiando não só as figuras ligadas à literatura, mas também as ligadas à política. O acadêmico deveria ser, sobretudo, homem de inabalável reputação literária e pessoal, a fim de que pudesse compartilhar dos privilégios oferecidos pelo ambiente acadêmico. O perfil desses homens era, de certo modo, traçado por Machado de Assis, o qual, apesar da defesa de uma neutralidade aparente, tinha como intento claro “povoar a ABL com partidários de suas convicções ou com membros de sua geração intelectual”.⁵⁹ Para José Veríssimo, desse modo, a entrada nesse grêmio se apresentava como uma espécie de “consagração das reputações literárias”. Lima Barreto, pejorativamente, resume essa prática do corporativismo na Academia Brasileira de Letras do seguinte modo:

em letras, temos a nossa Academia Brasileira – é verdade. É uma bela senhora, generosa, piedosa, religiosa; mas tem um defeito: só estima e julga com talento os seus filhos legítimos, naturais, espúrios e, mesmo, os adotivos. Quem não sugou o leite da academia ou não foi acalentado por ela, quando de colo, a rabugenta matrona não dá mérito algum. Daí, a falta de formalidade marcada nos felizes autores, velhos e novos, consagrados, cujos nomes não são acintosamente omitidos dos jornais.⁶⁰

Sobre essa “panelinha” literária, inclusive, Sílvia Romero, aqui-rival de Machado de Assis e José Veríssimo, comentou certa vez com escárnio que Veríssimo juntamente “com os medalhões fundou revistas, ajudou a formar academias, fez círculos de palestras, nos quais havia, oh! maravilha rara! um curioso **five ó klok-tea...**”.⁶¹ Apesar de fazer parte da Academia Brasileira de Letras, o pensador sergipano se incomodava com o fato de Machado de Assis e seu grupo estarem à frente do Silogeu, ou seja, essa ascensão da “panelinha” de Machado e Veríssimo não era vista com bons olhos por Romero, em razão de sua “Escola do Recife” não ter alcançado tão grande prestígio.

Assim sendo, nesse cenário de luta entre as “igrejinhas” ou “panelinhas” dominantes, a vida literária no final do XIX e início do XX sobrepujou a literatura.⁶² Havia, como declara a

⁵⁸ Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**; NEEDLELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**; RODRIGUES, J. P. Coelho de Souza. **A Dança das Cadeiras**.

⁵⁹ Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 142-143.

⁶⁰ BARRETO, Lima. **Feiras e Mafuás** [1922]. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 172.

⁶¹ ROMERO, Sílvia. Zeveríssimas Ineptas da Crítica. In. _____. **Autores Brasileiros**, p. 504. (grifo do autor)

⁶² Machado Neto, a propósito, destaca não só essa idéia de a vida literária ter sobressaído sobre a literatura, mas também de que a vida intelectual do final do Oitocentos e início do Novecentos foi predominantemente literária. Aqui, vale lembrar Antonio Candido, o qual afirma que a literatura ocupou, não só nesse período, mas em todo o

historiografia que se empenhou no estudo desse tempo,⁶³ uma necessidade entre os intelectuais do período de viver a literatura, de encenar uma existência voltada para as letras, ou seja, existia um espécie de busca por “literalizar o trato cotidiano da existência”.⁶⁴ E, com essa intenção, não foram poucos, nem efêmeros, os elementos mundanos que contribuíram para a formação de um significativo ambiente literário, entre outros, o café, as confeitarias, os salões.⁶⁵ Nesse cenário, as polêmicas, em razão da primazia da vida literária sobre a literatura, se colocaram, então, mais no terreno da vida literária do que da literatura. Isso fica notório quando analisamos algumas polêmicas travadas nesse período, onde o que estava em jogo não era só a obra do autor analisado, mas, muitas vezes, a sua vida literária. Sílvio Romero, sobre esse assunto, pondera que

o grande defeito [...] é nunca fazer estudos de conjunto, sínteses completas que compreendam e resolvam em suas fórmulas o movimento espiritual do país [...] A crítica tem sido sempre, e continua a ser, um negócio de relações individuais, de pequenos grupos quando muito de *coteries*, de amizades, e de preferências particulares. Os nossos mais afamados críticos não estudam nunca uma época, uma grande escola, o desdobrar de um ou mais séculos; ficam sempre no acanhado dos pequenos quadros, na apreciação de um tipo, de um autor predileto, quando não se limitam à análise de um só livro entre os muitos de um mesmo autor.⁶⁶

Ou, ainda, como declarou Luiz Edmundo, em suas memórias sobre o Rio de Janeiro,

As livrarias da época ainda conservam um pouco a estreita mentalidade das boticas que eram, outrora, o lugar onde os homens se reuniam para o cavaco e para a desídia. Ainda lembram, um tanto, esses laboratórios de desentendimento onde as línguas de ponta serpenteavam seteando as almas e as reputações; centros onde se manejavam, como um trabuco em festa de arraial, o escândalo de críticas restritamente pessoais. **Cenáculos de vaidadezinhas, de invejzinhas, de vingançazinhas...**

Se o doutor sr. Sílvio Romero, involuntariamente, pisar, por exemplo, o calo do poeta Antonio Lamecha, o que escreveu a “Lira do meu sofrer”, e não lhe pedir, logo, desculpas, arrisca-se a passar, não por um indivíduo descuidado, mas por um literato sem talento, porque, no dia imediato, Lamache trepa para uma gazeta e arrasa-o: “A História da Literatura Brasileira”, torpe calhamaço que fede a erudição, escrito por certo energúmeno que acode ao nome de Sílvio Romero, no fundo, nada mais é que uma moxinifada imbecil. Isso ele traça e assina. E à tarde, arrastando uma bengala de Petrópolis, como se arrastasse uma adaga de gancho, vai espetar-se à porta da Garnier, cheio

século XIX, o lugar que em outros países coube à filosofia e às ciências humanas, configurando-se como “o fenômeno central da vida do espírito”. Cf. CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**; MACHADO NETO, **Estrutura Social da República das Letras**.

⁶³ BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**; MACHADO NETO, op. cit.

⁶⁴ BROCA, op.cit.,p. 37.

⁶⁵ Mais à frente no texto será melhor destacado esses elementos da vida literária.

⁶⁶ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira [1897]. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 111.

de importância e charuto, para discutir o artigo, e acabar a demolição “*ad vitam aeternam*” da glória do escritor.⁶⁷

Esse viver a literatura ou encenar uma existência voltada para a literatura, a propósito, especialmente pelos boêmios,⁶⁸ se fazia, em grande parte, na Rua do Ouvidor⁶⁹. João do Rio, em *A Alma Encantadora das Ruas*, ressalta que esse “beco inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E, fatalmente oposicionista, criou o boato, o ‘diz-se...’ aterrador e o ‘fecha-fecha’ prudente”.⁷⁰ Era ali que se encontravam os principais cafés, confeitarias, jornais e livrarias, os quais possuíam, em certa época, cada um a sua “igrejinha” efetiva. Raimundo de Menezes (1903-1984), em sua biografia sobre Paula Nei, nos conta que

em cada café, ou confeitaria, pontificava uma escola literária: os naturalistas, no “Cailtau”; os românticos na “Castelões”; no “Deroche”, já em decadência, os simbolistas; e, finalmente, os parnasianos, que era o grupo de Nei, na “Pascoal”... Assim estava dividida e selecionada a literatura nacional...⁷¹

As principais confeitarias desse final do século XIX foram, como ressalta Luiz Edmundo (1878-1961), a Confeitaria Colombo, na Rua Gonçalves Dias, e a Confeitaria Pascoal, na Rua do Ouvidor, além de outras que ficavam em um segundo plano, como a Cailteau e a Castelões. Dessas quatro, a mais antiga era a “Pascoal”, a qual era vista por Edmundo como “melhor centro de reunião e palestra” na época do surgimento da República.⁷² Nesse estabelecimento, continua o estudioso carioca, “é que davam *rendez-vous* os paredros da terra, os grandalhões da literatura, da política, do alto-comércio e das finanças”. Foi lá, continua, “que nasceu a chamada geração de Bilac, lá se criou, alimentada a empadinhas de camarão, mães-bentas, vinhos do Porto e Xerez”.⁷³ Todavia, um pequeno desentendimento de Olavo Bilac (1865-1918) com o proprietário desta confeitaria fez com que ele levasse a sua roda para a confeitaria Colombo, deslocando parte dos intelectuais da Rua do Ouvidor. Luiz Edmundo lembra que, “num rasgado movimento de solidariedade, a maioria do cenáculo,

⁶⁷ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu Tempo* [1938]. 2ª edição. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, Vol. 4, p. 713-714. (grifo nosso)

⁶⁸ José Veríssimo, a título de ilustração, afirmava que “a boêmia é um anacronismo ridículo nas nossas letras”. Cf. VERÍSSIMO, José. O que Falta a Nossa Literatura. In: _____. *Estudos de Literatura Brasileira*. 2ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1977, p. 13.

⁶⁹ Machado Neto define essa rua como uma “estreita ágora mundana e literária onde se faziam e desfaziam os mitos e os prestígios da vida intelectual”. Cf. MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras*, p. 201.

⁷⁰ RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas* [1908]. In: _____. *João do Rio*, uma antologia. Luís Martins (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 23. (grifo do autor)

⁷¹ MENEZES, Raimundo de. *A Vida Boêmia de Paula Nei*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

⁷² Cf. EDMUNDO Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, Vol. 3, p. 595; BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil*, p. 33.

⁷³ Cf. EDMUNDO, op. cit., p. 595.

unida, acompanhou-o”. A Rua do Ouvidor perdeu, assim, “muito da sua auréola e as *reclames* enormes de que gozava, uma vez que as mesmas começaram, daí por diante, a cuidar, apenas, da ‘Colombo’”.⁷⁴

Entre os cafés literários de maior expressão no Rio de Janeiro estavam aqueles que remetiam ao período áureo da boêmia. O coração da capital, segundo Luiz Edmundo, ficava no cruzamento da Rua do Ouvidor com a Rua Gonçalves Dias. Nesse lugar “de maior movimento, de alta-elegância e melhor distinção é que se instala o famoso Café do Rio, com prestígio e renome, desde os últimos dias do passado regime, glória e viço dos estabelecimentos congêneres, em toda esta cidade”.⁷⁵ O Café do Rio tinha uma freguesia bem grande e eclética e, por essa razão, de acordo com Edmundo, o café não era de grandes rodas, embora tenha sido sempre, nas suas próprias palavras, “um viveiro de jacobinos”.⁷⁶ Além do Café do Rio e do Café Paris, no Largo da Carioca, tidos como os estabelecimentos de maior concorrência e maior distinção em toda a cidade, merece destaque o Café Globo, na Rua Primeiro de Março, entre a Rua do Ouvidor e o beco dos Barbeiros, onde, como nos conta Luis Edmundo, “o sr. D. Pedro II, moço, pela semana santa, após correr as igrejas, no dia da visitação, tomava, sempre, o seu sorvete de caju...”.⁷⁷ Havia, ainda, no beco das Cancelas, o Café Cascata; descendo o beco, na rua do Rosário, o Café do Amorim, “reputadíssimo”; o Café Java, no Largo de São Francisco, esquina com a Rua do Ouvidor; e o Café Papagaio, na rua Gonçalves Dias, entre as ruas do Ouvidor e Sete de Setembro.⁷⁸

Como se vê, os cafés e confeitarias – além das livrarias e dos jornais, que serão lembrados mais à frente – encontravam-se majoritariamente na Rua do Ouvidor ou nas suas proximidades, fazendo com que a vida literária se constituísse e se animasse nesse ponto da capital do país. Os provincianos, portanto, vindos do Norte, do Sul ou de Minas, interessados em conhecer seus poetas prediletos, teriam a sua curiosidade facilmente sanada em um único passeio à tarde pela Rua do Ouvidor, beco pelo qual passava tudo quanto o Rio literário possuía de mais notável no tempo.⁷⁹ Luiz Edmundo, a esse respeito, transcreve um diálogo, comum naquela época, sobre a tietagem literária, isto é, sobre aqueles que vão à Garnier, “como a uma feira de curiosidades, só para conhecer de *visu* os nossos autores”.⁸⁰

– O’ sr. Jacinto, aquele senhor, acolá, de nariz de tucano e ar triste, é o sr. Machado de Assis?

⁷⁴ EDMUNDO Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Vol. 3, p. 596.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 505.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 513.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 534.

⁷⁸ Cf. BROCA, Brito. **A Vida literária no Brasil**, p. 33; EDMUNDO, *op. cit.*, p. 533-556.

⁷⁹ Cf. BROCA, *op. cit.*, p. 33.

⁸⁰ EDMUNDO, *op. cit.* Vol. 4, p. 707.

- Não, minha senhora, aquele é o Sr. José Veríssimo, um crítico muito importante...
- Ah! E o de chapéu de palha, vesgo, que com ele conversa, é o Bilac?
- Perfeitamente, é o Bilac...
- Como o senhor seria amável se dele me conseguisse o autografozinho, num postal! E arrancando a uma carteira de veludo seis postais com a effigie da Cléo de Merode, da Bela Otero e de outros artistas do *Paris-plaisir*:
- Ele que escolhe, entre esses cartões, um e o assine. Claro que se ele escrever uma quadra ou um soneto, melhor será... O que vier, porém, serve, sr. Jacinto, serve. O principal é a assinaturazinha, o autografozinho... É para minha coleção. Por favor...⁸¹

Excentricidades à parte, a Rua do Ouvidor pode, portanto, ser considerada o principal local de propagação da intelectualidade do fim do Oitocentos e início do Novecentos brasileiro. Coelho Neto, que viveu nesta célebre rua na sua melhor época, resume esse beco ilustre da seguinte maneira:

A rua do Ouvidor é trêfega. Durante o dia toda ela é vida e atividade, faceira e garbo; é hílare e gárrula; aqui picante, além poderosa, sussurra um galanteio e logo emite uma opinião sizuda, discute os figurinos e comenta os atos políticos, analisa o soneto do dia e diseca o último volume filosófico, sabe tudo – é repórter, é *lanceuse*, é corretora, é crítica, é revolucionária. Espalha a notícia, impõe o gosto, eleva o câmbio, consagra o poeta, depõe os governos, decide as questões a palavra ou a murro, a taponia ou a tiro e, à noite, fatigada e sonolenta, quando as outras mais se agitam, adormece. Ouve-se apenas o rumor constante dos prelos nas oficinas dos jornais [...].⁸²

O mais famoso dos estabelecimentos da admirável rua, de acordo com os estudos sobre a vida literária, era a Livraria Garnier, onde se reunia, entre outros grupos,⁸³ o de Machado de Assis. Neste estabelecimento, às badaladas de cinco horas da tarde, de acordo com Luiz Edmundo, “a freguesia, agitada, barulha. São advogados, médicos, engenheiros, estudantes que entram para ver novidades literárias, encontrar um intelectual amigo, dar dois dedos de palestra”. O português Armando E. de Figueiredo, igualmente, que ficou conhecido pelo pseudônimo de João Luso (1875-1950), em seu *A Sublime Porta*, para ilustrar o papel da Livraria Garnier, escrevia que “ficar ali de perna trançada, o ombro contra o batente, as duas

⁸¹ EDMUNDO Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Vol. 4, p. 716.

⁸² COELHO NETO. *A Conquista*. [S.L.]: Virtual Books, 2003. Disponível em:

<http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/a_conquista.htm>. Acesso em: 05 mar. 2007, p. 87-88.

⁸³ Segundo Luiz Edmundo, vários eram os grupos que se formavam na hora de maior movimento na loja, das 4 às 6 horas. Havia “o grupo de Machado de Assis, com José Veríssimo, Sílvio Romero [apesar de debater e questionar muitos desses homens], Joaquim Nabuco, Rui (às vezes) Constâncio Alves, Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Coelho Neto (às vezes), Medeiros e Albuquerque, Araripe Junior, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar e Clóvis Beviláqua; [eram] os grossões da Academia que, em geral, [se encontravam] juntos à escrivania do Jacinto. João Ribeiro, que, nesse tempo, ainda não é acadêmico, [formava] no grupo de Pedro do Couto e Fábio Luz, com Rocha Pombo, Gustavo Santiago, Pantoja, Maximino Maciel, Múcio Teixeira, Nestor Vítor e Xavier Pinheiro. Gonzaga Duque, Márcio Pederneiras e Lima Campos”. Havia, ainda, continua Edmundo, “outros grupos que se [espalhavam] pelo interior da loja e onde pode a gente encontrar o Osório Duque Estrada, o Sousa bandeira, o Severino de Rezende e o Curvelo de Mendonça”. Cf. EDMUNDO, op. cit., Vol. 4, p. 706-707.

mãos solidamente apoiadas no castão da bengala, eis a decisiva demonstração de talento ou de valor que a história exige para conscientemente se pronunciar”.⁸⁴ Sílvio Romero, inclusive, não deixou de tecer comentários sobre esse estabelecimento, apelidado pelo crítico sergipano de “agulheiro do Garnier”, onde cada membro “envenena as agulhas com que cose a pele do próximo”.⁸⁵

Machado de Assis, que nunca freqüentava os cafés ou as confeitarias, encontrava-se na Garnier todas as tardes com José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e outros para um café, depois do fechamento da *Revista Brasileira*. No que se refere à *Revista Brasileira*,⁸⁶ não foram poucos os autores que sublinharam a importância que esta teve na vida literária do Brasil. Visconde de Taunay declarava que “no meio da habitual aridez da nossa produção intelectual, merece especial menção o aparecimento regular e quinzenal da *Revista Brasileira*, tão hábil e persistentemente dirigida por José Veríssimo”.⁸⁷ Graça Aranha (1868-1931), sobre a revista e as reuniões na sala da Travessa da Rua do Ouvidor – considerado por ele o salão mais intelectual que houve no Brasil –, lembra que “era uma recepção permanente todas as tardes, e cada um se entregava livremente, segundo o seu temperamento, aos jogos da inteligência”.⁸⁸ E foi numa dessas tertúlias que nascera, tempos depois, a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras.

Essa idéia surgiu, em 1889, com Lúcio de Mendonça, Aristides Lobo (1838-1896) e Medeiros e Albuquerque (1867-1934), o qual declarou que “da Academia Brasileira fui, se não o pai, incontestavelmente... o avô”.⁸⁹ Entretanto, essa primeira tentativa de criação da academia por um ato oficial, ou seja, uma academia patronada pelo Estado, não teve sucesso. Humberto de Campos (1886-1934) nos conta que essa tentativa de organização de um instituto literário, sob a proteção oficial, encontrou objeções, pois entre os homens de letras mais evidentes no tempo “havia monarquistas como Joaquim Nabuco, Afonso Celso e Carlos de Laet, que não se conformariam em receber um título de nomeação de autoridade

⁸⁴ LUSO, João apud BROCA, Brito, **A Vida Literária no Brasil**, p. 41.

⁸⁵ ROMERO, Sílvio. *Zeverissimações Ineptas da Crítica*. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 523.

⁸⁶ Aqui estamos nos referindo a *Revista Brasileira* fundada em 1895 por José Veríssimo, pois houve, no século XIX, diversas publicações com a designação de *Revista Brasileira*. Outra importante *Revista Brasileira*, a propósito, foi à fundada por Franklin Távora em 1879. Nesta colaboravam homens como Machado de Assis, Carlos de Laet, Taunay, Macedo Soares, Sílvio Romero, entre outros. Este último, podemos destacar, faz questão de pontuar que colaborava “nas páginas da *Revista Brasileira*, a *Revista Brasileira* do grande Franklin Távora, de A. Midosi e outros, e não a tua, José, aparecida dezesseis anos mais tarde”. Cf. ROMERO, op. cit., p. 526.

⁸⁷ TAUNAY, Visconde de. **Filosofia e Crítica** (Impressões e Estudos). São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921, p. 144.

⁸⁸ ARANHA, Graça apud PRISCO, Francisco. **José Veríssimo: sua vida e suas obras**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937, p. 159.

⁸⁹ MEDEIROS e ALBUQUERQUE. **Quando eu era vivo...** Memórias 1867 a 1934 [1942]. 2ª ed. póstuma e definitiva. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Livraria do Globo, 1945, p. 215.

republicana”.⁹⁰ Os literatos por trás da campanha de Lúcio de Mendonça e aqueles freqüentadores do chá das cinco da redação da *Revista Brasileira* resolveram, então, dar continuidade ao projeto acadêmico por sua própria conta e risco.⁹¹ Estava, assim, fundada a Academia Brasileira de Letras, “que, a 20 de julho de 1897, se instalava, com todo cerimonial, no edifício do *Pedagogium*”⁹², empossando, então, a sua primeira diretoria: Machado de Assis, presidente; Joaquim Nabuco, secretário-geral; Rodrigo Octavio (1866-1944) e Silva Ramos (1853-1930), secretários; e Inglês de Sousa (1853-1918), tesoureiro.⁹³ Medeiros e Albuquerque afirma que “José Veríssimo foi, ao lado de Lúcio, um dos fatores mais ativos da criação da Academia”,⁹⁴ e a esses dois pode se juntar a figura de Machado de Assis, o qual teve hegemonia vitalícia na liderança dos imortais.

A hegemonia de Machado se explica, pode-se dizer, não somente como o resultado de um embate entre grupos que queriam fazer valer as suas opiniões, mas também pelo traquejo que este tinha em ocultar a dicotomia entre os grupos ali presentes e a sua forma sutil de exercer influência sobre cada membro do Silogeu, não se envolvendo em polêmicas ou debates. Além disso, essa predominância do romancista e do seu grupo não se deveu a nenhuma espécie de imposição por parte do presidente ou de seus amigos, mas ao simples fato de que aquele era o único grupo realmente organizado no seio daquela casa.⁹⁵ Todavia, apesar da perspicácia de Machado para lidar com os imortais, não ficou ilesa a identificação, já supracitada, da Academia Brasileira de Letras como a “panelinha” de Machado de Assis.

⁹⁰ CAMPOS, Humberto de. **Antologia da Academia Brasileira de Letras**. Trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1928, p. VIII.

⁹¹ De acordo com Humberto de Campos, Lucio de Mendonça, depois das primeiras tentativas fracassadas, queria mostrar, e obteve sucesso, “que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos”. E, assim, “José Veríssimo, já interessado na idéia, ofereceu, para as reuniões preparatórias, a sala de redação da *Revista Brasileira*, de que era diretor. Lucio de Mendonça convocou os companheiros para aquele local. Responderam ao seu apelo, ali compareceram desde o primeiro dia, os seguintes: Machado de Assis, que foi aclamado presidente; Arthur de Azevedo, Araripe Júnior, Coelho Neto, Filinto de Almeida, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Veríssimo, Luis Murat, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabello, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Valentim Magalhães e Visconde de Taunay. Estes, com ele, Lucio, elaboraram o Regime Interno, e convidaram, para continuação dos trabalhos, Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Ruy Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte. Esses trinta elegeram os dez que faltavam para perfazer o número legal de quarenta fundadores, e que foram Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domicio da Gama, Eduardo Prado, Luis Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raymundo Corrêa e Salvador de Mendonça”. Cf. CAMPOS, op. cit., p. X.

⁹² O “Pedagogium” era um respeitado colégio da capital localizado na Rua do Passeio, entre a Cidade Velha e a Lapa. De acordo com João Paulo Rodrigues, em seu estudo sobre a Academia Brasileira de Letras, “entre a fundação e 10 de agosto de 1905, a ABL perambulou entre o colégio Pedagogium, o Real Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Fluminense, a redação da *Revista Brasileira* e o gabinete de advocacia de Rodrigo Otávio. Em 1904, o ministro J. J. Seabra fez cumprir a Lei nº 726 de 1900 e cedeu à ABL uma parte de um prédio localizado no Cais da Lapa, onde ficaria até 1923, dividindo o espaço com a Academia de Medicina e o Instituto dos Advogados do Brasil”. Cf. RODRIGUES, J. P. Coelho. **A Dança das Cadeiras**. p. 129-130.

⁹³ CAMPOS, Humberto de. **Antologia da Academia Brasileira de Letras**, p. XI.

⁹⁴ MEDEIROS e ALBUQUERQUE. **Quando eu era Vivo...** Memórias 1867 a 1934, p. 220.

⁹⁵ RODRIGUES, J. P. Coelho. **A Dança das Cadeiras**, p. 130.

Nessa luta pela vigência das *coterias* ou “igrejinhas”, os intelectuais, na maioria das vezes, se posicionavam no elogio dos amigos, ou seja, os amigos eram sempre uns gênios, escritores de talento, homens brilhantes, além de outros tantos adjetivos mais. No jogo da intelectualidade, então, qualificar de gênio o escritor amigo era quase tão trivial como uma qualquer regra de polidez e, em contrapartida, ao elogio para “os nossos”, correspondia o ataque e perseguições aos “deles”. Silva Ramos, um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, em seu depoimento a João do Rio, chegou a declarar que o princípio fundamental da crítica entre nós era o seguinte: “os nossos amigos são uns gênios, os outros são todos uns alarves”.⁹⁶ Sílvio Romero, partidário fiel desse princípio, teve a ousadia de afirmar, em seu estudo depreciativo sobre Valentim Magalhães (1859-1903), que

uma geração que se elogia, que anda aí às tontas a admirar-se, não é uma geração séria e verdadeiramente meritória. É insensata em qualquer grau; porque dá-se com os grupos o que se dá com os indivíduos. O homem que borda a própria casaca de pontos de admiração é um desmiolado; a plêiade de velhos ou moços que bestializa-se, admirando a própria suposta superioridade, começa a merecer compaixão.⁹⁷

E assim, muitos desses homens tomavam partido nas lutas de seus amigos. A essa luz, merece destaque a célebre polêmica entre Sílvio Romero e Machado de Assis. A descomunal antipatia de Romero por Machado vinha de longa data, desde a sua campanha contra o romantismo, tendo-se agravado com o artigo de Machado de Assis, *A Nova Geração* (1879). Neste texto, o romancista analisa a nova geração poética que estava surgindo na década de 70 e critica a poesia romeriana. Segundo Machado, Romero é “um dos mais estudiosos representantes da geração nova; é laborioso e hábil” e seus trabalhos “são documentos louváveis de estudo e aplicação”, entretanto, no que se refere a sua poesia, o romancista declara que “*Os Cantos do Fim do Século* [...] não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética”.⁹⁸ A contenda com Machado de Assis estendeu-se por vários anos, entretanto, este nunca respondeu às provocações do estudioso sergipano, que chegou a publicar o livro *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira* (1897), em que defendia, na contramão das tendências críticas que vingariam, que a obra do romancista não teria valor, por estar em descompasso com as tendências contemporâneas. Sílvio Romero, no prefácio deste livro, declarou, já sabendo dos impactos que sua obra teria, que

⁹⁶ RAMOS, Silva apud RIO, João. **O Momento Literário**, p. 179.

⁹⁷ ROMERO, Sílvio. Valentim Magalhães. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 47.

⁹⁸ MACHADO DE ASSIS. *A Nova Geração*. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**, p. 234.

o presente livro, sabemos-lo *a priori*, vai desagradar, por mais de um motivo, a grande número de leitores se, porventura, os tiver. Consagrado a um ilustre brasileiro, que nos derradeiros trinta anos tem sido geralmente apontado como um dos pontos cardeais de nosso firmamento espiritual, e destinado a mostrar que não é de todo exato o sítio em que o colocam na esfera estrelar do pensamento pátrio, ele vai, com certeza, ferir suscetibilidades; porque não estamos ainda habilitados a ver duvidar de nosso fetichismo literário [...]. Machado de Assis é um dos ídolos consagrados em vida ao nosso beatério letrado. Em parte merece-o ele, mas só em parte, e a pequena redução que se deve fazer em seu culto é exatamente o que este livro destina a provar, e tenta-o asseadamente, honestamente, sem preocupações nem rancores.⁹⁹

Pretendia, desse modo, dar a Machado de Assis, o que ele considerava, “o seu verdadeiro posto na história intelectual de nossa pátria”. Declara que, em seus escritos anteriores sobre o romancista fluminense,¹⁰⁰ havia sido muito severo e que era o momento de lhe fazer justiça e colocá-lo “em seu lugar”. E ao mesmo tempo em que tinha como objetivo fazer justiça à figura de Machado, pretendia, igualmente, fazer justiça ao nome de seu conterrâneo Tobias Barreto. O nosso autor promove, então, como o próprio subtítulo sugere, um estudo literário comparativo entre o romancista fluminense e o jurista e poeta sergipano, fazendo um paralelo em que deprecia o primeiro e exalta o segundo. Sílvio Romero, entre outros motivos, não aceitava o pessimismo e a fina ironia de Machado de Assis ao tratar de temas nacionais, afirmando que “nós os brasileiros não somos em grau algum um povo pessimista”.¹⁰¹ Além disso, ressalta que o romancista fluminense não conseguiu criar nenhum “verdadeiro e completo tipo ao gosto e com a maestria dos grandes gênios inventivos das letras”.¹⁰² Para Romero, o escritor nacional deveria ter como princípio criar tipos para servirem de espelho aos brasileiros, um povo ainda em formação. Mas o que Machado fez, na opinião do nosso autor, foi criar tipos desqualificados, como Brás Cubas e Quincas Borba, isto é,

seu *Brás Cubas* é um adúltero enjoativo e seu *Quincas Borba*, um lunático sensaborão. Ambos pretensiosos, e insignificantes na sua pretensiosidade, nenhum deles é exemplar vivo da humanidade; são tipos convencionais, paspalhões de papelão: verdadeiros abortos de uma imaginação sem real força criadora.¹⁰³

⁹⁹ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 103-104.

¹⁰⁰ “Lembremos que já por três vezes escrevemos sobre o poeta e romancista fluminense: a primeira foi um rápido artigo inserido na *Crença* (Recife) em 1870 e que tinha por objetivo o livro das *Falenas*; a segunda foram algumas páginas do opúsculo *O Naturalismo em Literatura*, reproduzidas, vai para bastante anos, nos *Estudos de Literatura Contemporânea*; a terceira é esta agora”. Cf. ROMERO, op. cit., p. 106.

¹⁰¹ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 285.

¹⁰² *Ibid.*, p. 327.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 221.

Todavia, seu verdadeiro interesse, como ele próprio sugere, era fazer justiça à figura de Tobias Barreto. Nesse sentido, manifesta:

E aqui, nesta ocasião, vou mostrar a Machado de Assis e a todos os seus colegas em pretensioso esquecimento que não sou lá tão desarrazoado, quando forçado ainda e sempre a dar largas à minha **velha mania** de defender a verdade histórica e vingar a justiça obliterada. Quer saber o grande vate fluminense a razão fundamental por que arranquei do olvido o malogro sergipano?

Eu lhe conto: é porque, estudando do princípio ao fim a história espiritual brasileira, sob todos os aspectos, encontrei o lugar daquele desprotegido trabalhador, idealista e sábio, tomado por umas gralhas palmeiras, que não tinham direito a ocupar aquele posto sem escândalo.

Meu sentimento de justiça e probidade literária revoltou-se e decidiu-me a abrir a campanha de reabilitação em que venci. Sim, venci; porque hoje, quer queira quer não, os fatos foram corrigidos e o lugar foi entregue a quem de direito.¹⁰⁴

E nessa política de se defender e defender os amigos, Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917), sob o pseudônimo de Labieno, escreve um texto em resposta às ofensas de Sílvio Romero a Machado, intitulado *Vindiciæ: O Sr. Sylvio Romero crítico e filósofo* (1899). Labieno adverte que o título, *Machado de Assis*, dado por Romero ao seu livro de ataque a Machado de Assis, trata-se de um “grosso embuste!”, pois “Machado de Assis é o pretexto. O objetivo do livro é Tobias, é a glorificação do Teuto sergipano.” De acordo com o defensor de Machado, se Romero tivesse intitulado Tobias Barreto ao livro não teria tido leitores e nem a repercussão que teve, e essa é a razão, segundo Labieno, da “fraudulenta substituição de Tobias Barreto por Machado de Assis. A crítica também tem suas pias fraudes”.¹⁰⁵ Magalhães de Azeredo (1872-1963), em sua resenha da obra de Romero, assinala, acerca dessa relação passional de Romero por Tobias, que “um elemento exterior, importantíssimo, concorre para dificultar-lhe a serenidade do juízo; é a sua fervorosa admiração por Tobias Barreto, o seu desejo irresistível de levantar alto, bem alto, a fama do patrício e saudoso companheiro”.¹⁰⁶

As críticas de Sílvio Romero a Machado de Assis deram origem ainda a duas outras polêmicas: uma com Valentim Magalhães e a outra com José Veríssimo. A repulsa de Romero em relação a Valentim Magalhães teve início depois dos elogios deste a Machado de Assis e Luís Delfino, elevando-os ao posto de representantes maiores daquela nova geração emergente nesse final do século XIX. Esse estudo sobre Valentim Magalhães ocorreu em tons bem severos, mas o crítico sergipano garante que suas duras palavras estavam bem longe de serem injustas. Assim, Romero profere um sem-número de adjetivos pejorativos ao também

¹⁰⁴ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 151. (grifo do autor)

¹⁰⁵ LABIENO (Lafayette Rodrigues Pereira). *Vindiciæ. O Sr. Sylvio Romero crítico e philosopho* [1899]. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1934, p. 17.

¹⁰⁶ AZEREDO, Magalhães. **Homens e Livros**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livrerie-Editor, 1902, p. 194.

combativo homem de letras, a saber, “moreno, imberbe, magro, espingolado, pescoço longo, o Sr. Valentim Magalhães é um linfático, um ente franzino, um mendigo de seiva, a mais acabada encarnação do coringa”.¹⁰⁷ Declara, ainda, que Valentim Magalhães, “acima de tudo, é um imitador de vôo rasteiro, o mais acabado exemplo de sestro da sequacidade”¹⁰⁸ e que o Brasil precisava de grandes homens e não de imitadores. Na visão de Romero, esse tipo de figura somente denegria a literatura nacional, pois em

um povo quase embrionário, sem tradição histórica, sem coesão social, sem política autônoma, sem opinião própria, sem originalidade, uma sociedade elementar, que não possui ainda uma poesia acentuada, que não passou ainda da fase primária das letras, [...] o meio de disciplinar o espírito público e encaminhá-lo nesse terreno, por certo, não é traduzir de estranhos.¹⁰⁹

Completa, por fim, que o “Sr. Valentim [...] hoje acredita-se um colossal, um himalaico inovador! É **valentinamente** cômico”.¹¹⁰

No que se refere a José Veríssimo, a refrega, não menos dura e severa, teve início nos seus artigos em resposta às acusações de Romero a Machado de Assis. Veríssimo, como já destacado anteriormente, se apresentava como um literato avesso às polêmicas, que só participava dos embates forçado e com profundo aborrecimento, ou seja, o crítico paraense declara que nunca provocou os embates e que muitas vezes resistiu à tentação de ceder às provocações de desafetos ou adversários, preferia, nas suas próprias palavras,

passar por um mofino contendor ou imbele polemista a dar pabulo à malsã curiosidade e depravado gosto de uma galeria gulosa destes escândalos literários, com espetáculo deprimente de mais uma briga de homens de letras.¹¹¹

Todavia, embora Veríssimo se mostrasse um pouco hostil às polêmicas, a liça travada entre os dois literatos perdurou por vários anos e só teve fim com a publicação, em 1909, do livro de ataque de Romero a Veríssimo, intitulado sarcasticamente de *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*, – a que Francisco de Assis Chateaubriand (1892-1968), sob o pseudônimo de Bandeira de Melo, taxou como sendo *A Morte da Polidez*. Chateaubriand, também estudante da Faculdade do Recife, acusou Sílvio Romero de “recorrer à grosseria e ao desaforo como armas de combate entre os homens de letras, resultado do ‘desequilíbrio mental’ e da ‘bestialidade’ das raças inferiores que lhe correriam no sangue”,¹¹² caindo,

¹⁰⁷ ROMERO, Sílvio. Valentim Magalhães. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 29.

¹⁰⁸ Ibid., p. 59.

¹⁰⁹ Ibid., p. 40.

¹¹⁰ Ibid., p. 48. (grifo nosso)

¹¹¹ VERÍSSIMO, J. Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero. In: **Que é Literatura?** E outros Estudos, p. 237-238.

¹¹² Cf. CHATEAUBRIAND, Assis apud VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 109. (grifo do autor)

assim, ele também, em ofensas e grosserias ao atacar Romero como mestiço. Em *Zeveirissimações*, para se ter uma noção da força com que Romero atacou seu adversário, refere-se a Veríssimo, em linguagem belicosa, como um “tucano empalhado”, “Saint-Beuve; peixe-boi”, “caboclo paraense”, “pescador da Amazônia”, “ignorantão pretensioso e atrasado”, “crítico das tartarugas”, ou como um crítico que “só dirá banalidades, coisas triviais e sem préstimo”.¹¹³ E chega ao ponto de definir orgulhosamente seus ataques a Veríssimo com sendo “uma nutrida carga de fuzilaria a peito descoberto”.¹¹⁴ É bom lembrar nessa altura que, na época de publicação desse livro, a polêmica agressiva e violenta dirigida diretamente a um oponente já não era uma prática tão usual entre os homens de letras, tendo assim um maior impacto entre os leitores.¹¹⁵

Nesses escritos, todavia, apesar da agressividade, Romero traça uma espécie de itinerário de seu pensamento, destacando alguns de seus princípios: a sua opção pela crítica como gênero prioritário na sua produção intelectual; os “verdadeiros mestres” que influenciaram suas primeiras conclusões sobre a questão racial, como, por exemplo, Taine, Renan, Max-Müller, Scherer, Gobineau; e, ao falar da raça, retoma a discussão feita na *História da Literatura Brasileira* sobre o critério etnológico e seu pioneirismo.¹¹⁶ Lança essa questão da raça e de seus mestres com a finalidade de se opor aos escritos de Veríssimo sobre o pioneirismo de Martius em nossos estudos etnográficos. Rejeita, inclusive, os preceitos estéticos¹¹⁷ do estudioso paraense, afirmando que “o Sr. José Veríssimo, no seu atraso, nunca entendeu a moderna **crítica sociológica**, por mim inaugurada no Brasil, e tem feito até muita gente retrogradar e recair na mera crítica retórica, ou a *soi disant* psicológica”.¹¹⁸

Mas o que desencadeava, de um modo geral, o desenvolvimento dos embates eram menos as idéias literárias defendidas e mais a noção de defesa da honra, ou seja, cada lado se posicionava no papel do ofendido que visava restaurar sua dignidade, ou a de um amigo, vilipendiada por um oponente considerado desleal e traiçoeiro, e que tinha a finalidade de afirmar sua superioridade sobre o adversário. Essa noção de defesa da honra se casava, por

¹¹³ Cf. ROMERO, Sílvio. *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*. In: _____. **Autores Brasileiros**.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 524.

¹¹⁵ Brito Broca, por exemplo, vai afirmar que esse tipo de polêmica “já estava um tanto fora de moda por volta de 1909, quando Sílvio Romero desfechou contra José Veríssimo o violentíssimo ataque das *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*. Tínhamos aqui de novo a agressão mais no terreno pessoal do que no das idéias, em termos rudes e brutais”. Cf. BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**, p. 199.

¹¹⁶ Essas discussões serão desdobradas na segunda parte deste trabalho.

¹¹⁷ Tanto Veríssimo como Machado de Assis, é bom lembrar, pensavam a literatura brasileira, como nos mostra Roberto Ventura, “como expressão nacional dotada de caráter universal e propuseram uma consciência estética, relacionada à profissionalização do escritor”. Aqui estava um dos principais pontos da discórdia, pois, enquanto para Romero a literatura era sinônimo de cultura, Veríssimo recorria às concepções estéticas e noções da retórica clássica para definir sua literatura. Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 120.

¹¹⁸ ROMERO, Sílvio. *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 508. (grifo do autor)

vezes, com a vaidade desses homens. Eça de Queiroz (1845-1900), em carta ao amigo Bento de S., falando de Portugal – mas poderia ser do Brasil também –, assevera que “incontestavelmente, porém, meu Bento, nunca a vaidade foi, como no nosso danado século XIX, o motor ofegante do pensamento e da conduta”. Essa nova forma da vaidade, continua Queiroz, “consiste em ter o seu rico nome impresso no jornal, a sua rica pessoa comentada no jornal! **Vir no jornal!** Eis hoje a impaciente aspiração e recompensa suprema!”.¹¹⁹ As polêmicas, então, “se alimentavam desse jogo recíproco de ataques e contra-ataques, de agravos e desagravos, de réplicas e tréplicas”,¹²⁰ bem como dos interesses pessoais e das disputas pela vaidade ou, como Sílvio Romero denominou, pela “carnificina da vaidade”.

Sobre esse momento literário de luta e disputa, José Veríssimo, criativamente em uma metáfora, revela:

vista de perto e de dentro, a nossa vida literária, por tantos aspectos ridícula e desprezível, assemelha-se a esse jogo de empurra que os nossos meninos, apertando-se em um mesmo banco uns contra os outros, jogam esforçando-se por fazer pular fora um dos companheiros.¹²¹

Coelho Neto, igualmente, em seu romance *A Conquista*, bem soube apresentar um pouco desse fogo cruzado das disputas e dos elogios mútuos:

Mas vamos ao caso. Estás disposto a abrir luta?
 – Acho que não convém.
 – Ora! Não convém... Mas, seu Artur, nós havemos de deixar que um bando de imbecis viva por aí, com muita empáfia, inculcando-se diretor do movimento intelectual? Sujeitos sem valor, rimam baboseiras e escrevem uma prosa mais chata do que o diabo!
 – Que temos nós com isso?
 – Que temos?! Se não aparecer um homem de coragem que se ponha à dominação da grei dos turiferários ficamos reduzidos a quê, faça favor de dizer, a quê? Não, senhor: vou ser implacável. Se tivessem talento, muito bem, mas são todos uns nulos, sem originalidade, sem estilo e pretensiosos como tudo. Chefes...! Ora pelo amor de Deus!
 – Mas, Luiz, eu não te entendo. Combates agremiações literárias, achas, e com razão, que a *coterie* esteriliza...
 – É indecente!
 – É indecente, e alicias um grupo, organizas uma *coterie*, respondes ao mal com o próprio mal. É esquisito.¹²²

Sílvio Romero, ainda, sobre esse fogo cruzado, salienta que

se algum merecimento me pode caber como crítico e historiador literário é ter sido sempre o defensor constante dos talentos provincianos contra a

¹¹⁹ QUEIROZ, Eça de. O Jornal e a Imprensa [1900]. In: **Homens e Idéias do Século XIX**. Org e Pref. de Vianna Moog. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, 1936, p. 298. (grifo do autor)

¹²⁰ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 144.

¹²¹ VERÍSSIMO, José apud COUTINHO, Afrânio. **Da Crítica e da Nova Crítica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1957, p. 24

¹²² COELHO NETO. **A Conquista**, p. 117.

estreiteza de espírito revelada pelos criticalhos do Rio, no menosprezo sistemático que tem por norma contra todos os que não fazem parte da **panelinha do elogio mútuo**, em que se dessoram a si próprios e fazem moer quantos lhes são adversos, nomeadamente os bons escritores provincianos”.¹²³

No que se refere a essa questão dos escritores provincianos em oposição aos escritores da capital, apresentada acima por Romero, pode-se afirmar que esse assunto gerou grande agitação na época. O Norte, desde os primeiros tempos da colonização, se destacava na geografia, na história e na cultura brasileira por sua impressionante autonomia. Uma autonomia que bem cedo fez emergir um sentimento regionalista, expresso, entre outros eventos, na expulsão dos holandeses, no movimento emancipacionista da Confederação do Equador e na força que a literatura e a oratória alcançaram, superando, em muito, o resto do país.¹²⁴ Na década de 70 do Oitocentos, todavia, com a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – a cana de açúcar, o algodão e o tabaco – e o deslocamento da primazia econômica das regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul, teve início um acentuado declínio do Norte e a transferência da supremacia política e literária para o Sul. Chega-se, assim, “a uma inversão completa de posições: o Norte, estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento”.¹²⁵

Visconde de Taunay, sobre essa questão, ressalta que o Norte “fecha-se, retrai-se, esquiva-se cada vez mais, entregue só, ou às preocupações comerciais, ao preço da borracha, do cacau e do açúcar, ou, então, ao mais formal e deprimente desânimo”.¹²⁶ Já se foi o tempo em que obtinha o predomínio no mercado dos livros. E continua,

“Conto com o Norte, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, costumava dizer o velho Garnier; é o grande escoadouro das minhas edições nacionais”. *Quantum mutatus ab illo!* É de crer, ainda persista sob esse aparente indiferentismo, o gosto pela leitura, peiado, tão somente, por terrível mal estar financeiro, mais um espinho entre os muitos que pungem largas zonas, em irrecusável decadência. Que é da Atenas brasileira, centro onde outrora fulgiram tantos nomes ilustres? Ufanava-se, e com razão, de ter o círculo pensante de nossa terra, em que melhor se falava e se escrevia português, pátria de legítimas notabilidades, como Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Gomes de Souza, Sotero dos Reis, Almeida Braga, Franco de Sá, Joaquim Serra e tantos outros!...”¹²⁷

¹²³ ROMERO, Sílvio apud BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**, p. 58. (grifo nosso).

¹²⁴ Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**, p. 298-299.

¹²⁵ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil** [1945]. 32ª Ed.. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 157. Sobre essa questão, Emilia Viotti afirma que “São Paulo e Rio de Janeiro, situados na zona cafeeira então em expansão, cresciam mais rapidamente do que Recife, que vivia em razão da economia açucareira então em situação crítica no mercado internacional. Cf. COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos** [1979]. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, p. 259.

¹²⁶ TAUNAY, Visconde de. **Philosophia e Crítica**, p. 150.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 150.

Os escritores do Norte, desse modo, sentiram fortemente a transferência do centro cultural, econômico e político para o Sul, mais precisamente para o Rio de Janeiro, e não tardaram em reivindicar novamente a primazia.

Uma das polêmicas mais conhecidas, nesse sentido, foi a tese lançada por Franklin Távora (1842-1888), no prefácio de seu romance *O Cabeleira*, de 1876, sobre a existência de uma antítese literária Norte-Sul. Nessa tese, Távora defendia a presença de uma literatura do Norte em oposição a outra do Sul, ou seja, acreditava que as letras tinham, como a política, um certo caráter geográfico e que existia um espírito de supremacia do Norte em relação ao Sul. Esse regionalismo de Távora, segundo a historiografia, parece ter se fundado em três elementos principais: o primeiro seria o “senso da terra”, com uma paisagem que condicionava a vida de toda a região; o segundo seria uma espécie de “patriotismo regional”, orgulhoso das guerras holandesas, do velho patriarcado açucareiro, das rebeliões nativistas; e, por fim, “a disposição polêmica de reivindicar a preeminência do Norte”, considerado mais brasileiro.¹²⁸ Para Franklin Távora, no Norte, “abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra” e a razão, segundo ele, era óbvia: “o Norte ainda não [tinha sido] invadido como [estava] sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro”.¹²⁹ E com essa crença na existência de duas literaturas, pondera:

Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brasileiro. Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política. Enfim não posso dizer tudo, e reservarei o desenvolvimento, que tais idéias exigem, para a ocasião em que te enviar o segundo livro desta série, o qual talvez venha ainda este ano, à luz da publicidade.
— Depois de haveres lido *O Cabeleira*, melhor me poderás entender a respeito da criação da literatura setentrional, cujos moldes não podem ser, segundo me parece, os mesmos em que vai sendo vazada a literatura austral que possuímos.¹³⁰

Sobre essa “bipartição” de Franklin Távora – que Sílvia Romero teria definido como leviana –, José Veríssimo comenta que, “como todo aquele que julga ter descoberto uma lei, um princípio, um critério novo no domínio do pensamento ou alhures, logo exagerou um conceito que, reduzido a proporções modestas e bem definidas, não seria de todo errado”. Veríssimo chegou a admitir que, no Norte, a vida brasileira era “mais forte, mais intensa que

¹²⁸ Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**, p. 299.

¹²⁹ TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira** [1876]. [S. L.]: Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000061.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2007, p. 4.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 5.

no Sul”¹³¹ e que “na literatura descritiva se encontrarão forçosamente diferenças entre uma obra do Sul e uma obra do Norte”. Além disso, quando analisa as condições de produção literárias no Brasil na virada do século, assevera:

Quero somente notar que no Brasil é justamente na região mais quente dele que é mais numerosa, senão também mais notável, a produção literária. Talvez houvesse uma explicação para aquele fato: é que se há um espírito brasileiro, é acaso ali que ele se conservou mais forte e mais estreme. Talvez se pudesse também dizer que o Norte, apesar de sua pobreza, tem uma sociabilidade mais fácil, tem mesmo mais sociedade que o Sul, excetuando o Rio de Janeiro. Há mais no nortista, com maior sensibilidade, maior emotividade, imaginação mais pronta e mais viva, maior confiança em si, mais petulância, mais audácia. O Norte tem ainda a maior antiguidade da cultura.¹³²

Essas afirmações, adverte Veríssimo, não possuem “nem sombra de bairrismo ou de regionalismo”.¹³³ Acreditava estar apenas “verificando um fato” e, nesse sentido, pondera que no Brasil “não [havia] ainda uma literatura nacional, senão apenas um ramo, distinto, é certo, da portuguesa. Ora, se é assim, como julgo, menos pode haver duas literaturas”.¹³⁴ Apesar de ser um estudioso do Norte e compartilhar de algumas dessas idéias de Távora, o crítico paraense não se exime de tentar apresentar uma análise mais imparcial dessa questão, defendendo que em uma nação como a brasileira, “sem vida e menos espírito local, cujos estados carecem inteiramente das condições necessárias à produção literária, vã é a tentativa da existência de literaturas locais. O Rio de Janeiro tem fatalmente de absorver tudo”.¹³⁵

Ainda à luz dessa questão, João do Rio, em seu inquérito literário, perguntou aos homens de letras se “o desenvolvimento dos centros-literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte”. Rocha Pombo (1857-1933), por exemplo, julgava que era “tão insignificante o movimento literário nos Estados” que não acreditava “na possibilidade de se formarem literaturas à parte”. Para ele, quanto à atividade intelectual, “o Rio de Janeiro continuará a ser por muito tempo o Brasil”.¹³⁶ Sousa Bandeira (1865-1917), com um pouco mais de cuidado, declara que,

no Brasil, o número dos que lêem é insignificante e, apesar de tudo, ainda é o Rio de Janeiro onde mais se lê. Os pequenos, corajosos e simpáticos grupos que nos Estados trabalham pelas letras lutam com dificuldades de todo o tamanho, desde a falta de editores até a escassez dos leitores. **O Rio**

¹³¹ VERÍSSIMO, José. A Literatura Provinciana. In: _____. **Que é Literatura?** E outros escritos, p. 130-131.

¹³² Id. Das Condições de Produção Literária no Brasil. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série, p. 41.

¹³³ Ibid., p. 41.

¹³⁴ Id. A Literatura Provinciana. In: _____. **Que é Literatura?** E outros escritos, p. 130.

¹³⁵ Id. Das Condições de Produção Literária no Brasil. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série, p.

48

¹³⁶ RIO, João do. **O Momento Literário**, p. 237.

de Janeiro é sempre o grande centro para onde converge a vida social, política e cultural do país. Sem a sua consagração, dificilmente se podem formar reputações literárias. Sem a sua animação, dificilmente estas reputações podem produzir os resultados que procura todo homem de letras.¹³⁷

Lima Campos, igualmente, relata, em *O Momento Literário*, que todos os legítimos méritos literários que se revelam nos Estados convergem sempre para a capital, pois “esta é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas”. Prossegue ele, “daí a superioridade do meio literário do Rio sobre os dos Estados; ele é o núcleo dos méritos mais apurados de todo o Brasil”.¹³⁸ Mas José Veríssimo adverte que “devemos animá-la [a literatura provinciana], entretanto, porque hoje, como ontem, são os grupos literários provincianos a sementeira da nossa literatura”.¹³⁹ Como ele, Sílvio Romero resume a função das províncias como sendo a de “produzirem a variedade na unidade e fornecerem à Capital os seus melhores talentos”.¹⁴⁰

De fato, era na Corte que se localizavam as principais editoras, jornais e revistas, entre outras formas de animação da vida literária.¹⁴¹ Foi lá, portanto, que se estabeleceram editores como o Garnier, “que [editava] o que de melhor se [escrevia] no país, em matéria de literatura”; o Laemmert, “que se [especializava] em edições de obras científicas ou sérias”; e o Quaresma, “editor de baixas-letras e que, por isso mesmo, [era] popularíssimo”.¹⁴² Havia, ainda, o Briguiet, com sua livraria localizada à rua Nova do Ouvidor e considerada uma das melhores da cidade;¹⁴³ o Francisco Alves, com uma livraria ainda pouco expressiva nessa época, mas que já possuía “um número valioso de edições, ótima clientela e uma loja ampla e bem fornida de obras, sobretudo didáticas”; o Rodrigues de Paiva; o Jacinto Ribeiro dos Santos, que editava “as melhores obras jurídicas do país” e o Azevedo. E por falar na livraria Azevedo, Luiz Edmundo nos conta um jocoso episódio ocorrido nesse estabelecimento. De acordo com ele, certa vez, Carlos de Laet chegou à livraria, encontrou o professor Alfredo

¹³⁷ RIO, João do. *O Momento Literário*, p. 285-286. (grifo nosso)

¹³⁸ *Ibid.*, p. 86.

¹³⁹ VERÍSSIMO, José. A Literatura Provinciana. In: _____. *Que é Literatura?* E outros escritos, p. 133.

¹⁴⁰ RIO, João do. *O Momento Literário*, p. 48.

¹⁴¹ Além dos jornais, revistas e livrarias, a vida mundana se fazia presente, ainda, nos, já destacados, cafés, confeitarias, além de salões literários e clubes noturnos. Cf. BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil*, p. 23-32.

¹⁴² EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Vol. 4, p. 702.

¹⁴³ Como nos conta Luiz Edmundo, era uma livraria de boa freguesia, sendo freqüentada por Medeiros e Albuquerque, Artur Orlando, Júlio de Novais, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Veríssimo Candido de Oliveira, bem como “lá é que Rui Barbosa faz ponto certo e recebe recados e cartas, quando sai do Senado, após a *tourné* que faz às outras livrarias”. Cf. EDMUNDO, op. cit., p. 728.

Gomes e disse, “batendo com o cabo de volta do guarda-chuva no balcão do Azevedo: – Eu tenho sobre vocês uma virtude enorme. Não concordo nunca! E morreu discordando”.¹⁴⁴

Pelas maiores oportunidades de ocupação e de repercussão, a Corte constituiu-se, assim, a meta desejada por quase todos os literatos. E se ouve quem, como Sílvio Romero, que sempre, por todos os meios, procurava estimular e aplaudir a vida literária das províncias, como uma maneira de afirmar a “multiplicidade na unidade” e protestar contra a preeminência da Capital, defendendo o provincianismo de seu amigo e chefe de Escola, Tobias Barreto, a sua voz só foi ouvida, de certa forma, porque este se encontrava na Corte. Essa é uma das razões de se analisar aqui especialmente o Rio de Janeiro, pois foi na capital do país que os principais literatos e Sílvio Romero, nosso objeto mais específico, chegaram ao auge de suas carreiras. Embora os literatos tenham tido sua formação em suas respectivas províncias e embora nesse período tenham-se plantado muitas das idéias que se desenvolveram posteriormente, os trabalhos desses homens de letras só ganharam visibilidade porque esses se encontravam na Corte.

Araripe Júnior, no ensaio *Movimento Literário do ano de 1893*, descreve bem essa prática:

Foi a *Revista Brasileira* que trouxe ao conhecimento dos espíritos cultos desta capital que em 1880 havia no Pará um movimento literário bem notável, iniciado por um escritor, hoje muito reputado na imprensa fluminense, porque aqui reside e já fez parte brilhantemente do jornalismo, mas que entretanto naquele tempo ali vivia obscuro, ignorado, embora tivesse dado à estampa, nos jornais da terra, os seus *Estudos Amazônicos* e outros trabalhos de crítica, que poderiam ser colocados a par dos escritos dos mais audaciosos pensadores brasileiros. Ora, é bem possível que se a *Revista* não pusesse José Veríssimo em contato com o grande público, estivesse ele ainda a vegetar lá pelo Pará, e que por fim, perdidos os estímulos, acabasse por onde acabam todos os talentos provincianos, arruinando o espírito nas sórdidas polêmicas de campanário.¹⁴⁵

Todavia, não se pode negar a representatividade cultural de algumas capitais de províncias, como, por exemplo, São Paulo e Recife. A Faculdade de Direito do Recife, apesar de alguns exageros de seus membros, foi sim um centro cultural de propagação de “novas idéias” e lançou nomes importantes da nossa intelectualidade, assim como a Faculdade de

¹⁴⁴ Cf. EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Vol. 4, p. 702-759. Sobre essas principais livrarias ver, ainda, BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil*; HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil* (sua história). São Paulo T. A. Queiroz, Editor/Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

¹⁴⁵ ARARIPE JÚNIOR. *Movimento Literário do Ano de 1893*. [1894] In: *Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, Vol. 3, p. 106.

Direito de São Paulo.¹⁴⁶ Mas era na Corte, sem dúvida, que os poetas e escritores vinham publicar seus livros e se realizar literariamente.¹⁴⁷ José Veríssimo pondera, acerca disso, que “os contatos literários [...] começaram-se a fazer mais eficazmente quando o Rio de Janeiro tomou definitivamente a função de nossa capital intelectual”.¹⁴⁸

2. Arena das Disputas

Como se vê, a guerra das “panelinhas” literárias, a polêmica, a troca de elogios, as metáforas belicosas foram algumas constantes perceptíveis nos escritos dos intelectuais do tempo.¹⁴⁹ Tendo em conta essas colocações sobre o papel da polêmica no universo literário do final do Oitocentos brasileiro, especialmente, as duas últimas década do século XIX, em que se nota uma maior efervescência, vale indagar: qual era o principal meio de divulgação dessas polêmicas? Qual era a arena em que esses homens de letras se digladiavam?

À partida, malgrado a revista tenha igualmente um papel relevante nesse campo, destaque especial merece o jornal, o qual deu condições necessárias para a existência de uma vida intelectual intensa no Brasil. Entre os principais jornais daquele tempo,¹⁵⁰ Luiz Edmundo

¹⁴⁶ Sobre a importância dessas faculdades nos movimentos político-intelectuais do final do século XIX ver ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 133-146.

¹⁴⁷ Sobre essa questão do provincianismo, Antonio Candido sintetiza que “se não existiu uma literatura paulista, gaúcha ou pernambucana, há sem dúvida uma literatura brasileira manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados”. Cf. CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**, p. 163.

¹⁴⁸ VERÍSSIMO, José. Das Condições de Produção Literária no Brasil. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série, p. 47.

¹⁴⁹ E não somente havia o polemista, vale destacar, mas ainda um público das polêmicas. De acordo com Machado Neto, nos jornais, os polemistas “representavam para um público que aplaudia e fazia prognósticos e – quem sabe?! – até... apostas”. Esse público das polêmicas acompanhava fielmente as disputas, com uma atenção quase esportiva, e se constituíram como um “auditório ressonante que assistia diariamente aos grandes lances polêmicos das vedetas da pena”. MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras**, p. 147.

¹⁵⁰ Tânia de Luca, sobre a imprensa nos primeiros tempos da República, vai afirmar que “a partir de meados da década de 1870 a circulação de periódicos conheceu significativo incremento e, ao lado, do *Diário de Pernambuco* (Recife, 1825), um dos mais antigos em circulação da América Latina; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, 1827); *Correio Paulistano* (São Paulo, 1854) e *Diário da Bahia* (Salvador, 1853-1957), surgiram títulos como *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 1875); *Diário de Notícias* (Salvador, 1875-1979); *A Província de São Paulo* (São Paulo, 1875), depois da República *O Estado de S. Paulo*; *O País* (Rio de Janeiro, 1884); *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1891); *Comércio de São Paulo* (São Paulo, 1893); *A Notícia* (Rio de Janeiro, 1894); *Correio do Povo* (Porto Alegre, 1885); *Diário de Minas* (Belo Horizonte, 1899). Cf. LUCA, Tânia R. de. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In: MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-156. Como ela, Maria de Lourdes Eleutério, em *Imprensa a Serviço do Progresso*, destaca alguns jornais que marcaram a vida da capital federal nesse período. Entre eles estavam: *O País*, “criado pouco antes do advento da república, em 1884, sob a direção de Quintino Bocaiúva, [...] obteve grande prestígio e tiragens elevadas”; o *Jornal do Brasil* (1891), dirigido por importantes nomes da nossa história, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa; “o *Jornal do Commercio* (1838), de

nos conta que não havia empresa jornalística “mais prestigiosa, mais sólida, nem mais sisuda” que o *Jornal do Commercio*, embora este não tivesse possuído “a ligeireza da *Cidade do Rio* e a graça da *Gazeta de Notícias*”. Impresso em grande formato, o *Jornal do Commercio* era lido por homens de comércio, da política, os funcionários públicos, os graduados da tropa, por todos, enfim, que buscavam “informes de primeira mão, discretos e garantidos”. Até quem não o lia, assinava-o, “como os bons merceeiros, que [viviam] a emprestá-lo à freguesia, hábito muitíssimo do tempo”.¹⁵¹ Edmundo igualmente destaca o papel da *Gazeta de Notícias*,¹⁵² jornal de elite representado por grandes redatores literários. Olavo Bilac era quem traçava “a crônica dos domingos, onde [lampejava] a mais leve e dourada fantasia”, além de Pedro Rabelo, Guimarães Passos, Coelho Neto, Emílio de Menezes, ou seja, “é toda a estouvada roda da *Colombo*, como se vê, em torneios de espírito, a fabricar as lantejoulas do jornal”.¹⁵³

Compunham o quadro dos principais jornais, ainda: *O País*, que contava com a colaboração de Artur Azevedo, “cronista mais lido, mais popular” do seu tempo; o *Jornal do Brasil*, também chamado de “popularíssimo”, por exercer grande prestígio sobre as camadas populares; a *Notícia*, “dos vespertinos da cidade, o mais simpático, o mais lido e o de maior tiragem”, contava com a colaboração de Olavo Bilac e de Medeiros e Albuquerque; a *Tribuna*, que tinha como redator chefe Alcindo Guanabara; a *Cidade do Rio*, fundada por José do Patrocínio, que, nas palavras de Edmundo,

nada mais [era] que uma simples gazeta de boêmios que se [fazia], um pouco, pelas mesas da Pascoal e da Cailteau, entre copos de cerveja e cálices de conhaque, grandes fases do espírito, grandes gestos e as **boutades** gentis de uma geração que romanticamente ainda [revivia] o ambiente sentimental dos contos de Murger;

além do polêmico *Correio da Manhã*, o qual, em seu artigo de fundação, Edmundo Bittencourt declara que “jornal a que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião”.¹⁵⁴

João do Rio, sobre o papel do jornal nesse tempo, em seu inquérito literário, perguntou a todos os entrevistados os efeitos do jornalismo para a literatura. Olavo Bilac, por exemplo,

voz partidária, o *Diário de Notícias* (1885), combativo como o *Correio da Manhã* (1901-1974)”; a *Gazeta de Notícias* (1893-1916). Cf. ELEUTÉRIO, M. de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In: *Ibid.*, p. 83-102.

¹⁵¹ EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Vol. 4, p. 893.

¹⁵² De acordo com Edmundo, “diz-se que das folhas do tempo, exceção feita do *Correio da Manhã*, a *Gazeta* é a que paga melhor. Um seu repórter ganha de 160\$ a 200, um redator de 280\$ a 400\$, um secretário ou redator-chefe de 500\$ a 700\$00”. Cf. *Ibid.*, Vol. 4, p. 922.

¹⁵³ *Ibid.*, Vol. 5, p. 922.

¹⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 925-1043.

responde que “o jornalismo é para todos os escritores brasileiros um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal”.¹⁵⁵ Sílvio Romero, igualmente, declara que o jornalismo vinha sendo “o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira [...]. É no jornal que tem todos estreado os seus talentos; nele é que tem todos polido a linguagem, apreendido a arte da palavra escrita”. Declara ainda que é pelo jornalismo que “os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiquinhos sem saber, sem talento, sem tino, sem critérios, e, não raro, sem moralidade”.¹⁵⁶

Ao contrário desses entusiastas do jornal, Clóvis Beviláqua, em seu depoimento, afirma não ser muito simpático ao jornalismo. Alega, sem negar o seu valor cultural, que daqueles “que nele trabalham, esgota as energias, dispersa os esforços e alimenta a superficialidade”, e, em contrapartida, aqueles “que nele bebem idéias, mais vezes perturba do que orienta, mais vezes agita paixões do que esclarece opiniões”. E completa, “é uma forte projeção de luz envolvida em densa fumarada”.¹⁵⁷ Do mesmo modo, Guimarães Passos (1967-1909) assevera que o jornalismo é “péssimo. O Jornalismo é o balcão. Não pode haver arte onde há trocos; não pode haver arte onde o trabalho é dispersivo”.¹⁵⁸ Já Coelho Neto, apesar de afirmar no inquérito que o jornal vinha sendo um grande bem para nossa literatura,¹⁵⁹ descreve um diálogo depreciativo sobre o jornal, em seu romance *A Conquista*:

Em que jornal trabalha? – perguntou Anselmo rompendo o silêncio.

– Eu? Não trabalho em jornais. Considero a imprensa uma indústria intelectual. Entra a gente para o jornalismo com um bando de idéias originais e retalha-as para o varejo do dia a dia. Quando vejo um poeta ou um prosador a fazer notícias, tenho piedade. [...]

– Pois eu vou trabalhar na *Gazeta*.

– Vai escrever crônicas...

– Não sei ainda.

– Não faça notícias; a notícia embota. Ataque as instituições, desmantele a sociedade, conflagre o país, excite os poderes públicos, revolte o comércio, assanhe as indústrias, enfureça as classes operárias, subleve os escravos, mas não escreva uma linha, uma palavra sobre notas policiais, nem faça reclamos. Mantenha-se artista: nem escriba nem camelote. [...]

O redator não quer saber se temos ideais ou não: quer espremer. Quanto mais suco melhor. O prelo é a moenda e lá se vai o cérebro, aos bocados, para repasto do burguês imbecil [...] Um homem de talento que se mete em jornais suicida-se.¹⁶⁰

¹⁵⁵ RIO, João. *O Momento Literário*, p. 10.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 49.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 111-112.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 150.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 60.

¹⁶⁰ COELHO NETO. *A Conquista*, p. 108.

João do Rio, compartilhando das idéias de alguns de seus entrevistados, em outro livro seu, *Cinematógrafo*, chega a comparar o jornalismo, em tom irônico e defendendo o seu quinhão como grande jornalista, ao “Charuto das Filipinas”. Segundo João do Rio, há um costume nas Filipinas de se fumar o charuto familiar, charuto este que possui grandes proporções e se fuma entre família, amigos e hóspedes; e nunca de uma vez, em razão do seu tamanho. Nas Filipinas, continua o autor, todo mundo fuma: “o velho patriarca, o filho do patriarca e mesmo os netos. Um filipino de três anos não deixa de puxar a sua fumaça no charutão desconforme. As crianças de mama variam a chupação entre a mamadeira e o charuto”.¹⁶¹ A analogia do jornalismo carioca do final do XIX e início do XX se deve ao fato de que, como ele próprio declara:

para ser jornalista, em qualquer parte do mundo civilizado, é preciso ter vocação e prática. [...] Aqui não há estilo, não há gramática, não há prática, não há bom senso, não há vocação. Um pequeno estudante, naturalmente poeta, tem uma crise monetária. [...] Que fazer? O pequeno estudante arranja um empenho político e amanhece repórter, redator, jornalista. Um cidadão qualquer fracassou em todas as profissões, quebrou, foi posto fora de um clube de jogo. Que faz? É jornalista. [...] O idiota que quer gastar dinheiro, o industrial esperto, o político com apetites de chefe, estão em crise? Surge imediatamente o jornal para lançá-los, lançado por eles.¹⁶²

Assim, a imprensa carioca tornou-se, para este cronista da vida mundana, um enorme “charutão”, no qual todos experimentam, desde pirralhos aos mais velhos, e aos mais experientes jornalistas só sobrava a ponta desse charuto.

Machado de Assis, igualmente, nas crônicas de *O Espelho*, lançou, alguns anos antes de João do Rio, a idéia do “parasita social”, o qual se dividia em várias espécies, a saber, o parasita da mesa, o literário, o político e o da igreja. No que se refere aos parasitas literários, Machado destaca que a imprensa é a mesa desses parasitas, ou seja, nas suas palavras, “pegai em um jornal; o que vedes de mais saliente? Uma fila de parasitas que deitam sobre aquela mesa intelectual”. O jornal, continua o romancista, “não é propriedade, nem da redação nem do público, mas do parasita. Tem também o livro, mas o jornal é mais fácil de contê-los”.¹⁶³

Malgrado esteja presente, nessas declarações, apologistas e críticos do jornalismo, não se pode negar o valor que o jornal teve nessa época. A colaboração para a imprensa se apresentava como uma trilha concreta em direção à profissionalização dos escritores e ao aumento de prestígio e influência política desses homens de letras, ou seja, a vida intelectual era praticamente dominada pela imprensa, que constituía a principal instância de produção

¹⁶¹ RIO, João. O Charuto das Filipinas [1909]. In: _____. **João do Rio**, uma antologia, p. 143-144.

¹⁶² Ibid., p. 145.

¹⁶³ MACHADO DE ASSIS. Crônicas [1859-1888]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 22, p. 21.

cultural da época, bem como fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais aos que buscavam conquistar um lugar de destaque no palco nacional.¹⁶⁴

Desde meados do século XIX, a propósito, é possível notar o nascimento de uma ativa vida cultural na cidade do Rio de Janeiro. Estudos sobre esse período destacam que a sociedade brasileira passava por profundas transformações na segunda metade do Oitocentos, impulsionadas, entre outros motivos, pela decadência da economia tradicional e pela urbanização.¹⁶⁵ Com a proibição do tráfico de escravos, em 1850, parte do capital gerado por este setor passou a ser investido em outras áreas fora do âmbito rural, ou seja, na atividade urbana, nos negócios, nas manufaturas, nos bancos, produzindo, assim, um novo cenário de expansão rápida e um significativo desenvolvimento interno.¹⁶⁶ Entre as principais transformações ocorridas estavam as tentativas bem-sucedidas da industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito, que criaram uma balança comercial favorável e permitiram não somente uma ascensão sensível do padrão de vida da população, mas também o aparelhamento técnico do país, introduzindo novas técnicas de transportes e meios de comunicação. A instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção, bem como a introdução do telégrafo promoveram mudanças sensíveis na lógica da atividade econômica, no deslocamento de pessoas e na divulgação de informações.¹⁶⁷ Esse aperfeiçoamento do sistema de transportes impulsionou, ainda, o deslocamento dos latifundiários do meio rural para o urbano, estimulando, cada vez mais, o processo de urbanização, à medida que os fazendeiros se transferiram para os grandes centros.

No Rio de Janeiro, especialmente, as transformações foram ainda maiores. O trânsito de fazendeiros para a capital do país dinamizou o processo de urbanização e aumentou o interesse pelas diversões públicas, com a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. O sistema de calçamento das ruas, de iluminação, de abastecimento de água passou por significativas melhorias. Mudanças ocorreram também nos transportes urbanos,

¹⁶⁴ Cf. MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos. São Paulo: Perspectiva, 1977.

¹⁶⁵ COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República**; HOLANDA, S. Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972, Vol. 5; PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**; ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**.

¹⁶⁶ De acordo com Caio Prado Júnior, “No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de estradas de ferro”. “Além das vias de transporte, o império deixará também uma desenvolvida rede telegráfica de quase 1,000 km de linhas, articulando todas as capitais e cidades mais importantes do país”. Cf. PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 192 e 197.

¹⁶⁷ ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**, p. 94.

com a instalação de bondes elétricos; na arquitetura das cidades, que substituía os casarões de taipa por chalés de tijolo do estilo europeu, bem como com mobílias francesas e inglesas no lugar dos móveis coloniais; e na comunicação, com o telégrafo, que teve um papel importante, além das novas técnicas introduzidas na imprensa, que facilitaram e aceleraram a circulação de notícias.¹⁶⁸ Conjuntamente com os avanços da comunicação, as melhorias no sistema de ensino, com o crescimento do número de escolas e o aumento do índice de alfabetização,¹⁶⁹ e a explosão demográfica – quase dobrando a população da capital entre os anos de 1872 e 1890 –¹⁷⁰ fizeram multiplicar os jornais e revistas em circulação e contribuíram para a fundação de associações artísticas e musicais.¹⁷¹

A vida cultural no Rio de Janeiro, desse modo, ganhava novos contornos, com a intensificação das atividades intelectuais e, ainda, com o apoio de D. Pedro II (1825-1891), um apaixonado pelas *luzes*. A Maioridade trouxe para o país um período relativamente calmo na política e possibilitou à imprensa atingir um maior grau de maturidade e se instalar definitivamente no seio da sociedade local. Mas foi somente durante o advento da República que o Rio de Janeiro se firmou como principal centro cultural, político, comercial e financeiro do Brasil.

Palco principal de todo esse processo de mudanças, a capital centralizava ainda o maior mercado de emprego para os homens de letras, oferecendo-lhes oportunidades, desde os simples empregos burocráticos até os cargos de representação, as comissões e as delegações

¹⁶⁸ Cf. COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República**; PRADO JUNIOR, op. cit.

¹⁶⁹ Sobre essa questão, Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*, ressalta que “em 1869 o Brasil possuía uma escola primária para 541 crianças livres de 6 a 15 anos. Cinco anos depois, tal foi o progresso quantitativo alcançado nesse particular que o Império ostentava uma escola para cada 314 brasileiros livres em idade escolar. [...] Em 1889, calculava-se ser o número de escolas primárias, tanto públicas como particulares, no Brasil, cerca de 7.500, freqüentadas por cerca de 300 mil alunos, contra as 3.516 escolas e os 115.735 alunos do ano de 1869”. Cf. FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso** [1959]. 6ª Ed. São Paulo: Global, 2004, (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 3), p. 379-380. Ver ainda: VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional** [1906]. 3ª Ed. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985. (novas Perspectivas, 14); LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN. **A Formação da Leitura no Brasil**.

¹⁷⁰ De acordo com Emilia Viotti a população da capital do país passou de 274.972 em 1872 para 811.443 habitantes em 1900. Cf. COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República** op. cit., p. 266. Nicolau Sevcenko ressalta, ainda, que “a Abolição e a crise da economia cafeeira que se lhe seguiu [...] desencadeou uma enorme mobilização (85.547 pessoas) da massa humana outrora presa àquela atividade e que em boa parte iria afluir para a cidade do Rio, fundindo-se ali com o já volumoso contingente de escravos recém-libertados, que em 1872 chegara a constituir 18% (48.939 pessoas) da população total da capital do Império. Vêm somar-se a essa multidão os sucessivos magotes de estrangeiros, [...] os quais somavam 70.298 pessoas de 1890 a 1900 e 88.590 de 1900 a 1920, perfazendo um total de 158.888 imigrantes de 1890 a 1920”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**, p. 72; CARVALHO, J. Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 p. 16-17.

¹⁷¹ A circulação da imprensa, vale pontuar, apesar do aumento, era considerada ainda modesta, comparada aos grandes centros desenvolvidos. Olavo Bilac, nesse sentido, afirma, em 1905, que “todos os jornais do Rio de Janeiro, não vendem, reunidos, 150 mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê”. Cf. SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras: literatura, técnicas e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 74.

diplomáticas. Havia também a tutela oferecida pelo Estado a organizações culturais e institutos superiores e o mecenato declarado do Ministério das Relações Exteriores aos grandes expoentes das letras e das artes. Além disso, a vida mundana nos cafés, confeitarias e livrarias da Rua do Ouvidor despertava as fantasias dos homens de letras que queriam viver essa literatura, ativando ainda mais a vida cultural. O Rio de Janeiro, dessa maneira, oferecia um campo único de atuação para os intelectuais, tendo a sua posição de proeminência nas letras sido consagrada definitivamente em 1897, com a inauguração da Academia Brasileira de Letras.¹⁷²

Para a capital do Império, então, começam a convergir os homens de letras representantes dos movimentos do Norte e do Nordeste, que encontrariam no Rio oportunidades de emprego no ensino, na política ou no jornalismo. Para o Rio vieram, entre outros homens, José Veríssimo, que partiu do Pará em 1892 para dar aulas no Colégio Pedro II e relançou, em 1895, a *Revista Brasileira*; Araripe Júnior, que, para se dedicar à advocacia e ao jornalismo, deixou o Ceará no início dos anos 80; Capistrano de Abreu (1853-1927), que chegou ao Rio em 1875 e trabalhou na Livraria Garnier, na *Gazeta de Notícias*, na Biblioteca Nacional e foi professor do Colégio Pedro II; Lúcio de Mendonça, que saiu do Piauí para se tornar um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras; Medeiros e Albuquerque, também idealizador da ABL, deixou o Recife para fazer carreira política, jornalística e literária, ocupando cargos como de secretário do Ministério do Interior e professor da Escola de Belas Artes. Até mesmo aqueles que, como Sílvio Romero, atacavam a primazia da capital do Império vieram. Uma exceção nessa onda de transferência de homens de letras para a Corte, vale sublinhar, foi o jurista e poeta Tobias Barreto, o qual nunca pisou na capital do país.

Muitos homens que não conseguiam se realizar literariamente em suas províncias emigraram para a capital e encontraram no jornal um meio propício de divulgação de suas idéias, bem como a possibilidade de um trabalho. O jornal facilitou a vida de muitos desses literatos, “dando-lhes um *second métier* condigno”,¹⁷³ no qual podiam criar um ambiente para a atividade de escritor. Além disso, em razão das dificuldades de se viver da pena,¹⁷⁴ a vida intelectual era, muitas vezes, dividida com outras profissões. É comum encontrarmos nas

¹⁷² Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**, p. 118-119.

¹⁷³ Cf. BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**, p. 216.

¹⁷⁴ Sobre os aspectos financeiros da leitura nesse tempo, Marisa Lajolo e Regina Zilberman, no estudo sobre a formação da leitura no Brasil, estabelecem um quadro de valores que se estende desde os preços dos livros, revistas e jornais à remuneração dos escritores. Cf. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**; Ver ainda, acerca dos valores pagos pelos principais jornais: ELEUTÉRIO, M. de Lurdes. Imprensa a serviço do Porgresso. MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 94.

biografias desses homens, além da profissão de jornalista ou escritor, a de político, médico, engenheiro, diplomata, jurista, entre outras ocupações. Sílvio Romero, tragicamente, chegou a afirmar que “o trabalho intelectual é no Brasil um martírio; por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos”.¹⁷⁵ Como ele, um cronista do *Jornal do Commercio* declarou ter “pena de quem vive da pena [...] todos os nossos escritores, mesmo os mais respeitados, não vivem das letras e ganham o pão no exercício de outros ofícios”.¹⁷⁶

Apesar dessas dificuldades, pode-se dizer que era pela pena que grande parte desses homens se promovia, pois, entre outros motivos, o entrelaçamento entre vida política e intelectual havia se tornado tão forte, que era quase impossível ascender na carreira política sem antes ter escrito uns poemas ou umas linhas de literatura.¹⁷⁷ O jornal acabou se transformando em passaporte para alguns letrados que reclamavam um lugar no panteão nacional. O jornalismo, desse modo, não só aumentou o poder de ação dos literatos e se tornou um sustentáculo da vida intelectual, como possibilitou ainda a criação de um novo tipo de escrita na época.

Sobre essa questão de um novo tipo de escrita, João do Rio¹⁷⁸ nos conta que todo mundo, naquele momento, estava sofrendo de uma dolorosa moléstia, a saber, a pressa de acabar, “já nada se faz com tempo. Agora faz-se tudo por falta de tempo”.¹⁷⁹ Araripe Júnior, igualmente, tempos antes, havia captado essas impressões do cronista carioca:

Os *Sonhos d'Ouro* perderam o seu valor. As letras tiveram de acompanhar os bondes e de descer às praças e às ruas. O folhetim, que então era escrito unicamente para moças, passou a dirigir-se ao povo. O romance, que servia como o *Moço Loiro* de veículo aos namorados, foi obrigado pela influência do naturalismo e da democracia dos costumes a buscar a análise crua da vida brasileira. O azulado das montanhas da Tijuca embaciou-se, o brilho tropical do Corcovado cedeu ao contraste da audácia da sua estrada de ferro, e o Rio de Janeiro poético, vaporoso, que encontramos nas páginas menores intituladas *Ao Correr da Pena*, publicadas em 1857 por José de Alencar no *Correio Mercantil*, deixou-se substituir pela cidade ruidosa dos carros elétricos, dos telefones, dos frontões e dos sindicatos.¹⁸⁰

¹⁷⁵ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 93.

¹⁷⁶ Autor desconhecido [1896] apud SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*, p. 114.

¹⁷⁷ ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento*, p. 113.

¹⁷⁸ A presença tão forte de João do Rio nesse trabalho se justifica pelo fato de este ter sido uma figura que encheu e dinamizou todo um período da vida do Rio de Janeiro, que revolucionou o processo de fazer imprensa no Brasil, bem como introduziu entre nós a reportagem moderna e um novo tipo de crônica, interessada nos aspectos sociais e humanos da vida urbana, entre outros méritos desse importante homem de letras. Ademais, o seu inquérito literário, aqui bastante explorado, possibilitou um conhecimento mais amplo dos literatos do final do século XIX e suas posições acerca de questões importantes como o jornalismo literário e o papel das províncias na literatura.

¹⁷⁹ RIO, João do. A Pressa de Acabar. In: _____. *João do Rio*, uma antologia, p. 151.

¹⁸⁰ ARARIPE JÚNIOR. Movimento Literário do Ano de 1893. In: *Obra Crítica de Araripe Júnior*, p. 174.

Esse fim de século para os nossos letrados, com as significativas transformações sociais, econômicas e culturais, havia se tornado tempo de incertezas, em que as tradições estavam abaladas e se configuravam novos valores intelectuais e morais. Araripe Júnior, nesse sentido, ressalta que “a mudança das instituições, a adoção de novos costumes políticos, o abalo das idéias, as agitações dos espíritos criaram uma atmosfera intensa”,¹⁸¹ isto é, o próprio clima de frenesi com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas concorria para uma aceleração ímpar do ritmo da vida da sociedade carioca. Os homens de hoje, segundo Olavo Bilac, “são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora”.¹⁸² E a própria linguagem do homem de letras foi tomando uma dimensão mais dinâmica e ligeira, consolidando, assim, uma nova forma de apresentação do mundo. De acordo com estudos posteriores, essa linguagem foi assumindo uma dimensão de escrita jornalística, ou seja, o simples fato de trabalharem na imprensa diária, em contato com a visão de cada dia como uma condensação privilegiada da história, parece sugerir a esses poetas uma espécie de forma literária “de passagem, moldada no jornal”.¹⁸³

Essa “pressa de acabar” ou essa nova dimensão da escrita pode ser ilustrada na crítica de José Veríssimo, de 1901, ao livro de Valentim Magalhães, *A Flor de Sangue* (1897). Nessa análise, o crítico paraense ressalta que Valentim Magalhães se rendeu ao “feio vício literário do tempo” de escrever às pressas. De acordo com Veríssimo, o próprio autor assume, em seu prefácio, ser esta uma “obra de fôlego” e que a escreveu às pressas, porque a quantia seria satisfatória e o seu editor tinha urgência em recebê-la. Afirma ainda Veríssimo que “a pressa traiu completamente o escritor” carioca e que seu romance “é verdadeiramente um estilo de reportagem, de noticiário, quase sem nenhuma qualidade literária”.¹⁸⁴ Para esse autor da *História da Literatura Brasileira* (1916), em seu panorama sobre a época,

romances, poemas, estudos de ciência ou estudos de história, crítica e filosofia, tudo fazemos às pressas, como se, dotados de excepcional capacidades, nos forrássemos às necessidades iniludíveis do tempo, como elemento indispensável no trabalho intelectual. A natureza vingá-se, porém, condenando a nossa literatura, senão a um marcar passo perpétuo, a uma marcha vagarosa e frequentemente interrompida.¹⁸⁵

¹⁸¹ ARARIPE JÚNIOR. Movimento Literário do Ano de 1893. In: **Obra Crítica de Araripe Júnior**, p. 202.

¹⁸² BILAC, Olavo [1904] apud SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**, p. 38

¹⁸³ Cf. SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras**, p. 99.

¹⁸⁴ VERÍSSIMO, José. **Estudos Literatura Brasileira** [1901]. 1ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 92.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 98.

Sílvio Romero, pouco tempo antes, já havia destacado essa “pressa de acabar” de Valentim Magalhães. Em sua análise à obra *A Literatura Brasileira* do escritor fluminense, revela que

o Sr. V. M. é inegavelmente um moço de talento, um verdadeiro temperamento literário; mas escreve de afogadilho e apressado. Por isso não acertou inteiramente com o seu caminho; continua a tentar todos os gêneros, sem conseguir produzir obra durável que dê toda a medida de sua capacidade.

E acrescenta que a própria classificação feita por Magalhães na poesia nacional dá bem uma noção da sua visão da escrita literária naquela época. Segundo Romero, é “de notar a completa incompreensão do Sr. V. M. quanto à ultima fase da poesia nacional, que ele chama **a dos desorientados**”.¹⁸⁶

Medeiros e Albuquerque, ainda sobre essa idéia de a escrita literária tomar uma dimensão jornalística, em seu depoimento a João do Rio, ressalta que,

no afã da vida moderna, que nem a todos dá tempo para as lentas meditações, o jornal se fez um concorrente temível do livro. Daí o ciúme, a inveja. Mas os livros bons sobrenadam apesar de tudo. Os que acham que não produzem obras-primas, porque estão jungidos aos trabalhos de imprensa, se dispusessem de todo o tempo preciso e não tivessem necessidade de trabalhar, talvez não produzissem nada nem na imprensa nem na literatura...¹⁸⁷

Essa idéia de uma obra “apressada”, a propósito, encontra-se por vezes com a idéia de polêmica, ou seja, a polêmica, de um modo geral, também, como essa nova dimensão da escrita literária, é vista como uma reflexão rápida, superficial, movida pelo calor da hora. Esses homens de letras, então, com um novo fôlego de escrita, encontraram no jornal a arena ideal para propagarem suas idéias, defenderem seus ideais e gerarem polêmicas. Nesse sentido, Coelho Neto declara ironicamente: “aos agitadores da opinião, aos que fazem o fluxo e o refluxo das marés sociais, esses não têm outro campo senão o jornal”.¹⁸⁸ O jornal, nesse tempo, era visto como uma espécie de palanque privilegiado, onde os literatos subiam para defender seus ideais e lutar por um lugar privilegiado no jogo da intelectualidade. Além disso, em uma sociedade que estava se formando culturalmente e possuía, pode-se dizer, muitos literatos com princípios e idéias efêmeras, o jornal, pelo caráter ligeiro, de fácil impressão, de custos baixos, tornou-se a forma por excelência de propagação de idéias, de afirmação no

¹⁸⁶ ROMERO, Sílvio. *Literatura Brasileira por Valentim Magalhães* [1896]. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 69. (grifo do autor)

¹⁸⁷ RIO, João. **O Momento Literário**, p. 76-77.

¹⁸⁸ COELHO NETO. **A Conquista**, p. 108.

meio literário e de convívio maior com as letras, suprindo, em muito, as deficiências que a falta de livros causava.¹⁸⁹

Esses intelectuais não só conceberam um novo estilo de escrita, a jornalística, como também criaram, nesse período, um vocabulário beligerante próprio. De um texto para outro, esses literatos transmutavam-se de pacatos intelectuais em guerreiros da palavra.¹⁹⁰ Guerreiros estes que transformaram a linguagem da crítica em um jargão de guerra, criando um vocabulário específico para se referirem tanto à vida literária como às suas obras e aos títulos delas. Para tratarem da carreira literária, por exemplo, as palavras usadas eram “liça, luta, embate”, para relatarem a ascensão literária falavam “sempre em batalha, pugnas, combates”.¹⁹¹ Exemplos desse vocabulário podem ser notados no famigerado neologismo polêmico de Sílvio Romero, *Zeveirissimações* – que intitula sua obra de ataque a José Veríssimo – ou em alguns títulos de suas obras, como *Doutrina contra Doutrina* (1894), *Provocações e Debates* (1909).

Tais títulos belicosos, todavia, não eram encontrados somente nas obras de Sílvio Romero, mas também em livros como o de Lúcio de Mendonça, intitulado *Vergastas* (1889), nos poemas de Valentim Magalhães, com o título de *Cantos e Lutas* (1897), na obra de Coelho Neto, *O Turbilhão* (1904), entre outros. Esses viperinos do final do Oitocentos, portanto, criaram uma linguagem bélica própria de apresentação do seu mundo, recheada de metáforas pomposas, de hipérboles extravagantes e de comparações bombásticas, uma linguagem que não se restringia somente ao plano teórico das polêmicas em jornais e revistas, mas se estendia também as relações sociais, deslocando-se para as mesas de cafés e portas de livrarias.

Uma passagem do livro *Machado de Assis*, de Sílvio Romero, resume e ilustra bem a lógica corrente e o padrão de confronto entre os homens de letras. Nas palavras de nosso autor:

Aqui no Brasil, aqui nos hábitos de nossa imprensa, há escritores que é de bom estilo, é da moda gabar sempre e *quand même* em público. São os elogiados **para inglês ver**.

O que não impede que em particular, em certas rodas, nas parlandices íntimas, digam-se deles as coisas mais feias.

¹⁸⁹ Cf. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**; ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura Letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias da Leitura); HALLEWELL. **O Livro no Brasil** (sua história); MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁹⁰ BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (org). **Duelos no Serpentário**, p. 8.

¹⁹¹ Cf. MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras**, p. 150.

Outros existem, dos quais é do bom estilo, da moda, do bom gosto, tratar mal em público, dizer-lhes coisas desagradáveis nas colunas dos jornais, o que não priva que nas rodas íntimas, à mesa dos cafés e das confeitarias, nas cavaqueações das lojas de livros, se diga muitas vezes bem deles... “O **diabo** não nos agrada, não se pode contar com ele, não é cá da rodinha; mas...tem talento o **bruto!**”

São os que levam descomposturas para inglês ver. – A razão?

É uma questão de começo de carreira, de jeito de aparecer se o candidato, por qualquer circunstância, deu no gosto, agradou ao paladar dos noticiaristas e pilhou um elogio, pode contar que está de carreira feita. O público, *more pecoris*, não desmancha mais o seu juízo; o homem pode daí por diante dizer tolices a fartar. Se, porém o malfadado, por qualquer motivo, teve a desventura de desagradar, leva como batismo uma sova, e daí por diante está perdido. Não há santo que o possa salvar. Daí por diante pode ele escrever maravilhas, progredir como entender ou puder, nada o salvará.

Vai para o nimbo dos que se não devem elogiar em público, por ser coisa de mau gosto, que iria ofender o paladar dos leitores.¹⁹²

E nessa arena de disputas, os considerados campeões de polêmicas no tempo, tanto pela historiografia como pelos contemporâneos, que contribuíram para firmar esse vocabulário bélico, foram: Sílvio Romero, Medeiros e Albuquerque e Carlos de Laet. O segundo, amigo de Romero e um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras, teve suas polêmicas coligidas e anotadas pelo filho Paulo de Medeiros e Albuquerque, em *Polêmicas* (1941).¹⁹³ José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque exercia as carreiras de jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista, e talvez, por isso, tenha tido fôlego para lutar com grande parte da intelectualidade da época. O escritor pernambucano envolveu-se em polêmicas com: João do Rio, que dedicou a ele seu livro *O Momento Literário*, acerca da fundação de uma faculdade de letras; com Heitor Lira (1879-1926), sobre a significação de D. Pedro II na história do Brasil; com Rui Barbosa (1848-1923), acerca da anistia dos envolvidos na revolta da Armada e a defesa do diplomata baiano no Supremo;¹⁹⁴ e, entre outras, com Carlos de Laet. Sobre esse último, um dos campeões de polêmicas, Medeiros e Albuquerque declara em suas memórias, *Quando eu era vivo... Memórias 1867 a 1934* (1942), que “a maledicência era a qualidade primordial”¹⁹⁵ de Laet e relembra:

passamos cerca de vinte anos a dizer desaforos um ao outro. Depois, nos reconciliamos, depois tornamos a desavir-nos. Ele se dava muito como católico. Tinha por isso um público certo. Era, porém, o espírito menos

¹⁹² ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 123. (grifo do autor)

¹⁹³ Cf. MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Polêmicas**. Paulo de Medeiros e Albuquerque (org.). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

¹⁹⁴ Cf. MACHADO NETO. **Estrutura Social da República das Letras**, p. 148-149.

¹⁹⁵ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Quando eu era vivo... Memórias 1867 a 1934**, p. 225.

cristão que se pode imaginar. Agressivo, maledicente, frascário; mas incontestavelmente espirituoso.¹⁹⁶

Carlos de Laet,¹⁹⁷ apresentado muitas vezes como um lendário do jornalismo combativo, um polemista até a morte, marcou igualmente o cenário de polêmicas com a sua célebre batalha com o português Camilo Castelo Branco (1825-1890), o famoso “polemista invencível”. Nessa pugna de 1879, Camilo Castelo Branco atacou ironicamente a obra de Fagundes Varela (1841-1875) por possíveis erros de sintaxe e solecismos, afirmando que, “em poesia, um sabiá não substitui a sintaxe, e as flores do ingá que recendem no jequitibá não disfarçam a corcova dum solecismo”.¹⁹⁸ O jovem Carlos de Laet, na defesa de nosso romancista, declarou que, sendo Castelo Branco um “homem de ação e moldado para a luta, não lhe assenta bem a toga de juiz do tribunal das letras”. Chega a chamá-lo de “ortopedista de aleijões sintáxicos”, e completa que “o certo é que o Sr. Castelo Branco nutre, como boa parte de seus compatriotas, grande cópia de preconceitos relativos à literatura e o modo de viver brasileiro”.¹⁹⁹ Em sua réplica das acusações de Laet, o crítico português, em tom bem mais irônico, avisa aos brasileiros que lhe enviaram as “preleções de linguagem portuguesa” que teria sido muito mais proveitoso que lhe tivessem enviado “um papagaio, uma cutia, e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigada, mas não se incomodem”.²⁰⁰ Carlos de Laet responde, em seu último artigo a Castelo Branco, sobre a insistência do polemista português em receber pitangas e macacos, sarcasticamente:

De pitanga não é mais tempo, e quanto ao macaco entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente.

Sim, porque os há de uma e de outra parte do Atlântico, fique o Sr. Camilo sabendo...

Catarríneos e platirríneos – chamou-lhes o eminente e zoologista Saint-Hilaire.

Estes, os meus patrícios, têm as narinas separadas por largo septo, 32 a 36 dentes, cauda apreensora.

Aqueles, os compatriotas do Sr. Castelo Branco, têm o septo nasal pouco espesso, sacos nas bochechas, e calosidades nas nádegas.

Agora é escolher...²⁰¹

E por falar em Camilo Castelo Branco, vale destacar que este foi considerado o mestre máximo da polêmica, influenciando enormemente os nossos homens de letras de temperamentos mais combativos. Na escola de Camilo a discussão recaía sempre “no terreno

¹⁹⁶ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Quando eu era vivo...** Memórias 1867 a 1934, p. 253.

¹⁹⁷ Cf. CHEDIAK, Antonio J. **Carlos de Laet, o polemista**. São Paulo: Editora Anchieta Limitada, 1942.

¹⁹⁸ BRANCO, C. Castelo. Cancioneiro Alegre (1879). In: BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (org). **Duelos no Serpentário**, p. 294.

¹⁹⁹ LAET, Carlos. de. O Cancioneiro Alegre de Camilo Castelo Branco. In: *Ibid.*, p. 298.

²⁰⁰ BRANCO, C. Camilo. Réplica de Camilo. In: *Ibid.*, p. 302.

²⁰¹ LAET, Carlos. de. Resposta de Laet. In: *Ibid.*, p. 311.

do achincalhe, dos baldões pesados e grosseiros”, das metáforas bélicas, bem ao gosto de nossos letrados.²⁰² Assim, essa paixão de nossos homens de letras pelas polêmicas, embora seja difícil datar ou situar as origens delas, pode-se dizer, bebeu de fontes lusitanas. É válido pontuar ainda que o gênero em Portugal rendeu um cânon mais opulento que o nosso e que esses portugueses de índole belicosa não deixaram de polemizar com nossos brasileiros, que também se exercitavam no combate. Sobre o caráter polemista dos escritores brasileiros e portugueses, José Veríssimo interrogava-se de forma lamentosa:

em que país, a não ser Portugal e Brasil, se vê [...] homens de inteligência, homens de letras, homens que se presumem de cultos e civilizados, transformando a crítica em polêmica e esta em descompostura de regateiras?²⁰³

No Brasil, então, o gênero, pelo que tudo indica, foi inaugurado com a publicação, por José de Alencar, das oito *Cartas sobre a Confederação de Tamoios*, em 1856 – embora seja possível notar um espírito polêmico desde o século anterior, com os escritos de Gregório de Matos e as *Cartas Chilenas*.²⁰⁴ Nessas *Cartas sobre a Confederação de Tamoios*, já ressaltadas, José de Alencar, sob o pseudônimo de Ig, empreendeu um significativo ataque ao poema de Gonçalves de Magalhães *Confederação de Tamoios*. A defesa desses ataques foi feita pelo então imperador D. Pedro II e por Araújo Porto Alegre (1806-1879), os quais acharam injustas as acusações do jovem José de Alencar, dando assim origem à mais célebre polêmica do romantismo brasileiro. Todavia, é no final do Oitocentos e, especialmente nas duas últimas décadas, como já pontuado, que a prática de polemizar ganha fôlego no cenário literário e entra em cena o belicismo verbal daquele que virá a ser o mais constante dos polemistas nacionais, Sílvio Romero.

Todos esses homens destacados ao longo do texto conduziram, sim, com agressividade sua vida literária, mas foi Sílvio Romero o literato que teve sua carreira comparada a uma longa campanha contra algo ou alguém e se tornou, como ressaltado, o mais constante dos polemistas nacionais, constância esta que perdurou até o fim de sua vida. Esse título recebido por Romero, portanto, pode ser tomado como uma das razões de sua fama ter chegado ao ponto de coetâneos, como Chrysanto de Brito, declararem que ouviam “falar do autor da *História da Literatura Brasileira* como destes destruidores terríveis, cujo fim é sempre a demolição”, ou seja, “como destes homens que transformam a pena

²⁰² Brito Broca chega a classificar esses debates mais acalorados dos nossos letrados de “polêmica do tipo camiliana”. Cf. BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil**. p 199.

²⁰³ VERÍSSIMO, José. **Que é Literatura?** E Outros Estudos, p. 282.

²⁰⁴ Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira; Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. Introd. de José Aderaldo Castello; Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”. In: BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (org.) **Duelos no Serpentiário**.

sistematicamente numa arma de combate, pelo prazer somente de destruir e arrasar”.²⁰⁵ Destarte, vale lembrar ainda a frase de José Veríssimo, em que o crítico paraense assevera que “a tinta de escrever [...] posta no bico da sua pena, o embriaga como o mais capitoso álcool, e lhe faz perder a cabeça”.²⁰⁶

Essa idéia de que a tinta de escrever embriagava-o foi usada igualmente por seus amigos para explicar um certo contraste que parece ter havido entre o seu ameno modo de ser como homem e a sua truculência como escritor. Arthur Guimarães, por exemplo, em *Sylvio Romero de Perfil*, procurou mostrar um Romero, na vida pessoal, bonachão, generoso, de excelente humor. Como diria esse amigo do historiador sergipano, aquele “Sívlio agressivo, iconoclasta, não tinha arrebatamentos na vida pessoal, era meigo como poucos”, isto é, era “um meigo, um bom, um excelente homem”.²⁰⁷ Contudo, de pena em punho, a figura mudava, pois ele preferia atacar com agressividade generalizada, com o gosto pelos extremos e o tom polêmico; preferia desfazer tudo o que o contrariasse, bem como trazer a público as fraquezas de seus adversários e até colocar apelidos absurdos em seus desafetos. Clovis Beviláqua, grande amigo de Romero, do mesmo modo, justifica seu comportamento combativo, afirmando que “caía sobre as cabeças abaçanadas uma atmosfera de luta; e esse meio eletrizante sacudia todos os nervos e incitava coragem a todos. Sívlio Romero, que era uma organização talhada para a vida gnóstica das letras, abraçou-se naquela febre”.²⁰⁸

Essa rápida apresentação do efervescente final do século XIX, especialmente das suas duas últimas décadas desse século, põe fim à primeira parte desse trabalho, em que se procurou mostrar, a partir da análise dos escritos desses letrados e mesmo dos estudos sobre a vida literária do período, a presença de um padrão de escrita polêmico, ou seja, a polêmica pode ser tomada, ao fim e ao cabo, como um traço estruturante da produção intelectual do período. Muito ainda, a propósito, se poderia dizer sobre esse assunto, pois inúmeras foram as polêmicas travadas ao longo desse período que nossa breve descrição não contemplou. Nosso objetivo, no entanto, não foi traçar um mapa detalhado dessas polêmicas; foi sim mostrar uma visão geral de um processo em que se criou um novo estilo de escrita literária, a jornalística, e um vocabulário bélico, bem como apresentar Sívlio Romero não como uma figura singular no período, mas sim, a despeito de sua obra de polêmica e sua má fama, como um literato que fez coro a seus contemporâneos e compartilhou das práticas consolidadas pelos homens do seu

²⁰⁵ Estudo de Sívlio Romero por Chrysanto de Brito, p. V. Cf. BRITO, Chrysanto. de. “Sylvio Romero (Resenha Synthetica)”. In: ROMERO, Sívlio. **Discursos**. Porto: Livraria Chardron, 1904.

²⁰⁶ VERÍSSIMO, José. **O que é Literatura?** E Outros Estudos, p. 245.

²⁰⁷ GUIMARÃES, Arthur. **Sylvio Romero de Perfil**. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza, 1915, p. 26.

²⁰⁸ BEVILÁQUA, Clóvis. **Épocas e Individualidades**, p. 126.

tempo. Assim sendo, passaremos à análise da obra de Sílvio Romero para apresentarmos algumas de suas impressões sobre seu tempo, seus textos e o papel que atribuiu ao conhecimento. Esses aspectos serão considerados em confronto com algumas de suas polêmicas com a finalidade de notar em que medida elas traduziram a forma de pensar do autor.

Parte II

Um Pensamento Embriagado de Polêmica

A paixão é a grande força dos convencidos.
Émile Zola

1. Silvio Romero: impressões de uma trajetória

Em 1888, Sílvio Romero publicava sua obra capital, *História da Literatura Brasileira*, e declarava que este era um “livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria...” e que era tempo de abandonar “um pouco de rudeza, de tom agressivo, de violência no ataque, e senhorear-se de mais serenidade e cordura”. Nesse depoimento, o pensador sergipano buscou apresentar-se mais ameno e com uma visão, como ele próprio define, “imparcial” da crítica, ou seja, acreditava que era hora de “adiar as paixões e dar entrada à imparcialidade”.¹

Seu companheiro na Faculdade de Direito do Recife, Araripe Júnior, igualmente ressaltava que, se os prefácios e declarações de Romero “revelam desejos de moderação, que se explicam bem pela idade e pela experiência dos homens e das coisas”, deixam ver ainda “o excesso de dosagem que houve nesse caráter, no que diz respeito ao amor da luta, à paixão pelo *sport* literário, ao arrastamento para os atos de agressão”. Romero, acrescentava Araripe, não padecia mais das exaltações dos tempos acadêmicos e a posição que seu nome havia alcançado nos diversos círculos da época o apertara “em uma esfera de ação cautelosa e o [obrigara] a uma vigilância sobre os próprios atos e discursos, a que dantes ele não se julgava obrigado, na qualidade de crítico demolidor”.²

Outro amigo da época da Faculdade de Direito do Recife, Clóvis Beviláqua, da mesma maneira pontuava que Sílvio Romero havia abandonado na *História...* o tom agressivo dos “escritos de reação, que tantos doestos e diatribes lhe valeram, principalmente por parte de certos literatos fluminenses”. A esses escritos de reação, continua o jurista cearense, Romero preferiu uma história “austera e serena”; na qual pudesse utilizar “outros instrumentos mais

¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* [1888]. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. 5 v, p. 33 e 35.

² ARARIPE JÚNIOR, T. A. Sílvio Romero Polemista [1898/1899]. In: **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 321.

pacíficos e que melhor [garantissem] a aquisição da verdade”. Assevera, então, que “Sílvio depôs a clava terrível de intemerato demolidor, para empunhar as lentes de investigador imparcial”.³

Os trechos escolhidos de Sílvio Romero e de seus companheiros de “Escola”, como se vê, denunciam o empenho do estudioso sergipano em buscar uma nova postura a partir da *História da Literatura Brasileira*: um comportamento menos bélico e mais moderado nas palavras. Mas, a partir dessas colocações, cabe indagar se sua postura declarada de abrandamento na produção de sua obra capital resultou em um significativo distanciamento de um certo discurso polêmico ou se este discurso ainda continuou a perpassar as suas obras de crítica e história literária.⁴ E mais que isso; esse tal discurso polêmico, ou propensão à reação, modelou a idéia de Brasil e de povo brasileiro em Sílvio Romero, ou seja, em que medida esse discurso polêmico traduziu a forma de pensar do literato sergipano, tal como dos homens do seu tempo?

Antes, porém, é importante conhecer um pouco de seus escritos e posições anteriores à *História da Literatura Brasileira*,⁵ bem como apresentar as impressões de Sílvio Romero sobre sua própria obra, seu tempo, seu modo de escrita e o papel que atribuiu ao conhecimento, para, então, mais à frente, demonstrar os parâmetros e nuances de sua polêmica. Desde a sua chegada no Recife, em 1868, aos 17 anos, Sílvio Romero estava preocupado em ser ouvido e deu início à sua jornada jornalística, resenhando obras, destacando autores e tomando a poesia como objeto dos seus primeiros estudos. Conta, em entrevista a João do Rio, que permaneceu “os dois primeiros anos calado, no estudo das disciplinas”⁶ e só começou a participar do cenário intelectual brasileiro em fins de 1869, quando produziu seu primeiro escrito para o jornal acadêmico *Crença*.⁷ O pensador sergipano via o Recife ou a “bela *Veneza Transplantada*”, tal qual ficou conhecida, como a capital mais próspera e progressiva do país. Segundo ele, de todos os centros intelectuais do Brasil, “se é

³ BEVILÁQUA, Clóvis. **Épocas e Individualidades** – estudos literários. 2ª ed. emendada. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1888, p. 143.

⁴ Vale destacar aqui que serão analisados principalmente, os estudos de crítica e história literária de Sílvio Romero, pois essa foi a área de conhecimento em que mais se dedicou e onde se encontram seus principais trabalhos de interpretação do Brasil e da sociedade brasileira.

⁵ Isso não significa que a obra de Romero se divida em antes e depois da *História...*, estamos buscando apenas apresentar um breve mapeamento de seus trabalhos, para, então, dar a conhecer as impressões de Sílvio Romero sobre sua obra, seu tempo, seu modo de escrita e sua apropriação do conhecimento.

⁶ RIO, João do. **Momento Literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?], p. 45.

⁷ Esse primeiro texto de Sílvio Romero foi escrito em novembro de 1869 e publicado no jornal *Crença* em março de 1870. O artigo era uma análise dos versos publicados pelo jovem paraense Santa-Helena Magno, intitulado *Harpejos Poéticos*. De acordo com Arthur Guimarães, esse escrito de Romero “era uma crítica muito severa, e levantou grande assuada nos círculos acadêmicos.” Cf. GUIMARÃES, Arthur. **Sylvio Romero de Perfil**. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza, 1915, p. 20.

que neste país os há bem caracterizados, a cidade do Recife, nos últimos vinte anos, é o que tem levado a palma aos outros na iniciativa das idéias”.⁸

As idéias semeadas por Romero nos jornais recifenses desse tempo, em que cursou a Faculdade de Direito, foram sintetizadas no ensaio *A Poesia Hoje*, que serviu de prefácio ao seu livro de poemas *Cantos do Fim do Século* (1878). Romero inicia este texto, de 1873, afirmando que suas páginas eram direcionadas a uma certa classe de literatos, os quais ainda não tinham compreendido os novos rumos literários, e que seu objetivo era mostrar a impossibilidade de permanência da intuição romântica. Para ele, o romantismo era um cadáver que deveria “sair de circulação como inútil e cediço”, pois não havia futuro que o salvasse.

Na primeira metade do século XIX, assistiu-se à emergência de uma definição primeira dos elementos constitutivos da nossa nacionalidade.⁹ O romantismo, representado por homens como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Sales Torres Homem (1812-1876), Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar, forneceu boa parte do repertório em torno do qual a literatura brasileira iria se desenvolver: o sentimento religioso e o espiritualismo, o saudosismo, a melancolia, o culto da liberdade, a atividade poética concebida como uma missão reformadora e moralizante, o patriotismo, o indianismo, entre outros. O conceito de nacionalidade, nesse primeiro momento de construção da literatura brasileira, centralizava-se, basicamente, na exaltação da exuberante natureza local e no culto do índio, ou seja, exaltando a natureza e os nativos na sua produção escrita, os românticos acreditaram estar reproduzindo o retrato do Brasil.¹⁰ Gonçalves de Magalhães, por exemplo, defendeu que a beleza da natureza local compensaria a debilidade da cultura brasileira, bem como acreditava que os escritores nacionais, até então limitados à imitação da literatura européia, deveriam se inspirar na natureza e na capacidade poética dos índios, de modo a criar

⁸ ROMERO, Sílvio. Vista Geral Sobre a Escola Literária do Recife [1880]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa), p. 45.

⁹ A questão da nacionalidade da literatura brasileira foi um dos temas mais caros ao século XIX. Os diálogos se alimentavam da necessidade de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim, inventar uma tradição nacional. De 1836, quando o poeta G. de Magalhães publica os seus *Suspiros Poéticos e Saudades*, até aproximadamente o final da década de 70, quando começam a aparecer os trabalhos da então chamada “nova geração”, pode-se dizer que a poesia brasileira traçou as linhas mestras da sua nacionalidade. Uma nacionalidade que não deve ser vista como uma definição acabada de poesia nacional, pois, como é sabido, a história literária brasileira não parou de discutir e redefinir os critérios que distinguem a nacionalidade do nosso fazer poético – lembremos, é claro, dos esforços de nosso autor ou da geração de 1922. Cf. FRANÇA, J. M. Carvalho. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999; CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos** [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981; CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade** [1965]. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro); COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. [1955]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S. A., 1969

¹⁰ Cf. FRANÇA, op. cit.; CANDIDO, op. cit.; COUTINHO, op. cit.

uma literatura própria. Para ele, a autonomia da literatura brasileira estava diretamente relacionada à influência do meio:

A Poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega, vestida à Francesa, e à Portuguesa, e climatizada no Brasil [...] Em poesia requer-se mais que tudo invenção, gênio, e novidade; repetidas imitações o espírito embrutece [...] O que dá realce, e nomeada a alguns dos nossos Poetas não é certamente o uso destas ficções; mas sim outro gênero de belezas naturais, não colhidos em livros, mas que só a Pátria lhes inspirará.¹¹

Mais rico nesse sentido de propor a apropriação da natureza pela produção literária foi o artigo *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*, de Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), publicado na *Revista Minerva Brasiliense*¹² em 1843. Dialogando diretamente com Magalhães, no que se refere à autonomia literária nacional e à interação entre a natureza local e a cultura européia, o literato assevera que “o gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente. Assim, ao invés de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, [...] nós dizemos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa”.¹³

Essa “limitada”, “ufanista” e “subjetiva” definição de nacionalidade literária brasileira, sustentada, basicamente, pelo sentimentalismo filosófico¹⁴ e pela exaltação da natureza local e do índio, já não respondia mais às necessidades de homens que buscavam fundamentos “objetivos” e “imparciais” ao estudo da literatura. Era primordial que se estabelecesse uma intuição mais vasta e mais segura para a arte, uma nova intuição literária, na visão de Romero, “resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea”, que abandonasse essas “célebres questões” sempre marteladas por autores brasileiros, ou seja, era hora de esquecer de “índios e de *lusos* para lembrar-se da humanidade”.¹⁵ Justifica, então, sua investida contra o romantismo como uma predisposição de seu próprio tempo, pois “a humanidade e a natureza, os dois grandes corações das artes, deram-lhe a matéria e uma filosofia mais adiantada

¹¹ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudos Preliminar. In: **Revista Niterói**. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo I, p. 146-147.

¹² Criada em 1843 por Torres Homem, Bernardino Ribeiro, Caetano da Silva, Joaquim Norberto, Pilherio Guimarães e Silva Maia, foi, segundo Antonio Candido, a primeira revista literária publicada no Brasil depois da definição duma literatura nacional.

¹³ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira*. In: **Revista Minerva Brasiliense**, I, 1843, p. 16.

¹⁴ Esse sentimentalismo filosófico estava baseado no ecletismo de Victor Cousin. Gonçalves de Magalhães e o restante dos homens que estiveram na cabeceira do movimento romântico brasileiro foram muito influenciados pelas idéias de Cousin propagadas a partir de seu discípulo Monte Alverne. Esse pregador da real capela, de acordo com Antonio Candido, “galvanizou o seu tempo e deu às novas gerações, formadas depois da Independência, o exemplo do verbo literário a serviço da pátria, da religião e do *eu* – três apoios decisivos do Romantismo nascente”. Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**, vol. 1, p. 300.

¹⁵ ROMERO, Sílvio. *A Poesia Contemporânea* [1878]. In: _____. **Literatura, História e Crítica**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa), p. 29.

forneceu-lhe a arma” para sua reação.¹⁶ Era tempo de elevar para um primeiro plano as idéias fundamentais que, firmadas nas ciências positivas, transformariam a intuição crítica do último quartel do Oitocentos, ou seja,

A época de Darwin, Moleschott e Büchner, de Lyell, Vogt e Virchow é naturalmente a de Comte, Mill e Spencer, de Buckle, Draper e Bagehot. Estes nomes exprimem a grande transformação das ciências da natureza, invadindo a esfera das ciências do homem. Todos sabem que a religião, a linguagem e a história, o direito, a política e a literatura são agora tratados por método bem diverso daquele por que o eram há trinta anos. Esta nova maneira de sentir e de pensar de sábios e filósofos, num tempo como o nosso, não fica incógnita e misteriosa sem ação sobre a massa dos leitores.¹⁷

Ousou ainda, com seu ímpeto de afirmação, apresentar esses poemas como “uma exemplificação das teorias desposadas” e que “o livro [seria] medíocre, mas nada [teria] do maravilhoso romântico”.¹⁸

Araripe Júnior, referindo-se ao mal estar causado por esses escritos anti-românticos, declara que a sua impressão de Romero era de quem via aparecer de repente, no meio de uma multidão pacífica, um homem tomado de fúria a empunhar uma faca de ponta. Esse instrumento ameaçador ou “arma escandalosa”, de que o estudioso sergipano se servia para “aterrar os adversários”, completa Araripe, não era senão o *Curso de Filosofia Positivista* de Augusto Comte.¹⁹

No mesmo ano de 1873, em que Romero condenava a pieguice, o condoreirismo e a falsificação do espírito nacional pelo indianismo nacionalista dos românticos, Machado de Assis, sentia, todavia, despertar o *Instinto de Nacionalidade*²⁰ nos mesmos românticos que Sílvio Romero combatia e negava. Nesse relevante ensaio sobre a nacionalidade de nossa literatura, o romancista fluminense ressalta que não era lícito afastar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual, erro seria “constituí-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão”.²¹ Erro, ainda, prossegue Machado, é só reconhecer espírito nacional nas obras que tratam de assuntos locais, ou seja, para ele, “não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecamos

¹⁶ ROMERO, Sílvio. A Poesia Contemporânea. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, p. 33.

¹⁷ Ibid., p. 26.

¹⁸ Ibid., p. 34.

¹⁹ Cf. ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: **Araripe Júnior: teoria, crítica e história**, p. 322.

²⁰ MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade [1873]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, Vol. 29, p. 129-149.

²¹ Ibid., p. 132.

doutrinas tão absolutas que a empobrecem”.²² Apesar de algumas ressalvas, contudo, defende que os escritos românticos, a poesia, o romance, bem como todas as formas literárias do pensamento, buscaram “vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro”. A independência literária, portanto, assevera o romancista, “não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”.²³

Tempos depois, a propósito, em *A Nova Geração*,²⁴ estudo sobre a nova geração poética que estava despontando no decênio de 70 do século XIX, Machado afirma que via um certo desdém e um pouco de ingratidão desses moços em relação ao romantismo, isto é, a nova geração “chasqueia às vezes do romantismo”. Para o autor de *Brás Cubas*, esses moços não percebiam que “se é a musa nova que os amamenta, foi aquela grande moribunda [a romântica] que os gerou; e até os há que ainda cheiram ao puro leite romântico”.²⁵ Nessa mesma obra ainda – ensaio que desencadeou os desafetos com o autor sergipano –, Machado de Assis pondera as colocações de Romero sobre uma nova intuição literária. Para ele, não bastava à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo como defendia o pensador sergipano no ensaio *A Poesia Hoje*, ou seja, “dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos”.²⁶ Além disso, Machado pontua que Romero não possuía forma poética, em seu genuíno sentido,²⁷ faltava estilo aos seus escritos, bem como sempre caía no equívoco da “luta entre o pensamento que busca romper do cérebro e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reserva e obscura, o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional”.²⁸

E no que se refere aos reclames de Romero sobre as críticas feitas aos seus poemas, Machado concluiu que os “criticados que se desforçam de críticas literárias com impropérios dão logo idéia de uma imensa mediocridade”, pois, para ele, se há talento, “verdadeiro e

²² MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**, p. 134-135.

²³ Ibid., p. 129-130.

²⁴ Texto de 1879.

²⁵ MACHADO DE ASSIS, J. M. *A Nova Geração* [1879]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, Vol. 29, p. 181.

²⁶ Ibid., p. 188.

²⁷ Machado de Assis destaca que “um homem pode ter as mais elevadas idéias, as comoções mais fortes, e realçá-las todas por uma imaginação viva; dará com isso uma excelente página de prosa, se souber escrevê-la; um trecho de grande ou maviosa poesia, se for poeta. O que é indispensável é que possua a forma em que se exprimir”. Cf. Ibid., p. 225.

²⁸ Ibid., p. 225.

modesto”, o criticado “deve reservar o silêncio do desdém”.²⁹ De certo modo, foi assim que Machado de Assis procedeu nos vários ataques feitos a ele por parte de Romero.

Outros escritos de Sílvio Romero dessa mesma época, em que tinha como alvo alfinetar o romantismo e lançar bases modernas para o pensamento e o estudo da cultura nacional, foram reunidos, em 1880, sob o título de *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Nesse tempo, vale ressaltar, este já havia se transferido para o Rio de Janeiro. Ao chegar à capital, em princípios de maio de 1879, Romero encontrou acolhimento junto ao republicano Lopes Trovão (1848-1925) – seu colega nos preparatórios do internato “Ateneu Fluminense”³⁰ – que o convidou para escrever no jornal por ele dirigido, *O Repórter*. Sob o pseudônimo Feuerbach, Sílvio Romero publicou uma série de artigos desencantados e virulentos sobre políticos eminentes³¹, manifestando grande pessimismo em relação ao país.³² Nesse mesmo ano de 1879, iniciou também a sua colaboração assídua e relevante para a *Revista Brasileira*³³, reeditada pelo defensor da “Literatura do Norte”, Franklin Távora, pelo carioca Nicolau Midosi (1838-1889), pelo médico baiano Moreira Sampaio (1851-1901), bem como por Balduino Coelho, Campos de Medeiros e Cândido Rosa.

Esses homens, funcionários da Secretaria do Império, no empenho de reorganizar a revista, tinham por fim, segundo os dizeres da contracapa, “proporcionar aos escritores brasileiros e a quantos se ocupam com o estudo das coisas do nosso país a publicação das produções literárias e científicas de reconhecido mérito e utilidade”.³⁴ Esta fase da revista teve, desse modo, um tom nitidamente mais literário do que a anterior. Em suas páginas, tiveram lugar a primeira publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; a publicação da obra póstuma de Fagundes Varela, *Os Diários de Lázaro*; e o *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake (1827-1903), foi lá publicado originalmente.

²⁹ MACHADO DE ASSIS. A Nova Geração. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**, p. 227.

³⁰ Romero, depois de fazer as primeiras letras em Lagarto, aos 12 anos, foi estudar os preparatórios na Corte. Coursou, de 1863 a 1867, como aluno interno, o antigo “Ateneu Fluminense”. O Rio de Janeiro, entre 1863 e 1868, vale destacar, estava vivendo o apogeu do romantismo: na poesia, com a fase condoreira, em que se destaca Castro Alves e na prosa com Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. Esses tempos são poucos documentados pelo autor, talvez por não ter apreciado muito sua passagem pelo Ateneu e pelo Rio. E foi nesse contexto, ainda, que nosso autor conheceu seu amigo Lopes Trovão. Cf. WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**. 1979. 330 f. Tese (Livro-Docência em História Ibérica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; MENDONÇA, C. Sússekind de. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

³¹ Entre esses políticos que não escaparam ao crivo romeriano estavam homens como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, o visconde de Sinimbu, Francisco Otaviano, o visconde de Ouro Preto, Manuel Luís Osório, o barão de Cotegipe, João Alfredo, Lafayette Rodrigues Pereira. Cf. MOTA, M. A. Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 38.

³² Esses escritos foram reunidos mais tarde no livro *Ensaio de Crítica Parlamentar* (1883).

³³ A *Revista Brasileira*, como destacado na primeira parte do trabalho, teve três fases.

³⁴ Editorial da *Revista Brasileira*, 1879 apud http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/4288_4.PDF?NrOcoSis=9488&CdLinPrg=pt.

As páginas do periódico traziam, ainda, os estudos de Sílvio Romero sobre *A Poesia Popular do Brasil* e parte do *Perfil Literário* de José de Alencar, por Araripe Júnior. Além dos artigos *Lendas, crenças e superstições*, de João Barbosa Rodrigues (1842-1909), *A Religião dos tupi-guaranis*, de José Veríssimo e muitas outras publicações similares, que incursionaram também pela lingüística e antropologia. Afonso Celso (1860-1938) e Joaquim Nabuco publicaram poesias e sonetos e Alfredo D'Escagnolle Taunay escreveu sobre *Meyerbeer e a Ópera*. Essa segunda edição da *Revista Brasileira* circulou de 1879 a 1881, tendo, como a maioria das revistas nacionais, vida curta, apesar do apoio financeiro de um de seus assíduos leitores, o Imperador D. Pedro II.³⁵

A esse tempo em que Romero veio se instalar no Rio de Janeiro, a capital estava dando largos passos rumo à consolidação como maior cidade e principal centro econômico, político e cultural do país. As muitas mudanças³⁶ fermentadas durante os últimos anos do Império, que culminaram, entre outros eventos, na abolição da escravidão e na proclamação da República, criaram condições necessárias para a emergência do Rio como principal cidade da nação. A explosão demográfica nos anos 70 contribuíra para um aumento significativo da imprensa e uma maior circulação de idéias. Assim, a capital transformou-se no local para onde convergiam representantes dos movimentos intelectuais de todo Brasil, especialmente do Norte e Nordeste.³⁷ Nesse burburinho, Araripe Júnior conta-nos que, quando Romero lá chegou, tanto entre os moços como entre os velhos homens de letras, “dir-se-ia, que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor”. Todavia, o crítico cearense adverte que “Sílvio Romero, longe de trazer essa enorme soma de veneno crotálico, chegava à capital do Brasil ávido de boas impressões e cheio de amor pelas coisas pátrias”. Além disso, Araripe ressalta que toda a grita causada pela sua chegada à Capital era explicável pela ausência de um elemento, a saber,

esse elemento é a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados, e a que Schopenhauer se referia, dizendo que, sem ela, os homens se entredevorariam. Sílvio Romero não a possuía. Apresentando-se na arena nu,

³⁵ Cf. PRISCO, Francisco. **José Veríssimo**: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937; http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/4288_4.PDF?NrOcoSis=9488&CdLinPrg=pt.

³⁶ Essas mudanças estão caracterizadas na primeira parte deste trabalho.

³⁷ Cf. COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos [1979]. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999; ALONSO, Ângela. **Idéia em Movimento** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002; HOLANDA, S. Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972, Vol. 5.

como um atleta antigo, e com os seus hábitos de franqueza nortista, o crítico sergipano foi recebido à maneira de um bárbaro.³⁸

Tomado como bárbaro ou não por alguns nomes da época, Romero chegou à capital com três livros publicados,³⁹ uma grande tradição de estudioso e combativo, e, sobretudo, uma enorme ojeriza pela Corte. Sílvio Romero nunca aceitou a supremacia do Rio de Janeiro em relação ao Nordeste e, mais especificamente, ao Recife. É constante, em seus trabalhos, a defesa da prioridade de Tobias Barreto⁴⁰ e da “Escola do Recife” na renovação intelectual do final do século XIX. Atribuía, sem medir palavras, à “Escola do Recife” a precedência na renovação crítica, literária, jurídica e filosófica, pela reação contra o romantismo, o indianismo, o clericalismo e a metafísica; elevava Tobias Barreto a um primeiro plano, por seu suposto pioneirismo nos diversos campos intelectuais, poesia, crítica, direito e filosofia; bem como destacava a sua própria contribuição na introdução das “novas idéias”. Nas suas próprias palavras:

Tive a leviandade de, na arena das lutas nacionais, nesse tumultuar pela fama, pela glória nas letras, tive a leviandade de tomas em meus ombros, que, ai de mim! não são dos mais robustos, o tríplice encargo de me defender, advogar a escola do Recife, e pugnar nomeadamente pela justiça a que tem direito o seu chefe, o poeta dos *Dias e as Noites*, o jurista dos *Menores e Loucos*, o filósofo e crítico dos *Estudos Alemães*.⁴¹

Nosso autor fazia, por vezes, um paralelo entre a tradição romântica, que devia ser combatida, e o Rio de Janeiro; uma das motivações prováveis para o ataque à cidade e ao grupo intelectual fluminense, reunido, basicamente, em torno da figura de Machado de Assis. Além disso, o Rio de Janeiro desse tempo, por estar situado na zona cafeeira em expansão, crescia mais rapidamente que o Recife, que vivia da economia açucareira então em situação crítica no mercado internacional. Por essas e outras, a predominância cultural, política e econômica da Corte patenteava-se, cada vez mais, de maneira incontrastável e Sílvio Romero, apesar dos incômodos causados pelo novo status da capital, não tardou em se transferir para o

³⁸ ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: _____. **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária, p. 319.

³⁹ *Etnologia Selvagem*, 1875; *Cantos do Fim do Século*, 1878; e *A Filosofia no Brasil*, 1878.

⁴⁰ A prioridade de Tobias Barreto é cantada por grande parte de seus discípulos e colegas de Faculdade. Clóvis Beviláqua, por exemplo, declara que “a poderosa individualidade literária do Dr. Tobias Barreto se avulta sobre as que lhe ficam em torno [...] como o cedro alteroso se avulta sobre as gramíneas que rastejam pelo solo e sobre os fetos arborescentes...”. BEVILÁQUA, C. **Épocas e Individualidades**. p. 148.

⁴¹ ROMERO, Sílvio. Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira [1897]. In: _____. **Autores Brasileiros**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa), p. 187.

Rio de Janeiro. E foi na “velha inimiga”⁴² que o pensador sergipano se realizou intelectualmente e viveu a maior parte de sua vida.⁴³

Declara, em prefácio a um dos livros de Tobias Barreto, que depois da “desgraça feita”, ou seja, da sua transferência para o Rio de Janeiro, o que queria mesmo era, “conscientemente, lutar, como durante dez anos antes tinha feito no Recife” e o que importava era “dizer que as lutas ali travadas prosseguiram aqui...”.⁴⁴ E com esse objetivo de luta ou cultivo de um estado de beligerância permanente, um ano depois da sua chegada ao Rio, veio a lume seu quarto livro, *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, classificado por Franklin Távora como um autêntico “manifesto de guerra”.

Nesse livro, visto como uma arma de guerra e como a reprodução das suas investidas mais violentas contra o Romantismo, Romero afirmou que a romântica⁴⁵ já chegou ao Brasil morta, ou seja, “morto, já frio, foi quando chegou até nós o romantismo. O Brasil tem o privilégio funerário nas letras; estamos num cemitério, andamos de luto, nossa literatura é gélida, nossas criações são defuntas”.⁴⁶ Romero destacou igualmente, nesse sentido, que a intelectualidade daquela época era muito fraca, ou seja, para ele, o Romantismo não teve grandes vultos, excetuando não mais que Gonçalves de Magalhães, o qual enchia toda a “história da romântica brasileira, na poesia, no teatro, na filosofia e na célebre luta do indianismo, porque os seus companheiros e competidores [eram] do seu tamanho, senão menores do que ele”.⁴⁷

Todavia, apesar desse forte ataque ao romantismo, é em *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* que suas propostas de uma renovação na crítica ganharam maior dimensão e Romero deu os primeiros passos na busca por uma crítica moderna⁴⁸, inspirada nas ciências européias.⁴⁹ Na introdução⁵⁰ dessa compilação de seus escritos, publicados na imprensa do Recife de 1872 a 1874, adverte que publicar um livro de crítica no Brasil não deixa de ser coisa perigosa, pois além da carência desse gênero no país, os nossos leitores “estão

⁴² O Rio de Janeiro, para Romero, era visto como a “velha inimiga”.

⁴³ Cf. COSTA, E. Viotti da. *Da Monarquia à República*, p. 259. Cf.: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*, p. 139-141; RABELLO, Sylvio. *Itinerário Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 43), p. 188.

⁴⁴ ROMERO, Sílvio apud MENDONÇA, C. Süsskind de. *Sílvio Romero*, de Corpo Inteiro, p. 73.

⁴⁵ É comum encontrar nos textos de Romero esse termo, “a romântica”; “a velha romântica brasileira”.

⁴⁶ ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* [1880]. In: _____. *Literatura, História e Crítica*, p. 84.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 80.

⁴⁸ Nesses primeiros trabalhos de Romero, a crítica é vista como um o sinônimo de método e, por vezes, de filosofia ou teoria do conhecimento. “Tanto, que não se considerava um ‘crítico literário’, mas um crítico em sentido amplo, abrangendo os mais variados setores”. Cf.: CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero* [1945]. São Paulo: Edusp, 1988, p. 53.

⁴⁹ Mais a frente no texto, serão destacadas as principais teorias européias influenciadoras de Sílvio Romero.

⁵⁰ A introdução data do ano de publicação de *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, 1880.

tranqüilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar”. Em um país como o nosso, vislumbra ele, em que “não temos vida própria, que somos um dos povos mais deteriorados do globo”,⁵¹ uma espécie de “contrabandistas do pensamento, [...] só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor”.⁵² E aos que questionam: “mas isto é escrever com paixão; é ser bilioso...”; responde: “a frase é da moda; mas não cheira bem”; e completa “sim, é escrever com paixão, a saber, com pureza e com verdade; é ser apaixonado, isto é, ter a nobreza das boas convicções e a fé dos bons estímulos”.⁵³

Defendia, desse modo, a necessidade de os escritores nacionais escreverem com paixão, pois, faltavam aos nossos homens de letras a “consciência” e a “dignidade” e escrever assim seria “chafurdar-se constantemente no pestilento pélagos dos *elogios* metidos e das bajulações indecorosas”,⁵⁴ seria ainda compartilhar dos velhos hábitos do Brasil. Para Romero, o sentimento de nacionalismo sustentado pelo indianismo, o velho lirismo, a retórica portuguesa, o sentimentalismo filosófico, baseado na filosofia de Cousin e outros ecléticos, o “afrancesamento”, em suma, todas essas concepções românticas tinham que ser abandonadas para se forjar uma crítica moderna.⁵⁵ Essa paixão com que rebatia as proposições românticas, expressa em seus escritos, vale sublinhar, não era aceita por muitos editores da época, ou seja, vários jornais daquele tempo recusavam seus ensaios ou artigos por achá-los violentos demais. E Romero, com toda a sua apresentada “paixão” em mostrar a verdade, via essas recusas como uma espécie de “ódio à crítica, oposição ao pensamento livre”.⁵⁶ E sobre essa suposta dificuldade de se fazer crítica e de ser um crítico no Brasil, resume:

quem ousa desafinar no meio do geral concerto, é apontado nada menos do que como “um *invejoso* das glórias alheias”.

A inveja vem a ser assim o incentivo que dirige o crítico no Brasil!...

Em que vale, portanto, o sacrifício de proclamar a verdade a este povo, correndo o risco de ser apontado como o possuidor de um sentimento repugnante?

Em nada.

⁵¹ Sílvio Romero defende que uma das causas de nosso atraso seja o português. Para ele, o povo português pertencia a uma sub-raça branca, *grego-latina*, que estava bem longe de igualar-se à raça *germano-saxônica*, e nunca tinha sido fecunda e original. Cf. ROMERO, Sílvio. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, p. 63.

⁵² Ibid., p. 39.

⁵³ Ibid., p. 39-40.

⁵⁴ Ibid., p. 40.

⁵⁵ CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira e Literatura e Sociedade**; COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**; FRANÇA, J. M. Carvalho. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**.

⁵⁶ Cf.: RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Sílvio Romero**, p. 54.

Resta, porém, sempre a consolação de haver contribuído com alguma coisa para derrocar o podre edifício de velhos erros, e limpar a atmosfera que nos sufoca.⁵⁷

Pretendia esclarecer, desse modo, que a ciência de criticar neste país estava ainda “reduzida aos preceitos retóricos, às regrinhas do *bom gosto* do tempo da última *Arcádia Ultramarina*”. O Brasil, para ele, nada tinha produzido em esfera alguma e “só a crítica implacável” poderia nos salvar, só “a crítica levada a todos os compartimentos de nossa ignorância é que nos há de antolhar um melhor ideal”.⁵⁸ Depois de quatro séculos de contato com a civilização moderna, assevera parecer ter chegado o momento “de olhar para trás a ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das idéias”, ou seja, era o momento de preparar um balanço dos resultados obtidos em todos esses anos, para então traçar nosso dever histórico. Na concepção de Romero, portanto, os renovamentos dos ideais das nações “seguem-se sempre aos tempos de crise, em que a crítica depura a atmosfera intelectual, sufocando os germens parasitários, que ameaçavam destruir o organismo público”.⁵⁹ José Veríssimo, ao contrário, afirmava que

Uma sociedade é condição indispensável para a produção literária, e a história da nossa literatura mostra justamente que ela floresceu nas épocas em que houve para ela essa condição: na Bahia dos governadores gerais, no Rio de Janeiro dos Vice-Reis, em Minas Gerais, quando numa espécie de pequena corte de governadores faustosos, o acaso reuniu um grupo de homens de engenho e cultura, no Maranhão quando, rica então a província com o trabalho do negro, possuía uma sociedade que foi sem dúvida uma das mais civilizadas e luxuosas do Brasil.⁶⁰

Depois desse nocivo “manifesto”, Sílvio Romero percebeu que as portas dos círculos intelectuais da Corte, as quais haviam sido abertas com suas primeiras investidas nos jornais, dificilmente teriam o mesmo trânsito de antes, em razão do seu impetuoso temperamento, sempre cunhado em seus trabalhos. Sentiu, então, a necessidade de procurar bases mais sólidas do que o jornal para se firmar na “velha inimiga”. E, nesse mesmo ano de 1880, foram reabertas as inscrições de um concurso para as cadeiras de Filosofia do Imperial Colégio de Pedro II. Seis meses antes, a propósito, o concurso tinha sido aberto e nove nomes concorreram à cadeira, sem que se chegasse a uma solução satisfatória. A comissão concluiu que nenhum dos candidatos tinha atingido o “grau de habilitação que os lugares exigiam”.⁶¹

⁵⁷ ROMERO, Sílvio. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, op. cit., p. 40. (grifos do autor).

⁵⁸ Ibid., p. 71.

⁵⁹ Ibid., p. 103.

⁶⁰ VERÍSSIMO, José. Das Condições de Produção Literária no Brasil [1900]. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1977, p. 41-42.

⁶¹ Cf. MENDONÇA, C, Süsskind de. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro, p, 106.

Assim, teve início um novo concurso em fins de 1879 e nosso estudioso não deixou essa oportunidade escapar. Em um processo ruidoso e polêmico, Sílvio Romero classificou-se em primeiro lugar, com a tese *Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Fatos Históricos*,⁶² e assumiu as cadeiras de Filosofia do notável Colégio. A banca examinadora proferiu, curiosamente, a seguinte ata:

Os examinadores cumprem o dever de declarar que, para a classificação do Bacharel Sílvio Romero, atenderam aos seus incontestáveis talentos, lucidez de exposição e aptidão profissional sem investigar se a filosofia de Comte, da qual o candidato é ardente sectário, vai de encontro à unidade do plano de estudos deste Imperial Colégio, matéria esta que o Governo Imperial decidirá em sua sabedoria.⁶³

Os examinadores haviam informado ao governo que o candidato apresentava os requisitos intelectuais para o exercício do cargo, todavia, ressaltaram que Romero era “sectário” de Comte, o que poderia ir contra a “unidade de plano de estudos do colégio”, em razão de as teorias positivistas estarem, por vezes, relacionadas ao pensamento antimonárquico e anticristão. Cabia ao Imperador, então, dar o aval sobre a nomeação de Sílvio Romero. Nesse processo, ainda, o depoimento do Barão de Tautphoeus, velho amigo de Romero e conselheiro de Pedro II sobre problemas relacionados ao ensino, foi de suma importância para a sua contratação.⁶⁴ Tempos depois da sua admissão, o seu amigo Arthur Guimarães nos conta que Romero era grato ao Barão e, principalmente, “ao imperador D. Pedro II, pela resistência às intrigas levantadas para não ser escolhido”.⁶⁵

A essa luz, vale lembrar o famigerado episódio da defesa de tese de Sílvio Romero na Faculdade de Direito do Recife, em 1875. De todos aqueles que dedicaram um estudo a Romero⁶⁶ não encontramos nenhum que deixasse de mencionar, nem que fosse um pequeno fragmento, o seu diálogo com a banca examinadora. A argüição começou, como nos conta Araripe Júnior, “sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin; e os lentes, de Charma em punho, buscavam amordaçar o doutorando com argumentos fariscados em B. Constant, Oudot, Taparelli, Bergier, Ortolan e *tutti quanti*”.⁶⁷ Romero, então, ao ouvir essas primeiras objeções, não tardou em inflamar-se, especialmente depois das alusões do Dr. Antônio Coelho

⁶² Essa tese foi publicada, em 1884, no livro de ensaios *Estudos de Literatura Contemporânea*.

⁶³ MENDONÇA, C. Sússekind de. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro, p. 112.

⁶⁴ Cf. MENDONÇA, op. cit.; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**.

⁶⁵ GUIMARÃES, Arthur. **Sylvio Romero de Perfil**, p. 34.

⁶⁶ Entre os principais estudos sobre Sílvio Romero podemos destacar: ARARIPE JÚNIOR, **Sílvio Romero Polemista**; CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**; RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvio Romero**; GUIMARÃES, Arthur. **Sylvio Romero de Perfil**; WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**. MENDONÇA, C. Sússekind de. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro, entre outros.

⁶⁷ ARARIPE JUNIOR, op. cit., p. 324.

Rodrigues (1846-1912), presidente da banca e uma das figuras mais veementes daquela corporação, sobre a metafísica. Neste momento a discussão se acentuou:

- Nisto não há metafísica, sr. doutor, há lógica.
- A lógica não exclui a metafísica.
- A metafísica não existe mais, sr. doutor. Si não sabia, saiba!
- Não sabia...
- Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.
- Foi o sr. quem a matou?
- Foi o progresso, foi a civilização!

E Sílvio Romero, sem esperar mais nenhuma réplica do examinador, no calor da refrega, levantou-se e aos gritos concluiu: “– Não estou para aturar essa corja de ignorantes, que não sabem nada”.⁶⁸ E passando aos mestres o “diploma de incompetência” e tachando-os, como ressalta Araripe Júnior, de espíritos “impregnados do almíscar seminarístico, Sílvio Romero prescindiu do capelo de doutor e, com o seu título de simples bacharel, penetrou na vida real”.⁶⁹

A metafísica, assim como a romântica, para a crítica cientificista emergente naquela época, eram vistas como os redutos mais resistentes a dismantelar, ou seja, eram os obstáculos mais difíceis a serem ultrapassados, em virtude de estarem muito arraigadas no pensamento brasileiro. A solução encontrada por Romero para driblar esse obstáculo foi decretar a morte dessas concepções, como declarou mais de uma vez em seus trabalhos, imbuído das idéias positivistas. Advertiu, tempos depois, que a metafísica não caiu morta pelas suas mãos, todavia, acerca do romantismo afirma, com orgulho, ter contribuído para a sua supressão da literatura brasileira. Romero não levava em conta, por ingenuidade ou não, que havia um movimento de idéias emergindo naquela época, cujos limites ultrapassavam os seus escritos, ou seja, o próprio movimento de idéias com o advento da ciência, que exigia uma objetividade de observação, contribuiu para enfraquecer os discursos metafísicos e românticos.⁷⁰

Retomando a década de 80 do Oitocentos, dois anos depois da publicação de seu quarto e polêmico livro, veio a público *O Naturalismo em Literatura* (1882).⁷¹ Este opúsculo, uma reunião de três importantes artigos de Sílvio Romero sobre o conceito de crítica, dois sobre Émile Zola (1840-1902) e um sobre Machado de Assis e Luiz Delfino (1834-1910), foi

⁶⁸ Cf. RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvio Romero**, p. 130-131.

⁶⁹ ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: _____. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**, p. 326.

⁷⁰ Cf. RABELLO, op. cit., p. 59; ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**.

⁷¹ Reunião de artigos publicados sobre Émile Zola, Machado de Assis e Luís Delfino, que mais tarde seriam publicados separadamente como capítulos do livro *Estudos de Literatura Contemporânea* (1885).

publicado pela Tipografia da Província de São Paulo, em uma edição denominada “Edição da Luta”. Romero, com a mesma necessidade de se apresentar combativo e com uma definição mais consolidada da crítica, pretendeu, como o próprio título da edição sugere, reclamar o seu reconhecimento no cenário intelectual da época. Inicia esse opúsculo advertindo que o seu direito de ser o divulgador das novas idéias políticas, literárias e filosóficas correntes naquela época foi-lhe outorgado pelos ataques, insultos e pela “grita desordenada e infrene”⁷² de seus adversários. Era tempo, continua o pensador sergipano, de defender o seu quinhão de insultos e descomposturas e lutar contra a prática de “espíritos pecos e vadios”, os quais incumbem os outros de pensar para eles, apropriando-se do trabalho alheio e volvendo-se contra os legítimos batalhadores.⁷³

Nesses artigos, como era de se esperar,⁷⁴ Romero lança-se com excessivo rigor sobre os dois literatos nacionais, Machado de Assis e Luiz Delfino. Segundo ele, a figura deste primeiro deveria ser combatida, pois ele era “um parasita, espécie de comensal zoológico, vivendo à custa de uma combinação do classicismo e do romantismo”. Machado simbolizava naquele momento, adverte, “o nosso romantismo velho, caquético, opilado, sem idéias, sem vistas, lantejoulado de pequeninas frases, ensebadas fitas para efeito. [...] É um tipo morto antes do tempo na orientação nacional”.⁷⁵ Com o mesmo ímpeto de ataque, definiu Luiz Delfino como um autor sem obras, ou seja, não existiu, de acordo com Romero, um só pensamento, uma só tendência na literatura brasileira de que Delfino tivesse sido autor. No meio de todos os que “lutam, trabalham, esforçam-se por uma causa, em prol da pátria, ele toma também de um instrumento. Não é uma arma de combate; é um bandolim de cordas de arame”. E conclui: “É um *gipsy* literário. Deixemo-lo de lado”.⁷⁶

Justifica esse ataque às figuras de Machado e Delfino em razão de “diretores da inteligência brasileira” terem colocado esses dois homens de letras entre os nossos naturalistas. Para Romero, considerar naturalistas “estes escritores de ordem terciária” era um “nocivo e escandaloso erro” que deveria ser corrigido. E defendendo seu quinhão nesse meio, no qual ele se achava um desbravador, desabafa: “ora, Machado & Delfino, dois *sobriquets* da cauda romântica, dois infelizes desclassificados, erguidos agora em realistas...é demais!”. Definirei o naturalismo, acrescenta Romero, “como o determinei desde 1869. A lei que rege a

⁷² ROMERO, Sílvio. **O Naturalismo em Literatura**. São Paulo: Typografia da Província de São Paulo, 1882, (Edição da Luta), p. III.

⁷³ Ibid., p. V.

⁷⁴ Pouco tempo antes da publicação desta obra, pois, Machado de Assis havia lançado o artigo *A Nova Geração*.

⁷⁵ ROMERO, op. cit., p. 38-39.

⁷⁶ Ibid., p. 50.

literatura é a mesma que dirige a história em geral: a evolução transformista.⁷⁷ E nessa luta pela afirmação de seu lugar naquela sociedade, Romero manifesta que se “há alguma coisa mais cruel do que a injustiça, é a ingratidão; [se] há alguma coisa mais detestável do que a insuficiência presunçosa, é a mentira letrada”.⁷⁸

Se é com fúria que ataca esses dois nomes do pensamento nacional, o mesmo não acontece no que diz respeito a Émile Zola. Nos artigos sobre o naturalista francês, Romero faz uma exposição do que seria a crítica moderna, elogiando e, ao mesmo tempo, censurando a sua teoria. A crítica moderna, desse modo, aparece, para nosso autor, como uma disciplina científica aplicável a todas as manifestações da humanidade, não se restringindo apenas à literatura, ou seja, o objeto da crítica é a “totalidade das criações da inteligência humana”. Denominada de “crítica histórica”, segundo ele, por fazer uso do método histórico-comparativo, ela é constituída de seis elementos principais: a *mesologia*, com Gervinus, Buckle e Curtius; a *etnologia*, de Herder, Thierry e Renan; a *fisiologia*, com Taine e Zola; a *psicologia*, com Sainte-Beuve, Hermann Hettner e Karl Frenzel; as *correntes e influências históricas*, com Macaulay e Villemain; e o *julgamento científico*, “último e definitivo que ninguém formula melhor do que Edmond Scherer e Julian Schmidt”. Romero pressupunha que com esses dados “estudam-se os povos e os indivíduos, determinando nos primeiros a natureza de suas instituições e nos segundos a índole de suas criações”.⁷⁹

Entre esses nomes sublinhados por Romero, destaque especial merece Taine (1828-1893), o qual formulou, na sua *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863), as bases da crítica naturalista. Declara que Taine “é o genuíno criador da crítica científica”,⁸⁰ aquele que “contribuiu em França para matar o velho romantismo e espalhar o naturalismo”.⁸¹ Na concepção do pensador francês, a crítica naturalista tem a função de abordar o texto como reflexo das condições sociais e naturais e estabelecer, como critério de valor, a “correspondência entre ambos”. As obras literárias são tomadas, portanto, como “documentos” que revelam a psicologia de um século ou raça, ao representar a sociedade e a natureza que as produzem. Essa concepção naturalista foi predominante na crítica literária brasileira do final do século XIX, sendo adotada, além de Romero, por homens como Araripe

⁷⁷ ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*, p. 35.

⁷⁸ *Ibid.*, p. IV.

⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 16-17.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 14.

⁸¹ *Ibid.*, p. 17.

Júnior, José Veríssimo, Capistrano de Abreu e Rocha Lima. Cada qual, vale pontuar, fazendo o uso que melhor convinha dessas teorias.⁸²

Nos escritos de Araripe Júnior, por exemplo, a marca de Taine é muito forte e a famosa tríade taineana, raça, meio, momento, perpassa toda a sua obra. Destes três elementos, Araripe opta pela predominância do meio e é a partir dessa escolha que constrói o seu princípio de “obnubilação brasílica”, um processo de diferenciação psicológica e literária, determinado pelo impacto do meio sobre a mentalidade européia. Segundo o estudioso cearense, “consiste este fenômeno na transformação por que passavam os colonos atravessando o oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo”.⁸³ O estilo nacional se origina, nessa concepção, da incorporação de traços particulares, como a tropicalidade e a miscigenação, aos modelos europeus de literatura e cultura.⁸⁴

Sobre *O Naturalismo em Literatura*, ainda, nosso autor não se exime de definir o dever do crítico moderno como um julgador:

Os fenômenos intelectuais não brotam da terra; irrompem dos cérebros; há homens representativos, que os encarnam e simbolizam, e **esses homens devem ser julgados na medida de seus méritos**. [...] O crítico deve ter bastante ciência e bastante coragem para distribuir os papéis e dar a palma a quem a merecer diante dos fatos e da verdade provada. Por isso que seu juízo é puramente objetivo; é uma conclusão da história e da luta das idéias.⁸⁵

Para Romero, com sua visão de crítica como uma disciplina aplicável a todas as manifestações da humanidade, não bastava ao crítico afirmar um julgamento de valor estético; era preciso, como complemento, que ele afirmasse um julgamento de valor humano, social, pois, como a ciência, a arte tinha sentido na medida em que contribui para melhorar a sociedade. Defendia, desse modo, influenciado pelas idéias de Taine, o papel da ciência e da arte como armas de interferência na sociedade. A arte pela arte em literatura, nessa sua concepção, aparece como um “velho pecado romântico, é uma lepra que deve ser banida do nosso século de atividade”, ou seja, a ciência pela ciência, assim como, a arte pela arte “são dois delírios pedantocráticos, nocivos e desprezíveis”.⁸⁶

⁸² VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*, p. 87-88; CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*, p. 66-69.

⁸³ ARARIPE JÚNIOR. Gregório de Matos [1893]. In: _____. *Obra Crítica de Araripe Júnior*, p. 407.

⁸⁴ Cf. CAIRO, L. Roberto. *O Salto por Cima da Própria Sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996, p. 31; VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical*, p. 37.

⁸⁵ ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*, p. 20. (grifo nosso).

⁸⁶ *Ibid.*, p. 28. Nessa época, vale ressaltar, havia uma grande discussão entre José Veríssimo e Sílvio Romero acerca dessa questão da arte pela arte. Um dos principais pontos da discórdia era que, enquanto para Romero a literatura era sinônimo de cultura, Veríssimo recorria às concepções estéticas e noções da retórica clássica para definir sua literatura, ou seja, Veríssimo via um “conceito estrito de literatura, como arte da palavra, distinto do

Todos esses trabalhos supracitados são apresentados pelo próprio autor como sua fase pessimista, ou seja, Romero anuncia, na introdução da *História da Literatura Brasileira*, ter passado por três fases distintas até chegar à maturidade de sua reflexão sobre o país. Destaca uma primeira fase de “otimismo da meninice e da primeira juventude, idade em que toda a gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil em Rocha Pita e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível”. Uma segunda, que deu curso em seus primeiros livros, marcada por um “pessimismo radical e intratável” quanto ao futuro do Brasil. E uma terceira e última fase, a da “crítica imparcial, equidistante da paixão pessimista e da paixão otimista, que [lhe tinham] feito andar às tontas”⁸⁷ – fase de “madureza” de um espírito que queria servir ao seu país, datada do momento da publicação da *História da Literatura Brasileira*. Afirma ainda que esse caminho em direção à crítica imparcial sucedeu-se de maneira gradual, à medida que avançava nos estudos de etnografia, de história, de folclore e de literatura.

Esses primeiros tempos podem ser tomados, portanto, como fases preparatórias rumo à realização de sua empreitada maior, ou seja, nesses estudos citados acima, apesar da agressividade na escrita, estão os germens das idéias desenvolvidas por Romero na *História da Literatura Brasileira*. Além disso, declara que esses primeiros trabalhos não devem ser tomados como uma contradição de sua obra, pois, “seus princípios dirigentes são os mesmos. Sua base filosófica, histórica, etnográfica, estética e crítica é sempre idêntica”.⁸⁸ Não há na *História...*, pode-se dizer, uma só afirmação de caráter teórico que não tenha sido feita antes. Era um hábito que nosso autor conservou até à morte; a repetição, a reafirmação.⁸⁹

José Veríssimo, acerca dessa questão, declara, depreciativamente, que Romero teve, durante toda a sua vida, poucas idéias centrais. Sempre cantou a “mesma enfadonha cantiga”, a saber: “Tobias, escola do Recife, prioridade de Pernambuco, mestiçagem, beletrística, cientificismo, critérios etnográficos, nacionalística, meio físico, classificações e categorias em

de Romero que a tomava, em sentido amplo, como sinônimo de cultura” Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 98-99. Sobre essa questão, ainda, José Veríssimo, na introdução de sua *História...*, afirma que “literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura”. E, como uma espécie de resposta a concepção de Sílvio Romero, continua: “nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigo de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero”. Cf. VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira** [1916]. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, p. 10. Ver ainda: CANDIDO, op. cit., p. 68.

⁸⁷ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 34.

⁸⁸ Ibid., p. 35.

⁸⁹ CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 71.

barba”.⁹⁰ “Há trinta anos o sr. Sílvio Romero refaz a mesma obra”. E Romero, naquele bate e volta constante entre esses dois homens de letras, especialmente da parte do nosso autor, respondeu, já no fim da vida, que “felizes, seja dito entre parênteses, os que se podem repetir”.⁹¹

A *História...*,⁹² assim, pode ser considerada a obra síntese de seu pensamento, onde colocou o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e mesmo a sociedade do seu país. Nos vinte anos anteriores à sua publicação, Romero organizou suas idéias e as foi aplicando a setores diversos da cultura nacional e, nos vinte e seis anos posteriores, apurou e desenvolveu as idéias estabelecidas em sua obra capital, sem perder, contudo, vale destacar, ao longo dessa carreira literária, a combatividade.⁹³ Uma combatividade, a propósito, definida pelo próprio autor como uma predisposição de sua personalidade, ou seja, Romero, ao longo de seus trabalhos, sempre teve a preocupação em edificar uma imagem de homem de letras combativo, de um temperamento belicoso. E, nesse sentido, rememorando, revela, no inquérito literário de João do Rio, *O Momento Literário*, que seu temperamento e sua personalidade foram definidos desde os seus cinco anos; “sou hoje o que era aos cinco anos de idade”.⁹⁴ Esclarece que sua infância foi marcada por duas das mais terríveis epidemias que devastaram o Brasil no século XIX e as vê como acontecimentos que marcaram profundamente sua formação.

⁹⁰ VERÍSSIMO, José. **O que é literatura?** E outros escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 270.

⁹¹ ROMERO, Sílvio apud CANDIDO, Antonio. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**, p. X.

⁹² A edição analisada da História da Literatura Brasileira é a 3ª, organizada pelo filho de Sílvio Romero, Nelson Romero, trinta anos depois de seu falecimento. A primeira edição da *História da Literatura Brasileira*, a propósito, vale destacar, é um desdobramento do trabalho em série por Romero divulgado em 1881 na Revista Brasileira e reeditado em 1882 sob o título de *Introdução à História da Literatura Brasileira*, o qual, seis anos depois, cristalizou-se como *História da Literatura Brasileira* em dois volumes. O historiador sergipano ainda melhorou o trabalho, repensando-o e reeditando-o em edição modificada em 1902, na qual declarou, em seu prólogo, que “o fato de haver, em poucos anos, esgotado a 1ª edição desta obra é prova de não ter sido ela mal recebida pelo público brasileiro.” Cf. ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, v. 1, p. 31. Na 3ª edição, além dos dois volumes já publicados, Nelson Romero buscou agrupar também outros trabalhos posteriores à 2ª edição da obra, contudo, o filho de Sílvio Romero ressalta que conservou a matéria dos dois volumes, “tal e qual ele a divulgou”, separando porém em volume à parte, os trabalhos posteriores, ou seja, “a esses estudos [juntou] novas contribuições do autor sobre o folclore e sobre os fatores atropetnilógicos do brasileiro, o trabalho sobre a exata definição da crítica, e as conclusões gerais sobre meio, raça e influência estrangeira em nossa literatura”. Cf. ROMERO, Nelson. **A história da literatura brasileira na terceira edição**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944, p. 11. Além disso, essa reunião de outros trabalhos de Romero na 3ª edição se tornou possível justamente por ser a *História...* a obra síntese de seu pensamento, dando, assim, a idéia de um todo organizado.

⁹³ Entre as idéias centrais que perpassaram a obra de Sílvio Romero e se tornaram uma espécie de lugar-comum em seus escritos podemos destacar: primeiramente, a busca do espírito do povo Brasileiro, seu alvo declarado durante toda a sua vida; a crítica naturalista; as teorias européias em voga naquele tempo, especialmente o evolucionismo; o escritor nacional como um lutador; a mestiçagem; o ataque ao Romantismo; o ataque a Machado de Assis e ao seu grupo; a definição de literatura como manifestação da inteligência de um povo, abrangendo todas as áreas do conhecimento; a defesa de seu nome no palco das letras, entre outras.

⁹⁴ RIO, João do. **O Momento Literário**, p. 37.

A primeira epidemia, como nos conta Romero, data do ano de seu nascimento, 1851; uma epidemia de febre amarela que atacou a vila de Lagarto e o obrigou a ser transportado para o engenho de seus avós. Romero lembra com saudades desses tempos do engenho *Moreira*, os quais, segundo ele, definiram “tudo o que [sentia] do povo brasileiro”, todo seu “brasileirismo” e todo seu “nativismo”.⁹⁵ A outra epidemia, de 1856, o levou a sair do engenho de seus avós e a voltar para a vila de Lagarto, onde nasceu. Relata que esses tempos foram de muito sofrimento, tanto pela devastação enorme dessa epidemia de cólera, que levou sua irmã e sua mãe, quanto pelo fato de ele ter se tornado um estranho em sua casa – havia sido criado no engenho até os cinco anos de idade. Essa infância dividida entre o engenho e a vila de Lagarto, de acordo com o próprio Romero, explica em grande parte toda a sua vida e sua obra. E, assim, decreta:

Eu, criado fora até aos cinco anos, era, no princípio, como estranho aos meus irmãos mais velhos, que me faziam troças e me maltratavam muitas vezes, com essa malignidade própria dos meninos. Daí, um estado d’alma que se me produziu e ainda hoje perdura, digo-o à puridade, quer me acredite, quer não.

Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso.⁹⁶

E foi com esse espírito desconfiado e belicoso que Sílvio Romero se lançou na vida intelectual. Araripe Júnior, oportunamente, naquele que é reconhecido como o melhor estudo até hoje escrito sobre ele, *Sílvio Romero Polemista*, conjectura, dez anos depois da publicação da *História da Literatura Brasileira*, que Romero, por possuir um temperamento forte e vibrante, “fatalmente [viveria] encarcerado na sua índole de polemista”,⁹⁷ ou, como dirão outros estudiosos, encarcerado no seu “ritmo de turbilhão” ou no seu “estilo tropical”.⁹⁸ Essas são leituras, uma coetânea e as outras duas *a posteriori*, que Sílvio Romero sempre fez questão de acentuar em seus trabalhos e que seus contemporâneos e estudiosos posteriores também compartilharam.

⁹⁵ RIO, João do. **O Momento Literário**, p. 39. (grifo do autor).

⁹⁶ *Ibid.*, p. 41.

⁹⁷ ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: _____. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**, p. 340.

⁹⁸ Antonio Candido, um dos maiores estudiosos de Sílvio Romero, na introdução da antologia de textos de nosso autor, afirma que a obra de Romero se assemelhava a um turbilhão e, nesse sentido, declara que o que pretende compreender é o ritmo de turbilhão do pensador sergipano. Roberto Ventura, igualmente, outro estudioso do autor, vai definir a capacidade de Romero de polemizar com tudo e com todos de “estilo tropical”. Cf. CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**.

2. Entre Lutas e Afirmções: uma imagem de Brasil

Depois dessa apresentação de algumas obras e episódios que mostram como a polêmica alimentou a vida intelectual de Sílvio Romero e fez a sua fama como um crítico demolidor ou um temperamento agressivo, cumpre, pois, retomar a pergunta norteadora desse estudo: esse discurso polêmico, ou propensão à reação, modelou a idéia de Brasil e de povo brasileiro em Sílvio Romero, ou seja, em que medida esse discurso polêmico traduziu a forma de pensar do literato sergipano, tal como dos homens do seu tempo?

A partir da leitura de seus escritos, pode-se afirmar que Sílvio Vasconcellos da Silveira Ramos Romero, ou melhor, Sílvio Romero⁹⁹, sempre pensou o Brasil e a literatura nacional em termos de luta e afirmação. Declara, nesse sentido, que não queria que sua *História da Literatura Brasileira* fosse “uma crônica recheada de fastos anedóticos”, mas antes, que sua empreitada literária fosse “um protesto, um grito de alarme de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”.¹⁰⁰ Todo escritor nacional na hora presente, continua, estava “carregado do impetuoso dever de dizer toda a verdade ao nosso povo, ainda que pelo rigor [tivesse] de desagradar geralmente”. E em tom imperativo convoca os nossos homens de letras:

lutemos, conquistemos o nosso lugar; rechacemos todas as antigualhas podres e todas as inovações insensatas; sejamos fortes e calmos. **Instruamos-nos e travemos a grande luta de nossa regeneração social, econômica e literária.** Já é tempo de olharmos para trás, lançar as vistas sobre o caminho percorrido há quatrocentos anos e conhecermos que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta. Tomemos todos os encargos que os séculos nos legaram e aparelhemos-nos para solvê-los.¹⁰¹

Sílvio Romero, apesar de iniciar a *História da Literatura Brasileira* apresentando-se como um autor mais imbele e sereno, como expresso no início do texto, não deixou de cultivar em seus estudos uma imagem de propensão à luta e à reação – ora para se defender, ora para se afirmar, ora para se justificar.¹⁰² Propensão vista, muitas vezes, como uma espécie

⁹⁹ Vale destacar aqui que Romero inicia sua carreira com o nome de Sílvio da Silveira Ramos, depois simplificou mais ainda para Sílvio Ramos, e, por fim, adotou definitivamente Sílvio Romero – um Romero que, segundo Sylvio Rabello, não era da família e que o pai, André Ramos, oficial da Guarda Nacional, adotara sem se saber como. Então, como diria Labieno certa vez, em *Vindiciae, o sr. Sylvio Romero crítico e filósofo*, “de Sylvio Ramos se fez Sylvio Romero”. Cf. RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*, p. 108.

¹⁰⁰ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 919.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 142. (grifo nosso)

¹⁰² Esse era o modo como Sílvio Romero concebia o conhecimento e, por essa razão, não se pode falar em um Romero agressivo nos escritos anteriores à *História...* e nem em um Romero mais ameno depois desta obra. O discurso polêmico e a necessidade de afirmação sempre passaram e foram alimentados nas suas quase cinco décadas de atividade intelectual. Nos estudos posteriores à sua obra capital, a propósito, alastram-se, ainda mais,

de missão que o autor teria assumido para combater a apatia e o conformismo do povo brasileiro; considerados, por ele, os maiores males do Brasil. Declarou, sobre esse problema, que não se pode talvez dizer que o brasileiro, tomado individualmente, “seja descuidoso de si próprio; considerado porém em geral, como tipo sociológico,¹⁰³ o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado”.¹⁰⁴ Era esse quadro desanimador que nosso estudioso, com toda intensidade de seu patriotismo, buscava alterar.

Seu alvo declarado durante toda a sua vida intelectual foi a busca do espírito do povo brasileiro, ou seja, seu fito, como bem define na *História...*, era “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro”.¹⁰⁵ Para tanto, continua, era “antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação;” ver como o português foi-se transformando ao contanto com o índio, o negro, a natureza americana, e como, “ajudado por isso e pelo concurso de idéias estrangeiras, se foi aparelhando o **brasileiro**, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro”.¹⁰⁶ Sílvio Romero, com esses desígnios, descreve que, primeiramente, para se firmar bem no terreno, tratou de “circunscrever e limitar o círculo de [sua] ação: um pouco de poesia apenas e o resto crítica. Em crítica [dedicou-se] apenas à filosofia, à etnografia, à política e à literatura propriamente dita, tudo isto sob o ponto de vista de aplicações ao Brasil”. A aplicação ao Brasil, prossegue apontando suas prioridades, “é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental”.¹⁰⁷ Essas foram, segundo nosso autor, as linhas diretoras de sua ação na literatura do país, uma ação cujo objetivo era enxergar o Brasil como uma nação e traçar o devir histórico que o país deveria cumprir para se enquadrar no mundo civilizado. E com esse intuito proclama:

os escritos de reivindicação e a mania de perseguição, malgrado Romero tenha se apresentado mais imbele. É nesse tempo que entram em cena seus principais e mais agressivos livros de polêmica. Datam dessa época, por exemplo, as obras: *Machado de Assis*, 1897; *Zeveirissimações Ineptas da Crítica*, 1909; *Minhas Contradições*, 1914.

¹⁰³ De acordo com Antonio Candido, o critério sociológico de Sílvio Romero leva em conta “a influência das estruturas sociais, das relações intergrupais, do equilíbrio das classes, das ideologias existentes, da tradição intelectual. A sua aplicação visa, numa palavra, integrar a obra na cultura”. Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 107. O critério sociológico, desse modo, foi um dos princípios mais caros ao nosso autor, especialmente aplicado à crítica. Nesse ponto, Romero afirma que a crítica sociológica “discute para esclarecer e esclarece para concluir”, ou seja, ela tem o papel de “esclarecer a formação das criações literárias e artísticas e concluir delas em vista de todos na direção do futuro”. Cf. ROMERO, Sílvio. *Zeveirissimações Ineptas da Crítica* [1909]. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 509.

¹⁰⁴ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 145.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 55.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 55. (grifo do autor)

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 47.

Se me faltou o talento, resta-me, em todo caso, a fase moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram os meus guias. Tal o sentido de certos ataques a influências estrangeiras, que desejaria ver anuladas de todo. **Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida.** Sejam eles a tríplice empresa do futuro. Tenhamos confiança!¹⁰⁸

Nessa empreitada, a literatura foi tomada por Romero como pedra de toque para a realização de seus sonhos, aparecendo nos estudos romerianos como a expressão máxima da vida do espírito de um povo, ou seja, como um dos principais instrumentos para reescrevermos nossa história e conhecermos o nosso povo.¹⁰⁹ A literatura, segundo ele, compreende “todas as manifestações da inteligência de um povo: – política, economia, arte, criações populares, ciências”;¹¹⁰ ela é “a grande artéria, o pulso da sociedade, que sofre de suas agitações, de suas ânsias”.¹¹¹ É representada, até mesmo, como “uma arena de combate

¹⁰⁸ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 47-48. (grifo nosso)

¹⁰⁹ É sabido que a idéia de literatura como a expressão máxima da vida do espírito de um povo pode ser percebida em trabalhos anteriores à produção “romeriana”. O esforço inaugural no sentido de valorização da produção literária brasileira se deu com Januário da Cunha Barbosa, no *Parnaso Brasileiro*, de 1829. Primeira obra antológica produzida no Brasil, a importância do *Parnaso*, apesar da falta de critério perceptível na organização dos textos, não deve ser desprezada. Este pode ser visto como uma tentativa de forjar uma tradição literária e, principalmente, apresentar às novas gerações um pouco do gênio brasileiro. Januário Barbosa almejou empreender uma compilação, como ele próprio afirma, “[...] das melhores Poesias dos nossos Poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido do mundo Literário o Gênio daqueles Brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das Belas-Letras”. Cf. BARBOSA, Januário da C. **Parnaso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1829-1832, p. 3. Todavia, essas produções anteriores a 1831 devem ser qualificadas, como defendido pela maioria dos estudiosos da historiografia literária brasileira, como uma espécie de fase preparatória do grande entusiasmo nacionalista da geração Romântica que estava por vir, e que teria como precursor Gonçalves de Magalhães. Esse “patriarca da independência romântica do Brasil” foi um dos primeiros a analisar as belas-letas nacionais e advogar acerca da necessidade de uma literatura nacional. No seu primeiro escrito sobre a literatura brasileira, *Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil*, manifesto publicado na *Niterói - Revista Brasiliense*, Gonçalves de Magalhães buscou, profundamente influenciado pelas idéias românticas, demarcar um conceito de literatura sustentado nos seguintes parâmetros: “A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões [...]. E quando esse povo, ou essa geração desaparece [...], a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar as gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imoral repercute por toda a parte, e diz: [...] consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi. Cf. MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudos Preliminar. In: **Revista Niterói**. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo I, p. 132-159, p. 132. A literatura, a partir de então, passa a ser vista como um “saber privilegiado” para acompanharmos o processo de desenvolvimento e conhecimento do país. Antonio Candido, por exemplo, considera que ela teria ocupado, no Brasil do século XIX, o lugar que em outros países coube à filosofia e às ciências humanas, configurando-se como “o fenômeno central da vida do espírito”. Para o crítico e historiador, que buscou sistematizar as várias modalidades e os fundamentos da análise sociológica da literatura, o conhecimento e o auto-conhecimento do Brasil e de seu povo se deu, primeiramente, pela literatura, um instrumento ímpar para construirmos a nossa história. É no século XIX, então, que começam a surgir os primeiros levantamentos para se constituir uma história da literatura brasileira, e a potencialidade social do texto literário começa a ser intensamente explorada, vislumbrando-se edificar, a partir dele, uma cultura nacional. Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira e Literatura e Sociedade**.

¹¹⁰ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 58.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 923.

onde as palmas da vitória devem caber aos mais dignos, [quer] dizer, aos mais inteligentes, aos mais fortes, aos mais destinados, aos mais preparados, aos mais ativos nas pugnas do pensamento”.¹¹² Na sua visão, portanto, a literatura se apresentava como um todo que não se limitava somente ao cultivo das belas-letas, mas sim englobava todas as manifestações intelectuais, fazendo brotar o caráter de um povo. Além disso, era vista como uma espécie de presságio, isto é, como o processo de integração nacional ainda era muito recente, ou seja, “os dois grandes agentes de transformação – a natureza e a mescla de povos diversos” – estavam ainda em ação e o resultado não poderia ser determinado com segurança, a literatura poderia “com proveito ser consultada como sintoma de seu progresso ou decadência”.¹¹³

Do mesmo modo que a literatura compreendia todas as manifestações da inteligência de um povo, a crítica, como já demonstrado, também era uma disciplina aplicável a todas as manifestações da humanidade. Romero atribuía, assim, à crítica literária a missão de contribuir para a construção da nacionalidade brasileira. A crítica revelava-se a ele, embebido que estava das teorias de Taine, como uma espécie de arma de interferência na vida e na cultura da nação, sendo inspirada pelo “ideal de um Brasil autônomo, independente na política e mais ainda na literatura”. Dessa motivação fundadora decorreram todas as suas “investidas no domínio das letras”.¹¹⁴ Anos mais tarde, no trabalho *Da Crítica e sua Exata Definição*, completou:

Já deixei dito e repetido que ela [a crítica] abarca toda a área do pensamento, aplica-se a todas as criações humanas, a todas as pesquisas e construções espirituais, quer as que tratam da natureza cósmica, física-química, biológica; quer as que se reportam ao mundo psíquico, político, moral, sociológico.¹¹⁵

Considerando-se um reformador no campo da crítica cultural, por fundamentar seus escritos em um “bando de idéias novas” e realizar uma história da literatura do ponto de vista naturalista, Romero declara, nos *Novos Estudos de Literatura Contemporânea*, que nos tempos coloniais a crítica não existiu entre nós, pois seus primeiros germes só teriam surgido no tempo da Regência, com Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Abreu e Lima (1794-1869) e Evaristo da Veiga (1799-1837), e ainda aí era “muito vacilante”. Pouco depois apareceram “os primeiros e parcos ensaios” de Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem. A crítica, contudo, só se mostrou “mais alentada” nos primeiros anos do Segundo Reinado, com Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto de Souza e Silva

¹¹² ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 107.

¹¹³ Id. Síntese Retrospectiva. O Momento Atual. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, p. 104.

¹¹⁴ Ibid., p. 47.

¹¹⁵ Id. *Da Crítica e sua Exata Definição* [1909]. In: _____. op. cit., p. 391-392.

(1820-1891), quando ela “já então tinha preocupações nacionalistas e cogitava de nossas origens”.

Depois de destacar a crítica nesses primeiros homens de letras, Romero ressalta que esta “decaiu imensamente nas mãos” de Fernandes Pinheiro (1814-1847) e Sotero dos Reis (1800-1871) e, a partir de então, vestiu-se com “a velha túnica da retórica, tendo despido o amplo manto da história”. Pouco mais tarde, continua ainda, seguiram-se algumas tentativas de José de Alencar, Macedo Soares, Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Machado de Assis, influenciados pelas “doutrinas do romantismo francês posterior a 1830”.¹¹⁶ Sílvio Romero faz esse mapeamento dos primeiros trabalhos de crítica produzidos no Brasil para então lançar – em um sintomático trecho sobre suas posições e ações frente ao conhecimento – seu próprio juízo acerca de seu ingresso na vida intelectual brasileira:

Estavam as coisas neste ponto quando apareceu o autor dessas linhas. Era em 1869-1870. Compreendeu a extenuação e a morte inevitável do romantismo e lançou os germes de outra fórmula literária para a poesia, para o romance, para a arte em geral. Avaliou convenientemente a necessidade de **rever toda a velha base da estesia pátria e introduziu na crítica e na história brasileira o verdadeiro princípio etnológico, até então falseado pela mania indianista**. Quis ser homem de seu tempo, sem deixar de ser homem de seu país, e aplicou as idéias novas européias sempre a assuntos nacionais [...]. Não lhe passou despercebido a necessidade de levar a crítica, às vezes rude, a vários esconderijos da nossa ignorância [...] O que ele leva em mira é rebater a perversidade de alguns zangões que já andam por aí a inverter uma história de outrem, a ocultar o seu nome e a por em seu lugar outras figuras. **É tempo de reclamar.**¹¹⁷

O amigo e companheiro da “Escola do Recife”, Clóvis Beviláqua, apoiando as lutas de Romero por um lugar de destaque, aponta em 1888, logo depois da publicação da *História...*, que “hoje, a despeito das investidas sempre renascentes de uma certa *coterie* fluminense, ninguém mais se abalança a negar-lhe o título de primeiro crítico literário¹¹⁸ que possui o Brasil”.¹¹⁹ Vale lembrar aqui que a crítica literária nesse período gozava de um prestígio jamais alcançado em qualquer outro momento da vida intelectual brasileira. Nessa década de 70 do Oitocentos brasileiro, a crítica literária estava florescendo entre nós e cabia ao crítico despertar o interesse pela leitura das obras a serem analisadas. Era o momento de se construir

¹¹⁶ Cf. ROMERO, Sílvio. Movimento Espiritual do Brasil no Ano de 1888 [1889]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, p. 218.

¹¹⁷ Ibid., p. 218-219. (grifo nosso)

¹¹⁸ Antonio Candido, sobre essa classificação, em *O Método Crítico de Sílvio Romero*, define Romero como “o primeiro grande crítico e fundador da crítica no Brasil”, aquele a quem coube lançar “as bases mais sólidas para a compreensão da nossa literatura”. É necessário voltarmos a Romero, continua Candido, “se quisermos compreender a formação do espírito crítico no Brasil. Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 9.

¹¹⁹ BEVILÁQUA, Clóvis. **Épocas e Individualidades**, p. 130.

uma orientação nova, de buscar novos rumos para romper com o padrão retórico da crítica anterior, limitada à análise intra-textual, como sugerido nessa passagem acima. Além disso, a crítica era tomada como um espaço para a polêmica, o debate de idéias e a discussão sobre temas nacionais, exercendo, sobre a intelectualidade daquele tempo, um enorme fascínio.

Assim sendo, com essas armas em punho para desvendar o espírito do povo brasileiro e afirmar seu lugar na intelectualidade da época – seus dois maiores alvos declarados –, Romero reclama uma história para nossa nação e declara que, no Brasil, havia uma grande ausência de produção histórica, isto é, os trabalhos de história até então produzidos eram muito pobres e “no terreno da literatura propriamente dita a pobreza nacional ostenta-se ainda maior”. As pátrias letras, “entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos”.¹²⁰ Para Romero, tudo o que havia sido publicado até então a respeito do Brasil, tanto pelos brasileiros¹²¹ que só escreveram quadros isolados, quanto pelos estrangeiros¹²² que produziram obras superficiais e com muitas lacunas, não poderia ser considerado história da literatura brasileira. Não poderia, porque, na ótica de nosso autor, uma história literária nacional deveria envolver um conceito amplo de literatura, abarcando todas as manifestações culturais, e não só se limitar a uma concepção estrita de literatura como “boas e belas letras”, apoiada em teorias estéticas e na retórica clássica.¹²³

Partindo dessa conjectura sobre a carência de estudos aprofundados acerca de nossa cultura, Sílvio Romero, com o objetivo de realizar uma história da formação do espírito nacional, buscando perceber como se forjou o caráter do povo brasileiro, lança sua teoria sobre a história do Brasil. Revela, nesse sentido, que tal história não deve ser compreendida como uma história exclusiva dos portugueses na América, nem como uma história dos Tupis ou dos negros no Novo Mundo. Não é a história isolada de nenhum desses povos, “é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. **Todo brasileiro é mestiço, quando não no sangue, nas idéias**”.

¹²⁰ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 51.

¹²¹ Entre os nomes destacados por Romero estão: Januário da Cunha Barbosa; Abreu e Lima; Gonçalves de Magalhães; Norberto e Silva; Varnhagen; Fernandes Pinheiro; Elói Ottoni; Antonio Joaquim de Melo; Joaquim Manuel de Macedo; José Antônio de Freitas; Leri dos Santos; Sacramento Blake; Ignotus; Melo Moraes Filho; Pereira da Costa; Teixeira de Melo; José de Alencar; e mais alguns de seus contemporâneos. Cf. ROMERO, op. cit., p. 52-53.

¹²² Romero afirma que “Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi, nas *Literaturas do Meio-dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da Literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores”. Além dos portugueses Almeida Garrett; Costa e Silva; Lopes de Mendonça; Inocêncio da Silva; Latino Coelho; Luciano Cordeiro, Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco e outros. Cf. ROMERO, op. cit., p. 51-52.

¹²³ Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*.

Aponta, então, os cinco fatores que contribuíram para a formação do tipo brasileiro: “o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”.¹²⁴ E deixa claro:

pretendo escrever um trabalho **naturalista** sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral.¹²⁵

Buscava, desse modo, realizar um trabalho que explicasse o nosso caráter nacional a partir do particular, mas sem esquecer o universal. Para Romero, todo e qualquer problema histórico e literário tinha duas faces principais: uma geral, influenciada pelo momento europeu, e outra particular, influenciada pelo meio nacional. Sílvio Romero, nesse ponto, sob a influência do positivismo universalista, dialoga diretamente com os preceitos românticos, ao afirmar que o grande fenômeno moderno era a formação de uma consciência universalista, e não exclusivamente particularista.¹²⁶ Além disso, chega ainda a declarar que o escritor brasileiro tem a seu cargo um duplo problema e uma dupla função: “deve saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias que imediatamente influenciam a inteligência nacional”; e têm por incumbência, igualmente, “não perder de mira que escreve para um povo que se forma, que tem suas tendências próprias, que pode tomar uma feição, um ascendente original”.¹²⁷

No empenho por aplicar um tratamento universal aos temas locais, tendo como alvo desvendar o caráter do povo brasileiro, Romero descreve que, no tempo que em esteve no Recife, seus “verdadeiros mestres foram Taine, Renan, Max Müller, Scherer, Gubernatis, Bréal, Lenormant e Gobineau”, isto é,

Taine, principalmente, com seu belo livro *Philosophie de l'Art en Grèce*, o primeiro dele que li e no qual vem logo indicada a questão da importância da raça e do meio na crítica moderna.

Renan, por seus admiráveis ensaios sobre *As Religiões da Antiguidade*, a *Poesia das Raças Célticas*, e os livros sobre *Averrhoés e o Averrhoísmo*, *A Vida de Jesus*, *São Paulo*, *os Apóstolos*, *o Anti-Cristo*, nos quais o problema etnográfico está sempre presente.

Max-Müller, por seus livros sobre linguagem, religião, mitologia, todos firmados no fator étnico.

Scherer, por seus belos artigos – *Notre race et ses Ancêtres*, *Mahomet et le Mahometisme*, *Mythologie Comparée*, *La vie de Jesus (A propósito de Renan)*, e outros e outros, nos quais aquela base aparece.

Gubernatis, por sua *Mitologia Zoológica*, principalmente, porque nela se acompanha o modo como os diversos povos produziram as criações míticas.

¹²⁴ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 54. (grifo nosso)

¹²⁵ *Ibid.*, p. 57. (grifo do autor)

¹²⁶ Cf. CANDIDO, Antonio, **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 48.

¹²⁷ ROMERO, op. cit., p. 60.

Bréal, por seu belo estudo – *Hercule et Cacus*, no qual, como no magnífico ensaio de Em. des Essarts – *L’Hercule Grec* – a base étnica aparece sólida. Lenormant, por sua admirável obra – *Les Civilisations de l’Antiquité*, fundada na apreciação etnológica. Devo também juntar o excelente – Emile Burnouf – com magnífico livro – *La Science des Religions* e o conde de Gobineau, com seu excelente – *Essai sur l’inégalité des races humaines*.¹²⁸

Os seus primeiros escritos, desse modo, estavam fundamentados em Taine para a crítica literária; em Renan (1823-1892) para a crítica religiosa, em Gobineau (1816-1882) para a análise social e em Max-Müller (1823-1900) para a etnologia.¹²⁹ Além desses mestres, não se pode esquecer o papel importante que as doutrinas positivistas de Augusto Comte (1798-1857) tiveram em seus primeiros trabalhos. Araripe Júnior, como já apresentado, pontua que, nos escritos desse tempo, nosso autor se servia de uma “arma escandalosa” para “aterrar os adversários” e essa não era senão o positivismo de Augusto Comte. Romero, de acordo com Araripe, “bebera essa teoria a longos sorvos e sentira-se tomado de súbita embriaguez”.¹³⁰ Entre os pontos que Sílvio Romero considerava louváveis da organização filosófica de Comte, apesar de a “paixão” pelo positivismo não ter sido duradoura, estavam: “a excelente classificação das ciências”, “a idéia de sujeitar a filosofia aos fatos demonstrados pelas outras ciências, elevando-a ao caráter de ciência geral” e, mais do que tudo, a formulação da lei dos três estados.¹³¹ Depois desse primeiro momento de exaltação, o estudioso sergipano não tardou em rejeitar essa classificação positivista das ciências e a lei dos três estágios, destacando somente a crítica à metafísica e à teologia como as únicas contribuições deixadas pelo positivismo. Em 1878, na obra *A Filosofia no Brasil*, confessava que “outrora sectário, na ramificação dirigida por Littré, só o [deixou] quando livros mais desprevenidos e fecundos [lhe] chegaram às mãos. Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley”.¹³²

Se, desde *A Filosofia no Brasil*, já declarava haver abandonado o positivismo, não deixou de manifestar na *História da Literatura Brasileira* essas suas posições e princípios. Romero, ao analisar a presença dessa teoria em nosso país, assevera: “não sou positivista; acho o comtismo um sistema atrasado e compressor, que faz uma figura apoucada ao lado do evolucionismo inglês e do naturalismo alemão”.¹³³ O nosso autor acreditava que, como

¹²⁸ ROMERO, Sílvio. Zeveryssimações Ineptas da Crítica. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 558.

¹²⁹ Cf. WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**, p. 28.

¹³⁰ Cf. ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: **Araripe Júnior: teoria, crítica e história**, p. 322.

¹³¹ LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964, p. 128.

¹³² ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil* [1878]. In: **Obra Filosófica**. Introd. e Sel. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/São Paulo: Edusp, 1969, p. 57.

¹³³ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 67.

sistema tinha o positivismo encerrado a sua carreira, pois era incompleto e inconseqüente. A sua falsa idéia sobre a vida, afirma Romero em outro estudo, “a obstinação em considerar impossível qualquer estudo psicológico, quando, aliás, alçava à altura de ciência a sociologia, abriram-lhe brechas que o darwinismo, ao lado das outras idéias, vai corrigindo”.¹³⁴ Além disso, chegou a escrever um livro para opor o positivismo ao evolucionismo, *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Nessa obra, Romero não só combate doutrinariamente o sistema de Augusto Comte, apoiado no evolucionismo spenceriano, como também denuncia a interferência política de seus adeptos na República brasileira.¹³⁵ Para o nosso autor, o positivismo era uma coisa perigosa que deveria ser combatida com seriedade antes que se alastrasse ainda mais no Brasil. Adverte que

O Positivismo no mundo, e nomeadamente no Brasil, deve ser combatido larga, tenaz e sistematicamente, ponto por ponto, idéia por idéia, doutrina por doutrina. [...] Não tendo a menor dúvida sobre a vitória futura do naturalismo evolucionista, hasteado nas mãos das maiores figuras intelectuais do nosso tempo, nem por isso julgamos acertada a opinião daqueles que entendem chegada a hora do triunfo e aconselham a deposição das armas. É uma grave cegueira. O Positivismo tem grande força no presente e é preciso repeli-lo enquanto não cresce mais, enquanto não se torna verdadeiramente formidável e quase impossível de rechazar. [...] O comtismo tem sobre todos os sistemas modernos uma grande vantagem: é uma **religião** e esta organizada pelo modelo **católico**... Tanto basta dizer perante espíritos cultos, que conheçam a história da civilização, para indicar que espécie de adversário é este que se deve urgentemente combater.¹³⁶

Em *O Positivismo no Brasil*, a propósito, análise de Veríssimo sobre essa obra de Romero, o estudioso paraense pondera que criticar o positivismo à luz do evolucionismo, opor a síntese spenceriana à comtista, o monismo do filósofo inglês ao do pensador francês, “mostrar a inanidade de certas doutrinas positivistas, ou mesmo os erros de filosofia, de método, de apreciação e até de fatos do positivismo, é possível, é talvez fácil e tem sido largamente feito”. Mas o que não é possível nem razoável, na ótica de Veríssimo, é pretender substituir “a doutrina positivista, que abrange todas as relações humanas e determina regras de conduta para todas as manifestações da atividade humana, pelo evolucionismo, que é meramente um critério, um método científico e uma generalização filosófica”.¹³⁷ A obra de Augusto Comte, continua, “é dessas que se podem combater, mas que se não podem negar. O

¹³⁴ Id. A Poesia Contemporânea. In: _____. **Literatura, História e Crítica**.

¹³⁵ Sobre a relação positivismo e política ver: ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**.

¹³⁶ ROMERO, Sílvia. *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil* [1894]. In: **Obra Filosófica**, p. 314-315. (grifo do autor)

¹³⁷ VERÍSSIMO, José. *O Positivismo no Brasil, sobre Doutrina contra Doutrina do Sr. Sílvia Romero* [1895]. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 1ª Série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 66.

seu valor é, sem exagero, enorme, e a sua influência, principalmente a não confessada, considerável”.¹³⁸

Depois de passar do comtismo para o spencerismo, Sílvio Romero adota, ainda, no final da vida, as idéias teóricas da Escola da Ciência Social, de Frédéric Le Play (1806-1882). Vendo-a como um “robustamento” do evolucionismo anterior,¹³⁹ afirma que os processos da escola de Le Play fizeram-lhe penetrar mais a fundo “na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores de ensino spenceriano”.¹⁴⁰ A teoria de Le Play veio, nesse sentido, rematar seus pensamentos acerca do Brasil, dando-lhe as bases para escrever *O Brasil Social*. Nesse ínterim, as influências mais marcantes no seu pensamento foram, a saber, a concepção historiográfica de Henry Buckle (1821-1862), o determinismo de Hippolyte Taine,¹⁴¹ o monismo de Ernst Haeckel (1834-1919) e o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903). E Clóvis Beviláqua, resumindo as concepções de seu amigo, afirma que

Em filosofia, Sílvio Romero fora positivista como Littré, inclinara-se para o criticismo de Kant e afinal evolvia para o evolucionismo de Spencer, conservando, sempre, a sua autonomia mental. E, quando os estudos sociológicos o fizeram adotar o método da escola de Le Play... não lhe aceitou a orientação filosófica, nem o ponto de vista religioso”.¹⁴²

Nesse trânsito entre teorias, nosso autor sempre teve a preocupação de esquematizar o movimento das idéias fundamentais em que se baseou. Nos seus vários estudos, é possível notar a busca constante por apresentar o percurso de suas idéias. Declara, nesse sentido, em *Passe Recebido*, texto de 1904, que os seus livros, publicados no decurso de mais de trinta anos, devem ser lidos na sua ordem cronológica “para se compreender a evolução natural do [seu] pensamento”, que, segundo ele, “em filosofia, mudou do positivismo para o evolucionismo spencerista, pelo caminho natural do criticismo de Nägeli, Du-Bois Reymond e Helmholtz, como [tinha] cem vezes exposto com a maior lhanza”; e, no tocante à análise, como declarou na introdução da *História...*, “passou do pessimismo da **fase polemística dos**

¹³⁸ VERÍSSIMO, José. O Positivismo no Brasil. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**, p. 69.

¹³⁹ RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Sílvio Romero**, p. 118.

¹⁴⁰ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 189.

¹⁴¹ De acordo com Antonio Candido, “a aplicação do determinismo à literatura era uma conseqüência que não podia tardar. A sua forma mais perfeita e feliz, a tríade tainiana, parecia acorrentar a expansão, até aí caprichosa, do espírito a um sistema de nexos causais e determinantes inelutáveis. A obra de Sílvio Romero foi, no Brasil, a primeira e mais completa expressão desta tendência. É nosso ponto de vista, contudo, que ele se comportou dentro dela, e em relação a ela, com uma liberdade de movimentos e uma autonomia poucas vezes assinaladas até agora”. Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 97. No determinismo literário, como explica nosso autor, o escritor é considerado um fruto da cultura e a cultura um produto da raça, do meio, das tradições e das influências estrangeiras, submetido, como todos os fenômenos do mundo, à lei geral e básica da evolução transformista. Cf. ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**.

¹⁴² BEVILÁQUA, Clóvis apud WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**, p. 30.

primeiros tempos ao período de maturidade crítica iniciado na *História da Literatura Brasileira*.¹⁴³ Essa preocupação em traçar seu itinerário intelectual se justifica, por vezes, pela tentativa de estabelecer uma coerência em seu percurso, uma espécie de evolução do pensamento. Uma evolução nas idéias que, para Romero, justificava as possíveis acusações de contradição em sua obra.

Sobre esse último ponto,¹⁴⁴ homens como José Veríssimo, Lafayette Pereira Rodrigues e Laudelino Freire (1873-1937) apontaram, mais de uma vez, contradição nos trabalhos romerianos. José Veríssimo, por exemplo, no ensaio *Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero*, afirma que a *História da Literatura Brasileira* “perdeu todo o valor”, por ter se tornado “uma colcha de retalhos em que se confundiam todas as filosofias e todas as estéticas, e em que as contradições se contavam pelas páginas”.¹⁴⁵ O gramático Laudelino Freire, igualmente, pontuou em *Os Próceres da Crítica*, algumas contradições de Sílvio Romero, contradições apresentadas e rebatidas pelo pensador sergipano em *Minhas Contradições*. Freire condenava, entre outras, o fato de Romero: ter feito elogios a Comte e ao positivismo e depois tê-los censurado na *Doutrina contra Doutrina*; dizer em uma obra que a sociologia pode ser considerada uma ciência e em outro texto afirmar que a sociologia ainda não estava organizada e, por isso, não poderia ser tomada como ciência; afirmar que a Lógica é arte da descoberta e da prova e tê-la considerado ciência e arte, ou seja, nas palavras do gramático, “a lógica diz o crítico sergipano tem dois aspectos: é a ‘arte da prova e a arte da descoberta’... Inquestionavelmente nosso crítico tem sempre **dois pesos e duas medidas**”.¹⁴⁶

E Sílvio Romero, com todo seu fôlego para refregas, sobre essa questão da lógica, responde:

Ora bem; tudo isto é claro e conhecidíssimo como a luz solar; não é nenhuma **contradição**, pois dizer, como se diz por toda a parte e a toda hora, que a lógica é **arte e ciência**; igualmente não é nenhuma **contradição**

¹⁴³ ROMERO, Sílvio apud CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária, p. X. (grifo nosso)

¹⁴⁴ Sobre essa questão da contradição, em seu último livro, *Minhas Contradições*, defende-se: “ao grande público direi, por fim, que todos os homens sensatos sabem perfeitamente que só os estúpidos e os insinceros, os que não estudam, não aprendem, não melhoram, ou os que, tendo mudado, querem, para fins ilícitos, ostentar uma coerência que já não existe, só esses é que ficam aí a repetir sempre as mesmas coisas, as mesmas velharias, sem as alterar num ceitil; aqueles por ignorância ou estupidez, os outros por velhacaria, má fé, fingimento e hipocrisia, para passarem pelo que não são. Um homem de inteligência e caráter não pode ocupar nenhuma daquelas posições. **Um homem que não muda – é um homem absurdo**. Já o dizia Leibnitz. Mudar, variar, ampliar, corrigir idéias, no correr dos anos, não é contradição”. Cf. ROMERO, Sílvio. **Minhas Contradições**. Bahia: Livraria Caticina, 1914, p. 6-7. (grifo do autor)

¹⁴⁵ VERÍSSIMO, José. Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero [1906]. **O que é literatura?** E outros escritos, p. 270.

¹⁴⁶ ROMERO, Sílvio. **Minhas Contradições**, p. 60. (grifo do autor)

afirmar poder ser ela considerada, ora como **ciência e arte da prova**, ora como **ciência e arte da descoberta**... É claro, é evidente.¹⁴⁷

Ao lado dessa resposta, Romero também compõe versos bélicos para “Lomelino Freitas”:¹⁴⁸

Ser a lógica – ciência –
E ser – arte –, paspalhão,
Desenrola esta pendência:
É contradição ou não?

Em ser lógica – ciência
E ser arte, paspalhão,
Que massada! Que insistência!
Haverá contradição?

Em ser lógica – ciência
E ser – arte, oh! Asneirão,
Haverá qualquer tolice,
Haverá contradição?!¹⁴⁹

Assevera, por fim, defendendo como sempre suas ações, que “contradição supõe o choque de dois pensamentos contraditórios **num mesmo tempo**, ao passo que tudo aquilo vem a ser apenas a normal evolução de um espírito que caminhou, que progrediu”.¹⁵⁰

Essas teorias científicistas supracitadas marcaram, como é sabido, não somente Sílvio Romero, como também toda a intelectualidade da época. No início da década de 70, o Brasil encontrava-se em plena efervescência renovadora e “um bando de idéias novas” entraram em cena na tentativa de inserção do Brasil no pensamento moderno. Os intelectuais – dominados pelo espírito filosófico, científico, de cunho materialista, naturalista, determinista – haviam tomado para si a missão de modernizar a sociedade brasileira e edificar um saber que nos mostrasse a razão do nosso atraso e as formas de superá-lo.¹⁵¹ José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, declara que sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram ou facilitaram a manifestação desse movimento de idéias aqui. Entre esses acontecimentos destaca:

a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento civil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do

¹⁴⁷ ROMERO, Sílvio. **Minhas Contradições**, p. 64. (grifo do autor)

¹⁴⁸ Romero, nessa obra, só se refere a Laudelino Freire utilizando o apelido “Lomelino Freitas”.

¹⁴⁹ ROMERO, op. cit., p. 66; 82; 174.

¹⁵⁰ Id. **Passe Recebido**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904, p. 69-70. (grifo do autor)

¹⁵¹ PAIM, Antônio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo; Editora da Universidade de São Paulo, 1967, p. 126-127.

conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas conseqüências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais.¹⁵²

Essa “nova geração”,¹⁵³ ou “movimento modernista”,¹⁵⁴ tal qual denominou José Veríssimo, em meio a esse clima favorável, selecionou dentre as diversas teorias européias aquelas que pudessem ser sincretizadas a partir da questão nacional. A ciência, então, foi evocada como um instrumento capaz de orientar as reformas que levariam o Brasil aos caminhos da civilização moderna e do progresso. Romero, do mesmo modo, sobre essas teorias que estavam despontando no país,¹⁵⁵ ressalta que o positivismo filosófico francês, o naturalismo literário igualmente francês, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer “começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente”.¹⁵⁶ Os grandes temas nacionais, como, por exemplo, o regime político, a imigração, a separação entre Igreja e Estado, o ensino, postos à luz das novas teorias, criavam uma atmosfera de crença na transformação do país pela força dessas idéias. As antigas estruturas políticas e sociais, associadas à Monarquia, à Igreja e à escravidão, já não atendiam mais as necessidades daqueles homens impregnados desse discurso cientificista, os quais acreditavam que os costumes e a sociedade deveriam evoluir rumo ao progresso. Procedeu-se uma vasta revisão de valores e princípios, elevando para o primeiro plano esse pensamento, que traria a divulgação de “um bando de idéias novas” e o aperfeiçoamento cultural pela “seleção natural” das obras e escritores.¹⁵⁷

¹⁵² VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**, p. 228.

¹⁵³ Denominação de Machado de Assis.

¹⁵⁴ José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, define o movimento de idéias ocorrido a partir dos primeiros anos do decênio de 70 do Oitocentos brasileiro de “movimento modernista”. Cf. VERÍSSIMO, op.cit., p. 232.

¹⁵⁵ José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira*, ironicamente, sobre essa agitação de idéias, declara que “nunca os máximos pensadores dos grandes países de alta cultura, um Kant, um Spencer, um Comte lograram ser assim tão grandiloquentemente celebrados pelos seus compatriotas”. Cf. VERÍSSIMO, op.cit., p. 230.

¹⁵⁶ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. p. 58.

¹⁵⁷ Roberto Ventura, sobre essa questão, no ensaio *História e Crítica em Sílvio Romero*, destaca que “os críticos da ‘geração de 70’, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, José Veríssimo, introduziram o Brasil na cultura histórica moderna ao romper as amarras do pensamento religioso em prol de uma visão laica do mundo. Pregavam um ideário modernizante, que unia naturalismo e evolucionismo à causa da abolição e da república. Traziam uma nova concepção da literatura e da história, marcada pelo ponto de vista histórico e evolutivo, o que trazia desdobramentos políticos. De acordo com a visão histórica, o direito e as instituições deveria ‘evoluir’ junto com os costumes e a sociedade, o que torna possível a crítica ao *status quo*, amparado na monarquia e na escravidão. Não haveria, portanto, direito divino ou estruturas sagradas capazes de garantir o predomínio eterno da Coroa e da Igreja”. Cf. VENTURA, Roberto. *História e Crítica em Sílvio Romero*. In: MALLARD, Letícia et. al. **História da literatura**: ensaios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 42.

Eis, em linhas gerais, o que escreve Sílvio Romero, em uma longa e ilustrativa passagem, sobre as transformações ocorridas no terceiro quartel do século XIX:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa labuta espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do aristocratismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe ilustre que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país.

De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhamento de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão; o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arroxos das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar.

Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso.

Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarme partiu da Escola do Recife.¹⁵⁸

José Veríssimo, a propósito, apesar de concordar com Romero, no que se refere às mudanças políticas, sociais e culturais dessa época, não aceitava a afirmação sobre a prioridade da “Escola do Recife” no movimento de idéias. Destarte, em sua *História...*, declara que, desde os primeiros anos do decênio de 70 manifestava-se no Rio de Janeiro o “movimento modernista” e, somente em 1882, começou a ação de Tobias Barreto no Recife.

¹⁵⁸ ROMERO, Sílvio. O Brasil Social de Euclides da Cunha. In: _____. **Realidades e Ilusões no Brasil:** parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes; Aracajú: Governo do Estado de Sergipe, 1979. (Dimensões do Brasil; 14), p. 162-163. (grifo nosso).

Afirma ainda que o “movimento coimbrão”, como ficou conhecida a briga literária do “bom senso e do bom gosto, pelos anos de 65, teve certamente muito maior repercussão na mentalidade literária brasileira do tempo do que a pseudo-escola¹⁵⁹ do Recife”. Além disso, “muito mais daquele movimento do que da influência de Tobias Barreto, derivou *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* do Sr. Sílvio Romero, e bem assim os seus principais estudos da história da literatura brasileira”.¹⁶⁰ Cada qual defendia à sua maneira, portanto, o seu quinhão nesse movimentado meio intelectual.

Nesse afã, o discurso evolucionista serviu como uma justificativa científica para os debates e disputas. Entraram em pauta discussões sobre a origem das espécies, as leis da evolução e suas possíveis aplicações à literatura. Por esse viés, os estudiosos viam seus trabalhos como correlatos a um organismo vivo que se aperfeiçoaria, e os embates críticos seriam similares aos aprimoramentos das espécies em suas lutas pela vida.¹⁶¹ Pelas polêmicas, os letrados lutavam por suas idéias, por seus grupos e pela “sobrevivência” ou “morte” na cena da literatura e do jornalismo. Assim, de acordo com os preceitos científicistas, a violência dos confrontos intelectuais era entendida como uma aplicação, no mundo das letras, da lei da “seleção natural”. Uma espécie de “darwinismo da crítica”,¹⁶² cujo objetivo era eliminar, no campo das letras, os mais fracos e inaptos pelos mais fortes e aptos. Nesse “darwinismo da crítica”, a polêmica, como já apresentado anteriormente, foi tomada como um instrumento para depurar o meio, eliminar aqueles que estorvavam o caminho para o progresso e convencer os leitores sobre quem estava certo. Visando dar demonstrações de superioridade, esses homens passavam dias e noites escrevendo textos que pudessem fazê-los prevalecer frente à sociedade leitora. Utilizavam, para tanto, um vocabulário variado e belicoso, rico em metáforas pomposas e hipérboles extravagantes, e tentavam lançar idéias originais ou refutar aquelas já estabelecidas.

Em uma sociedade que estava dando os primeiros passos rumo à modernização, em que grande parte da população era iletrada e, na maioria das vezes, o produtor de cultura era seu consumidor, as proposições das teorias evolucionistas tornaram-se a forma por excelência de expressão de idéias daquele final do século XIX.¹⁶³ Nessa atmosfera de *struggle for life*,

¹⁵⁹ Na concepção de Veríssimo, “a ‘escola do Recife’ não tem de fato existência real. O que assim abusivamente chamaram é apenas um grupo constituído pelos discípulos diretos de Tobias Barreto”. Cf. VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**, p. 234.

¹⁶⁰ VERÍSSIMO, op. cit., p. 232.

¹⁶¹ Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**; RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvio Romero**.

¹⁶² Cf. ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 59.

¹⁶³ ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**; CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**; COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**.

Sílvio Romero se apresentou como um dos homens que mais defendeu o seu lugar naquele palco, buscando não só assegurar uma posição privilegiada, mas ainda afirmar o lugar do Brasil, do povo brasileiro e de nossa literatura frente ao mundo “civilizado”.

Nos seus estudos e especialmente na *História...*, Romero, imbuído de um pensamento de luta e afirmação, tinha como princípio defender a tese de que a teoria da história de um povo tinha que ser ampla e compreensiva a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. A história deveria “apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro”.¹⁶⁴ Propõe, nesse sentido, que a finalidade da história não é só revelar o que o brasileiro tem em comum com os outros povos, mas sim desvendar as originalidades, as particularidades, as diferenciações do brasileiro em relação a todos os outros povos. Nas suas próprias palavras, “não lhe cumpre só dizer, por exemplo, que o Brasil é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligaram vermelhos e negros. Isto é muito descarnado e seco”. Os historiadores têm ainda que saber como estes elementos atuaram uns sobre os outros e “mostrar as causas da **seleção histórica** que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos e de nossos vizinhos também filiados na velha cultura ibérica”.¹⁶⁵

A imposição frente ao português, nesse caso, se apresentava ao estudioso sergipano como uma das maiores metas para o progresso do país e do seu povo. Assim, embora tenha atacado o romantismo de todos os ângulos, defendia que a sua grande vantagem tinha sido “jogar-nos para fora dos livros portugueses, que, continuando a alimentar-nos, levar-nos-iam à mais completa paralisia da intelectualidade”.¹⁶⁶ O romantismo, na sua visão, marca, intelectualmente, “o primeiro passo decisivo que fizemos para deixar de lado a cultura lusa. [...] Se continuássemos a pensar somente pelo critério dos livros de Lisboa, teríamos chegado, como já disse, à completa **paralisia intelectual**”.¹⁶⁷ Romero acreditava que era mister se distinguir da literatura portuguesa, pois, o Brasil já havia mostrado certas diferenciações em relação à metrópole, ou seja, “nossa linguagem é mais musical e eloqüente”; “nossa imaginação mais opulenta”; temos um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino; e uma população mais abundante, “composta de raças que lá não existem”.¹⁶⁸ Com essa argumentação de que o Brasil já era uma nação diferenciada de Portugal, anuncia, pois, que nosso país “não é, não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole”, bem

¹⁶⁴ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 68.

¹⁶⁵ Ibid., p. 69. (grifo nosso)

¹⁶⁶ ROMERO, Sílvio. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna. In: _____. **Literatura, História e Crítica**, p. 101.

¹⁶⁷ Ibid., p. 109. (grifo do autor)

¹⁶⁸ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 96.

como a “nossa história não é, não pode ser, pois, uma cópia servil da história de Portugal; não somos um povo de navegantes... e desde aí começa a diferença entre a colônia e a metrópole”. E completa: “que o Brasil continue a copiar Portugal é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir”.¹⁶⁹

Uma teoria da evolução histórica do Brasil, segundo Romero, deveria elucidar entre nós:

a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura.¹⁷⁰

Dentre as teorias em voga nessa época, a que melhor traduzia seu discurso e sua ação, portanto, era a de Herbert Spencer. Segundo Romero, por mais lacunosa que ainda fosse, a teoria do pensador inglês era a única que oferecia as condições necessárias para uma explicação completa de nossa marcha evolutiva, por seus esquemas biologizantes que, aplicados à sociedade, lhes conferia a certeza da marcha inexorável da humanidade em direção ao progresso.¹⁷¹ De acordo com Spencer, a evolução é “uma integração de matéria e uma concomitante dissipação de mobilidade, durante as quais a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, a uma heterogeneidade definida e coerente”, submetida à “lei final da persistência da força”.¹⁷² A vida em evolução, por exemplo,

produz de um protoplasma relativamente homogêneo os vários órgãos de nutrição, reprodução, locomoção e percepção. Uma língua simples ocupa continentes inteiros com seus dialetos que se multiplicam; uma única ciência procria uma centena e o folclore de uma nação floresce em mil formas de arte literária. A individualidade cresce, o caráter destaca-se singularmente e cada raça e povo desenvolve sua natureza peculiar. Integração e

¹⁶⁹ ROMERO, Sílvio. O Marques de Pombal e a Civilização Brasileira. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, p. 195.

¹⁷⁰ Id. **História da Literatura Brasileira**, p. 67.

¹⁷¹ Will Durant, no estudo sobre o pensador inglês, ressalta que, depois da publicação de *A Origem das Espécies*, o mundo inteiro discutia evolução e “o que ergueu Spencer à crista dessa onda de pensamento, foi a clareza com que sugeriu a aplicação da idéia da evolução a todos os campos de estudos. E foi tal a força de sua exposição que levou quase todas as ciências a prestarem tributo a essa teoria. Assim como a matemática dominava a filosófica no século XVII, dando ao mundo Descartes, Hobbes, Espinosa, Leibnitz e Pascal, e como a psicologia se impusera à filosofia com Berkeley, Hume, Condillac e Kant, da mesma forma, no século dezanove, com Schelling, Schopenhauer, Spencer, Nietzsche e Bérson, a biologia formou o fundo do pensamento filosófico. Cf. DURANT, Will. **A Filosofia de Herbert Spencer**. (Os Grandes Filósofos). Trad. Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro: Ediouro, [n/d], p. 16.

¹⁷² SPENCER, Herbert apud DURANT, op. cit., p. 40.

heterogeneidade, agregação das partes em todos cada vez maiores e diferenciação das partes em formas cada vez mais variadas: esses são os focos da órbita da evolução. O que quer que passe da difusão para a integração e unidade, e de uma simplicidade homogênea para uma complexidade diferenciada (vide América, 1600-1900) está no fluxo da evolução; o que quer que esteja voltando da integração para a difusão e da complexidade para a simplicidade (vide Europa, 200-600) está preso no refluxo da dissolução.¹⁷³

Segundo a teoria de Spencer, pela marcha contínua do homogêneo para o heterogêneo, os seres tornavam-se cada vez mais diferenciados e complexos e a sua existência desenvolver-se-ia submetida à permanente luta, em que triunfam os mais aptos, isto é, a passagem da homogeneidade à heterogeneidade ocorria através da luta pela existência e do processo de seleção natural. Assim, “todo movimento, sendo um movimento sob resistência, mais cedo ou mais tarde [teria] que chegar a um fim”.¹⁷⁴ Do seu estudo de biologia, sobre esse progresso gradual de formas simples a formas mais complexas, ele derivou a idéia de evolução dos organismos sociais. Nos seus trabalhos de sociologia, obra-prima de Spencer, propunha que a sociedade era um corpo que tinha órgãos de nutrição, circulação, coordenação e reprodução, muito parecido com o dos indivíduos:

Um organismo social é semelhante a um organismo particular nos seguintes traços individuais: ele cresce; enquanto está crescendo, torna-se mais complexo, suas partes adquirem uma dependência mútua ascendente. Sua vida é imensa em extensão, comparada às vidas de suas unidades componentes. Em ambos os casos, há uma integração crescente acompanhada de crescente heterogeneidade.¹⁷⁵

Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade executava, assim como o indivíduo, a fórmula da evolução.

Em um contexto, como o final do século XIX, no qual os letrados estavam interessados em desvendar o caráter nacional e encontrar justificativas e soluções para o nosso atraso, a visão de Spencer de sociedade como um organismo em evolução, submetido à permanente luta pela existência, era o melhor guia para se entender a história brasileira. Sílvia Romero, nesse sentido, assevera que, quem deseja realizar estudos sociais sobre o Brasil, deve começar por Spencer, “porque é excelente para mostrar as bases gerais da sociedade, seus fatores internos e externos e como se lhe aplicam as leis fundamentais da evolução”.¹⁷⁶

Sílvia Romero e nossos outros homens de letras liam e apreciavam no filósofo inglês a proposição de que o progresso não era um acidente, algo fora do controle humano, mas uma

¹⁷³ SPENCER, Herbert apud DURANT, Will. **A Filosofia de Herbert Spencer**, p. 42.

¹⁷⁴ SPENCER, Herbert apud Ibid., p. 43.

¹⁷⁵ SPENCER, Herbert apud Ibid., p. 62.

¹⁷⁶ ROMERO, Sílvia. **História da Literatura Brasileira**, p. 1781.

“necessidade benéfica”, determinada pela lei da progressiva especialização da vida – um progresso gradual da vida simples a formas mais complexas, de homogeneidade primitiva para a heterogeneidade. Na concepção de Spencer, essa lei se manifestava em todos os âmbitos do humano e seu significado era o aperfeiçoamento permanente e constante da humanidade e de suas formas de organização social.¹⁷⁷ Além disso, a transposição do conceito de *struggle for life* do domínio da natureza para o da sociedade, o qual proporcionava uma melhoria – pela permanência do mais apto – do indivíduo, da raça, da sociedade, bem como da nação, empolgava os jovens bacharéis dos anos 70, empenhados em dar um novo sentido para a história do país. Essa é uma das razões de Romero considerar a doutrina de Spencer como a única em que “palpita mais intenso o coração do século e agita-se a alma do futuro”.¹⁷⁸

A influência do evolucionismo de Spencer no trabalho de Romero é notória, principalmente no que se refere ao seu ímpeto em mostrar que a lei que regia a história brasileira era a mesma condutora de qualquer outro povo: “a evolução transformista”, ou seja,

Tudo se move, tudo se transforma, tudo se desenvolve, e as leis capitais dessa evolução estão descobertas, estão demonstradas. Essa concepção, que na física se chama monismo, na biologia o transformismo, na filosofia geral o evolucionismo, penetrando cada vez mais intensamente por todos os recessos do pensamento, há de originar um estado emocional correspondente, e este há de dar o tom, a nota predominante na arte, na literatura, do futuro.¹⁷⁹

O darwinismo social de Spencer¹⁸⁰ – legitimado pelo determinismo biológico e cuja proposta era de que todas as sociedades passavam por um processo histórico-evolutivo, sendo as mais complexas, “raças superiores”, as mais capacitadas a vencer a luta pela vida, enquanto “as inferiores” acabariam por desaparecer¹⁸¹ – tornou-se, assim, uma das bases mais caras ao pensamento romeriano. Nas suas próprias palavras,

As doutrinas do evolucionismo spenceriano tinham-me posto na pista do desenvolvimento natural dos vários ramos da atividade humana; tinham-me

¹⁷⁷ Cf. MOTA, M. A. Rezende. **Sílvio Romero**, p. 30-31; COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**, p. 19.

¹⁷⁸ Cf. ROMERO, Sílvio. Doutrina contra Doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil. In: **Obra Filosófica**.

¹⁷⁹ Id. Leônidas e Sá [1894]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, p. 189.

¹⁸⁰ Spencer é considerado o pai do Darwinismo social, apesar de nunca ter utilizado esse termo.

¹⁸¹ Sílvio Romero ressalta que é sabido que homens como Spencer, entre outros sábios, “mais tarde decididos seguidores do darwinismo, de que foram, aliás, predecessores, começaram suas excelentes publicações antes de 1859, data do aparecimento d’A *Origem das Espécies*. Cf. ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 1717. O próprio Darwin destaca no seu texto que a expressão “a persistência do mais apto” é de Spencer, ou seja, nas palavras de Darwin, “a esse princípio por meio do qual toda variação, por menor que seja, deve ser preservada, uma vez que seja útil para o indivíduo, denominei princípio da seleção natural, com o propósito de ressaltar sua relação com a capacidade humana de seleção. Todavia, a expressão que o Sr. Herbert Spencer emprega, ‘a persistência do mais apto’, é a mais exata e algumas vezes mais cômoda”. Cf. DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies** [1859]. Trad. John Green. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, p. 127

despertado a atenção para as formações díspares dos povos mestiçados, nomeadamente os da América do Sul, e, por esse caminho, havia sido conduzido às conclusões a que cheguei em todos os escritos acerca da minha pátria. As doutrinas da escola de Le Play, posteriormente, fizeram-me penetrar mais fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores do ensino spenceriano.¹⁸²

Sílvio Romero acreditava que o meio pelo qual a nossa literatura assumiria um papel relevante seria justamente através da “darwinização da crítica”. Para ele, “a poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, [era] aplicável às literaturas, e à crítica [incumbia] comprová-la pela análise dos fatos”. Já era tempo de nossa literatura passar “da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental [...] à escolha, à seleção literária e científica”.¹⁸³ A hereditariedade representava, para Romero, “os elementos estáveis, estáticos, as energias das raças, os predicados fundamentais dos povos; [era] o lado nacional das literaturas” e a adaptação exprimia “os elementos móveis, dinâmicos, genéricos transmissíveis de povo em povo; [era] a fase geral, universal das literaturas”,¹⁸⁴ fazendo, assim, aquela relação proposta entre o universal e o local. A “darwinização da crítica” era, segundo nosso autor, uma realidade tão grande quanto era a da biologia.

Acerca desse ponto, vale frisar que Romero tinha plena consciência do perigo reducionista que havia em assimilar os fatos culturais aos fatos naturais. Advertiu mais de uma vez em seus estudos que a evolução biológica é diferente da evolução literária, ou seja, assinalou que, “quando se diz que o darwinismo se pode aplicar, como de fato se tem aplicado, à lingüística, à história, à ciência social, ao direito, à crítica”, é, antes de tudo, “mister compreender que o que se aplica a tudo isto é a filosofia darwinista, e não os métodos e processos especiais da biologia”.¹⁸⁵ Não havia dúvida, prossegue Romero, de que a história devia ser encarada como um problema de biologia; “mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia”.¹⁸⁶ Contudo, ele nunca abriu mão da idéia de que tanto a cultura como a natureza eram dirigidas pelo princípio do determinismo e poderiam ser

¹⁸² ROMERO, Sílvio. O Sr. Artur Guimarães e seu Novo Livro [1904]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, p. 325.

¹⁸³ Id. **História da Literatura Brasileira**, p. 59.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 59.

¹⁸⁵ Id. Movimento Espiritual do Brasil no Ano de 1888. In: _____. **Estudos de Literatura contemporânea**, p. 223.

¹⁸⁶ Id. **História da Literatura Brasileira**, p. 404.

explicadas pela concorrência, pela seleção e pela diferenciação crescente – termos tão bem definidos por Charles Darwin (1809-1882).¹⁸⁷

A própria visão da formação do povo brasileiro de Sílvio Romero, presente em vários de seus estudos, está embebida das concepções evolucionistas e de um discurso de afirmação e de disputa. O pensador sergipano defende, a partir da sua famosa teoria do mestiçamento, que o brasileiro seria formado racial e culturalmente pela conjunção de três elementos: o português, o negro e o índio, ou seja, pela luta das três raças constituintes da nossa população se formaria o tipo brasileiro. Nesse processo, o lugar de honra deveria ser dado ao português, o qual, sem ser o único, seria o principal agente de nossa cultura. Logo depois dele, aparece o negro, cujo contributo para a cultura brasileira considerava ele ser bem maior que o deixado pelo índio, último na sua “escala etnográfica”.¹⁸⁸ E desse amálgama de raças surge o mestiço, que, para Romero, “é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”,¹⁸⁹ bem como vinha sendo o agente transformador por excelência da nossa sociedade, responsável igualmente por singularizá-la. Seria ainda o mestiço, como chega a afirmar, o meio de adaptação do branco aos trópicos, ou seja, seria “a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima”.¹⁹⁰

Romero, assim, acreditava que nossa psicologia popular era um produto dessa junção de raças, tendo, como já destacado, o branco o posto de influenciador cardeal e, na esteira, o negro, o qual teria moldado em grande parte essa psicologia popular. A própria escravidão, ressalta, serviu ainda mais para vincular os pretos aos brancos, pois “as escravas, e raro era o colono que não as tivesse, viviam no seio das famílias ao serviço doméstico. Daí o cruzamento natural; apareciam os **mestiços** e novos laços se criavam”. Assim, “muitos de nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm essa origem”.¹⁹¹ Todavia, isso não deve nos levar a pensar que ele via o mestiço como a finalidade da cultura brasileira.¹⁹² Romero, na verdade, aplicando o evolucionismo darwinista e as teorias de

¹⁸⁷ Cf. DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**; CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**.

¹⁸⁸ Termo utilizado por Thomas Skidmore. Cf. SKIDMORE, Thomas. A agonia de um nacionalista frustrado: Sílvio Romero. In: _____. **Preto no Branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 48-53.

¹⁸⁹ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 120.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 135.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 134. (grifo do autor)

¹⁹² Os estudos de Sílvio Romero, vale ressaltar, foram retomados, com novas nuances, no século XX, na obra de Gilberto Freyre, que sobrevalorizou os ideais de miscigenação, contribuindo para a criação do mito de democracia racial. Nos *Estudos sobre a poesia popular brasileira*, pode-se dizer, estavam os germes das idéias que, cinquenta anos mais tarde, foram desenvolvidas e devidamente fundamentadas na notável obra de Gilberto

Spencer à literatura e ao povo brasileiro, julgava que o tipo branco, depois de apoderar-se do que fosse útil nas outras duas raças inferiores, iria “tomando a predominância, até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo”.¹⁹³ Ressalta, no que se refere a esse ponto, que não podemos entender essa mescla de raças como resultado de uma futura “nação mulata” – pois que “a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá”.¹⁹⁴ Devemos, então, entendê-la – e isso é ponto fundamental na teoria da miscigenação romeriana – como um processo em que o europeu se aliou aqui a outras raças e, deste amalgama, “saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro”,¹⁹⁵ ou seja, o mestiço, para Romero, era a “genuína formação histórica brasileira”.

Seu principal objetivo com essa teoria do mestiçamento era, nas suas próprias palavras,

nada mais, nada menos do que definir o brasileiro, caracterizá-lo em face do português, cuja língua ele fala na América, cuja civilização ele representa em o Novo Mundo. É um problema de diferenciação étnica em que têm colaborado durante quatro séculos o **português**, o **índio**, o **africano** e o **clima**; e também a influencia estrangeira, máxime francesa, principalmente pela indústria, pela arte, pela literatura de um século a esta parte. Deste imenso mestiçamento **físico** e **moral**, desta fusão de **sangues** e de **almas** é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há de sair cada vez mais nítido o do futuro.¹⁹⁶

A essa luz, o brasileiro e a literatura nacional pareciam a ele um produto cada vez mais diferenciado do povo e da literatura portuguesa, devido à atuação dos cinco fatores supracitados – o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira –, especialmente da raça, seu fator por excelência. O eixo de toda a sua investigação eram as qualidades e peculiaridades do caráter étnico de nossa gente, o qual era tomado por Romero como “a base e a força de nosso nacionalismo literário”. E, assim, defendendo sua teoria do mestiçamento e, por certo, alfinetando o romantismo, manifesta:

Ora, meio à parte, raça à parte, ideal à parte produzem necessariamente literaturas à parte. Nem é isto motivo para vaidades; é fenômeno sem mérito; porque é em essência quase mecânico. A vontade aqui pouco, bem pouco poderá influir.

Não é o fato do indianismo, comum aliás a toda a América, que nos garante uma literatura. Esta começou a formar-se no Brasil no dia em que os índios,

Freyre, *Casa-grande & Senzala*. Esta obra de Romero foi também precursora do antropossociologismo de Oliveira Viana, entre outros autores. Cf. CANDIDO, Antonio. **O Método Crítico de Sílvio Romero**, p. 60-61.

¹⁹³ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 232.

¹⁹⁴ Romero ressalta que é sabido que “na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, [...] pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca”. Cf. *Ibid.*, p. 101.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 120.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 311. (grifo do autor)

os negros e os colonizadores entraram a viver juntos, a trabalhar juntos, a sofrer juntos, a cantar juntos. No dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos dos **engenhos**, nesse dia começou de originar-se a literatura brasileira.¹⁹⁷

Para Romero, a mestiçagem era responsável pelas particularidades do caráter brasileiro e, conseqüentemente, da nossa literatura, ou melhor, da “grande obra da evolução étnica e sociológica” – como a definiu.

O crítico pretendeu, em linhas gerais, dar a conhecer uma literatura com configurações nacionais, diferenciada da literatura portuguesa¹⁹⁸ e, a partir dela, defender a existência de um povo que pudesse ser chamado de brasileiro. Nesse propósito, acreditava que, ao desenvolver esses estudos etnográficos e revelar o legítimo brasileiro, estaria assegurando o lugar e a autonomia do Brasil, do povo brasileiro e, talvez com não menos ímpeto, acreditava estar assegurando o lugar do seu nome nos círculos intelectuais daquele tempo.

E com esse ímpeto de afirmação de seu nome e de seu país, Romero defende seu pioneirismo nessa teoria do mestiçamento. O pensador sergipano prezava-se de ter estabelecido no estudo da literatura brasileira o “critério étnico”, no qual a interpretação da nossa cultura deveria ser baseada no estudo da contribuição das raças que compunham a nossa população. Afirmava que o “critério etnográfico, introduzido por [ele] na crítica nacional desde 1869-70, é ainda hoje a [seus] olhos a base principal da compreensão das literaturas, nomeadamente a literatura de um povo misturado como o povo brasileiro”.¹⁹⁹ Todavia, conquanto o historiador sergipano tenha discutido, de forma sistemática, o papel da mestiçagem na formação brasileira, seus fundamentos já haviam sido delineados pelo naturalista alemão Martius (1794-1868).

No tocante a esse ponto, vale pontuar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia lançado, em 1840, um concurso para escolher o melhor projeto de como se escrever a história do Brasil. O trabalho premiado foi o ensaio de Carl Friedrich von Martius, *Como se*

¹⁹⁷ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 965. (grifo do autor)

¹⁹⁸ Clóvis Beviláqua escreveu, certa vez, que a rivalidade sobre a hegemonia intelectual reclamada de parte a parte por brasileiros e portugueses não parecia a ele “ser um fenômeno externo e puramente literário. Não se deve enxergar aí simplesmente um disputar de êmulos que ambicionam desbancar-se mutuamente, nas lides intelectuais. Antes devemos reconhecer no fato aludido um sintoma do ódio inveterado que jaz latente no fundo do coração dos antigos dominados e dos antigos colonizadores. Os literatos portugueses sempre nos olham com ares de impertinente superioridade. Os brasileiros retrucam no mesmo tom. E os ânimos se azedam, porque, por baixo mesmo da capa de todas essas amabilidades que vemos dispensadas de parte à parte, está em fermentação uma ojeriza transmitida hereditariamente de pais a filhos e que irrompe fatalmente na primeira oportunidade”. Cf. BEVILÁQUA, Clóvis. **Épocas e Individualidades**, p. 150-151.

¹⁹⁹ ROMERO, op. cit., p. 919.

deve escrever a história do Brasil, publicado em 1845 na revista do IHGB.²⁰⁰ Martius, um dos autores de *Viagem ao Brasil*, procurou estabelecer nesse trabalho um projeto historiográfico que pretendia apresentar uma identidade específica à nossa nação em processo de construção, baseada em orientações etnográficas.²⁰¹ O naturalista alemão coloca em pauta a questão da mescla racial como uma singularidade para se escrever e se entender a história brasileira, sendo assim considerado um pioneiro na abordagem dessa questão no Brasil.

Martius inicia sua monografia aconselhando que quem quisesse se encarregar de escrever a história do Brasil não devia perder de vista “os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem”. Esses elementos são, segundo ele, “de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”. E declara que “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. Martius estabelece, ainda, que, nessa mescla de raças, o português, “que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente”, se apresenta como “o mais poderoso e essencial motor”. Todavia, ressalta que seria um grande erro “se se desprezassem as forças indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”, ou seja, “tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante”.²⁰²

Como se vê, as colocações de Martius se aproximam em larga medida das afirmações acima apresentadas de Sílvio Romero. Nesse estudo, pode-se afirmar, estão os germes da teoria do mestiçamento romeriana. Contudo, nosso autor, que sempre buscou defender seu lugar na intelectualidade brasileira, escreve um longo ensaio sobre o naturalista bávaro – inserido no quinto volume da *História da Literatura Brasileira* – em que procura demonstrar as lacunas e imperfeições de suas reflexões e reivindicar a autoria do critério etnológico e da teoria do mestiçamento – base de seus estudos histórico-literários.

Romero, nessa parte da obra, critica a idéia de que Martius teria nos “ensinado” a escrever nossa história, afirmando que “desgraçada cousa seria a mentalidade da nação brasileira, se tivesse precisado que Martius lhe viesse **ensinar duas cousas trivialíssimas**,

²⁰⁰ No que se refere ao IHGB Cf. GUIMARÃES, Manuel L. S. Nação e projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. nº 1: caminhos da historiografia. Rio de Janeiro: 1988, p. 5-27; SCHWARCS, Lilia M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; NAXARA, Márcia R. C. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

²⁰¹ Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, p. 110.

²⁰² MARTIUS, Carl apud ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 1528-1529.

que a tanto se reduzem as mais encomiadas idéias do tão afamado sábio”.²⁰³ Despeito ou não, o historiador sergipano declara que Martius possui uma teoria incompleta sobre o problema etnográfico brasileiro, ou seja, cria uma teoria descritiva sobre as raças sem mostrar como esses elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente. O botânico alemão, segundo ele, teria deixado em completo esquecimento o ponto fundamental do problema, a saber, o mestiço. Sobre essa questão, vale sublinhar que, no texto de Martius, não aparece o termo mestiço – elemento tão caro a Romero.

O modo como Martius aconselhou que se escrevesse a história do Brasil, prossegue nosso estudioso, era “inaproveitável” e “em vez duma história teríamos uma série de monografias cosidas *à tort et à travers*”. Martius e seus “inconscientes repetidores” não chegaram a ver que “a história de um povo é um drama desenvolvido no tempo e no espaço, no qual se desdobra a **natural evolução dum caráter étnico** – e nacional. Uma unidade suprema preside ao desenrolar das cenas”. Para Romero, o naturalista alemão não conseguia entender que “em cada época há sempre um acontecimento que sobrepuja os outros e atrai as atenções gerais. A alma do povo se concentra nele, vibra com ele, absorve-se nele”.²⁰⁴ Além disso, ressalta que Martius não fez mais do que dar um conselho muito vago aos nossos historiadores e fazer uma enumeração meramente exterior dos elementos que moldaram nossa população. Nenhum dos escritores nacionais, completa, “precisava das lições do assaz endeusado germânico”,²⁰⁵ pois, o que importava para o estudioso sergipano era “determinar a índole, o caráter, o impulso das populações mestiçadas, **ponto capital da nossa vida como nação**”.²⁰⁶

Além de Martius, outro autor questionado por Sílvio Romero sobre essa questão da formação do tipo brasileiro foi Araripe Júnior. Este estudioso, amigo e companheiro do crítico na Faculdade de Direito do Recife, teve a mesma formação e baseou-se nos mesmos modelos naturalistas e evolucionistas para definir a literatura brasileira. Tanto um como o outro estavam interessados em definir o caráter nacional e abraçaram a crítica nacionalista, aplicando às questões nacionais os princípios de Hyppolyte Taine e Herbert Spencer, porém, Araripe se diferenciava de Romero pela sua ênfase maior no “meio” e em seus efeitos estilísticos como fator de adaptação das raças e culturas aos trópicos, enquanto Romero privilegiava a “raça”, isto é, a miscigenação como fator de adaptação aos trópicos.

²⁰³ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 1522. (grifo do autor)

²⁰⁴ Ibid., p. 1527, (grifo nosso)

²⁰⁵ Ibid., p. 1549.

²⁰⁶ Ibid., p. 1306. (grifo nosso)

O debate, que se desenrolou de forma polida, teve início com a publicação, em 1882, da resenha de Araripe Júnior sobre o livro *Introdução à História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. O estudioso cearense inicia o texto afirmando que criticar a crítica era a coisa mais difícil que conhecia; era “o mesmo que saltar por cima da própria sombra”.²⁰⁷ Declara, sobre o privilégio dado por Romero à raça nos estudos literários, que a questão da história da literatura brasileira só pode ser resolvida “pela concentração de nossas vistas sobre o **meio físico**. É o único fator estável de nossa história, o único que se consegue acompanhar, sem soluções de continuidade”.²⁰⁸ Para ele, nada teve tanta força assimiladora como o solo, os novos aspectos do país e principalmente o clima, pois, “era sobre esse fio que, escrevendo a história do Brasil, faria girar todos os demais elementos; e com tal ponto de vista, [tinha] certeza que chegaria à explicação de muitos fatos obscuros”. Chega a afirmar que o trabalho de Romero era fértil em “verdadeiras sugestões” e rico em material, contudo, havia demasiada “complexidade de pontos de vista”, o que acabava criando “hiatos tão profundos”, que o forçava “mais de uma vez a buscar, e com enorme desprendimento de forças, o fio interrompido”.²⁰⁹ Araripe, nessa resenha, defende que o nexos de nossa literatura não se encontrava nas forças e nas tradições étnicas, mas sim no meio físico.²¹⁰

Romero, alguns dias depois,²¹¹ responde às colocações de Araripe Júnior. Declara que concorda com o fato de o meio físico ser um agente de diferenciação e que até o contempla em seu livro, no entanto, adverte que o meio “não é o elemento estável e resistente”. A unidade nacional é garantida, a seu ver, “pelos agentes morais e pela energia étnica”. O problema histórico do Brasil, contempla Romero, é “indicar a formação do povo brasileiro como um produto sociológico especial, distinto do português”. Para isso devia-se considerar o colonizador europeu como o elemento principal de nossa formação e em seguida mostrar os elementos que a ele se juntaram para produzir o brasileiro. É claro, adverte, “que se o português não sofresse aqui influência nenhuma estranha, o Brasil seria a reprodução

²⁰⁷ ARARIPE JÚNIOR. *Semana Literária* [1882]. In: **Obra Crítica de Araripe Júnior**, p. 273.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 277. (grifo do autor)

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 278.

²¹⁰ Nesses escritos, Araripe Júnior faz três objeções à obra de Romero: a primeira seria sobre a exclusão dos cronistas no livro de Romero; a segunda seria a indiferença em relação as entradas literárias, isto é, na visão de Araripe, “do mesmo modo que a exploração do país foi feita por entradas de aventureiros sem sistema e sem ligações tradicionais entre si, o espírito brasileiro também se formou por entradas literárias sem concatenação apreciável”; e a terceira seria a questão do meio e da raça, que estamos explorando. Cf. *Ibid.*, p.276.

²¹¹ Araripe Júnior escreve sua resenha em 08 de julho de 1882, na *Gazeta da Tarde* e Sílvio Romero dá sua primeira resposta em 26 de julho de 1882, no *Globo*. Através dessa polêmica, a propósito, apesar de ter sido em tons amenos, dá para notar a rapidez com que esses homens elaboravam argumentos e se defendiam, como ressaltado na primeira parte desse estudo.

exatíssima de Portugal”.²¹² Mas qual a razão, questiona, da diferenciação do português em relação ao brasileiro e afirma: “por efeito do **meio físico** principalmente, diz o Dr. Araripe Júnior. Por efeito das **raças com que ele tem cruzado**, digo eu, e parece-me que mais acertadamente”.²¹³ O meio físico, para Romero, apesar de ser um fator importante – como vimos mais acima, estava entre os seus cinco fatores formadores do brasileiro –, não era o principal. Na sua visão, a humanidade já tinha dado provas de que o fator étnico se colocava mais importante que o meio, ou seja:

O que é que mantém a diversidade entre os povos que na Europa ocupam a mesma zona e o mesmo clima há muitos séculos? Será o meio idêntico entre muitos deles? Evidentemente são as suas qualidades étnicas e suas tradições históricas. [...] Os **meios** eram tudo para a humanidade primitiva e pré-histórica. Uma vez estabelecidas as raças históricas, uma vez entrados, como estamos, nos tempos atuais, os povos não são mais o juguete dos climas. [...] Em nossa história o fator permanente, nos quatro séculos que já percorremos, tem sido o **português**. Em sua passagem para o **brasileiro**, é ainda um elemento etnológico – é à **mestiçagem** que vamos pedir explicação do fenômeno. O clima fica em segundo plano.²¹⁴

E conclui, por se tratar de seu amigo, que suas observações eram “*sine ira et studio*” e que se Araripe Júnior escrevesse uma história da nossa intelectualidade seria muito vantajoso para as nossas letras, pois através da “diversidade de interpretações e comentários é que há de sair a futura concepção da individualidade nacional em literatura”.²¹⁵ Impressões bem diversa daquelas do nosso Sílvio Romero polemista!

Uma semana depois desses escritos, Araripe volta à *Gazeta da Tarde*, agradece as palavras corteses de Romero e retoma a discussão. Afirma que Romero desviou a discussão para uma questão que não havia proposto, ou seja, ao dizer “que o **meio físico** não tem essa importância que lhe [queria] dar, tendo sido agente primordial apenas quando as raças se formaram”.²¹⁶ De acordo com Araripe, o nosso autor confundiu a “ação mais ou menos direta do clima nos períodos geológicos com a ação complexa de hoje”. O meio, como agente de diferenciação, assevera o estudioso cearense, continua a atuar poderosamente. E, nesse sentido, “o meio obra por duas maneiras, – ação e reação. Por causa do meio surge a raça; a raça modifica o meio; o meio modificado reage já de modo diferente sobre o modificador. E

²¹² Cf. ROMERO, Sílvio. A História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. p. 116.

²¹³ Ibid., p. 117. (grifo do autor)

²¹⁴ Ibid., p. 117. (grifo do autor)

²¹⁵ Ibid., p. 117.

²¹⁶ ARARIPE JÚNIOR. O Dr. Sílvio Romero e o Seu Novo Livro [1882]. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**, p. 299. (grifo do autor)

assim ao infinito”.²¹⁷ Faz essa defesa do meio como fator primordial na formação do povo brasileiro e, tentando apontar semelhanças com Romero, se diz “certo de uma coisa, – que o autor da *Introdução* pensa da mesma maneira, isto é, – que o português, quando pisou no Brasil, foi logo condenado a ser substituído por alguma **novidade**”.²¹⁸

Depois dessa réplica de Araripe, que se estendeu por cinco artigos, Romero continua, e agora com mais ênfase, a defender a prioridade da raça. Declara que, em nossa história de quatro séculos, não sabia “que diferenças [tinha] o meio produzido no caboclo, no negro e mesmo no português”. Nas suas próprias palavras, “o que noto a olhos nus é o **mestiço**”. Este “é o brasileiro por excelência; é o agente em torno do qual faço mover a nossa história literária”. No mestiço “evidentemente influi muito mais o contato das raças do que a ação do clima”.²¹⁹ E sobre a questão lançada no final do artigo acerca do português, Romero, concordando até certo ponto com Araripe, afirma que

Hoje [o português] é um estrangeiro como outro qualquer. É mais estrangeiro ainda do que o próprio **negro da costa** e o próprio **mundurucu** das selvas; pois que estes ao menos não saem do país, não têm **gazetas** para nos insultar, nem levam os nossos capitais para comê-los fartamente nas **quintas** da Beira ou do Minho. [...] temos o sagrado dever de extirpar os últimos alicerces da ação portuguesa neste país, acabar com a escravidão, legado vil que nos deixou, e reduzir a nada a influência nociva que ainda hoje exerce em alguns círculos da vida nacional.
Mais tempo, menos tempo, atingiremos o alvo.
Não devemos sonhar um Brasil negro, um Brasil caboclo, nem tampouco um Brasil **maroto**...²²⁰

Tanto nos escritos sobre Martius quanto nesses sobre Araripe Júnior, que foram, inclusive, reproduzidos na *História da Literatura Brasileira*, bem como naqueles estudos sobre o romantismo, anteriormente citados, em que sustenta ser o indianismo um falseamento do espírito nacional, o que estava em jogo, por certo, era a defesa de sua teoria sobre o caráter do povo brasileiro, ou melhor, a sua teoria do mestiçamento. Propondo que o ponto de vista etnológico era a base fundamental de nossa história, Romero criou a sua famosa teoria do mestiçamento e advogou em favor desse princípio durante quase cinco décadas de vida intelectual, pois acreditava que, ao desenvolver esses estudos etnográficos, acima expressos, estava revelando o legítimo espírito do povo brasileiro. Do ponto de vista que aqui nos interessa, essa sua teoria pode ser tomada como uma espécie de tradução da sua forma de

²¹⁷ ARARIPE JÚNIOR. O Dr. Sílvio Romero e o Seu Novo Livro. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**, p. 300.

²¹⁸ Ibid., p. 301. (grifo do autor)

²¹⁹ ROMERO, Sílvio. Ainda a História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, p. 129. (grifo do autor)

²²⁰ Ibid., p. 130. (grifo do autor)

pensar. Tradução, porque ela não só foi sempre ponto central de seus estudos, mas principalmente porque nela as idéias de luta e afirmação, tão caras a Romero, encontram-se diluídas, nomeadamente no que diz respeito à sua concepção de mescla de raças como um combate intenso para a formação do tipo brasileiro. Daí a nossa argumentação de que o discurso polêmico e a necessidade de afirmação – sempre presentes e constitutivos das leituras de Sílvio Romero sobre a sociedade brasileira – estiveram sustentados pela teoria evolucionista.

Movido, pois, pela embriaguez da polêmica, o autor acreditava que o povo brasileiro, em sua essência, já tinha uma identidade e uma forma e que era hora de lutar por seu lugar na história e na política do mundo, isto é, propunha que, em um país como o nosso, “ainda novo, sem tradições bem formadas, sem coesão social bem compacta, nunca é demais insistir sobre o seu caráter popular e histórico”.²²¹ Para o pensador sergipano, o espírito brasileiro, bem ao gosto dos românticos alemães, era “alguma cousa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente”;²²² era “uma espécie de expoente da alma de um povo, [era] um produto do tempo, um produto da história”.²²³ Classifica, partindo dessa definição, o episódio da expulsão dos holandeses em Pernambuco,²²⁴ como o primeiro acontecimento da nossa história em que se nota despertar o espírito nacional, em que “um certo sentimento de pátria já então irrompia do seio das populações brasileiras”. Esse episódio foi tomado pelo autor como uma espécie de exemplificação de sua teoria da miscigenação, pois nele “as três raças achavam-se representadas em seus respectivos heróis: os **brancos** em Barreto de Menezes²²⁵, os **índios** em Camarão,²²⁶ e os **negros** em Henrique Dias²²⁷. Além disso, “já era real também a existência do **mestiço** representado em Calabar²²⁸, – o espírito mais inteligente do seu tempo”.²²⁹

²²¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 919-920.

²²² *Ibid.*, p. 145.

²²³ *Ibid.*, p. 819

²²⁴ Os holandeses ocuparam Pernambuco, mais precisamente Olinda e Recife, a maior região de produção açucareira, entre os anos de 1630 a 1654, data da expulsão dos últimos holandeses do Brasil. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. [1975]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

²²⁵ Francisco Barreto de Menezes, militar e administrador colonial português, foi escolhido para comandar as tropas luso-brasileiras na Insurreição Pernambucana que expulsou do Nordeste os holandeses.

²²⁶ Antônio Filipe Camarão, foi um indígena brasileiro da tribo potiguar, que participou como voluntário na reconquista de Olinda e do Recife. À frente dos guerreiros de sua tribo organizou ações de guerrilha que se revelaram essenciais para conter o avanço dos holandeses.

²²⁷ Henrique Dias, filho de escravos africanos libertos, nasceu em princípios do século XVII, na Capitania de Pernambuco e ofereceu-se como voluntário para lutar contra os holandeses, tendo recrutado um grande efetivo de africanos oriundos dos engenhos conquistados pelos invasores.

²²⁸ Domingos Fernandes Calabar, mulato, foi aliado dos holandeses durante a invasão ao Recife.

²²⁹ ROMERO, Sílvio. Síntese Retrospectiva. O Momento Atual. In: _____. *Literatura, História e Crítica*, p. 106. (grifo do autor)

Nessa busca pela nacionalidade brasileira, que, como é sabido, não era um esforço individual do autor, Romero proclamava os escritores nacionais à luta. Na sua ótica, os letrados nacionais deveriam assumir o papel de mostrar a toda a sociedade algumas verdades que até então não tinham sido apresentadas, com a finalidade de proporcionar um futuro melhor para o nosso povo – uma espécie de ação das letras para alterar o futuro. Todo homem que empunha uma pena no Brasil tem por obrigação esclarecer e anunciar verdades à nação, “se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo”.²³⁰ Assim sendo, manifesta:

Ser escritor, especialmente em nosso tempo de luta e movimento, não é garatujar em segredo tiras de papel e as ir acumulando nas gavetas, nas pastas ou aos cantos da casa; **ser escritor é perseguir um ideal, é traçar um plano de jornada e ir por ele em fora, é defender uma causa, é ter o instinto da combatividade literária e científica sempre alerta; ser escritor é essencialmente ser um lutador** sempre na brecha no meio de seu grupo, de seus camaradas, dando a mão aos que desfalecem, sem arredar a arma da face do inimigo.

Cada livro, cada opúsculo, cada brochura, que se publicam, são outros tantos atos, outras tantas ações da grande peleja.²³¹

E foi com essa vontade que Sílvio Romero se dedicou às letras nacionais, tanto que asseverava que queria que sua *História...* fosse “um protesto, um grito de alarme de **são brasileiro**, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”.²³² A história literária de um povo deveria ter por missão penetrar no ideal das nações para surpreender-lhe a vida subjetiva e, por isso, o seu fito não era escrever um dicionário biográfico de brasileiros ilustres, mas sim “fazer a história do pensamento brasileiro, individualizado, encarnado nos seus mais dignos **representative men**”.²³³

Essa necessidade de lutar, resguardar seus princípios e reagir a qualquer ameaça, para finalizar, foi fomentada, por vezes, por um sentimento de perseguição. Sílvio Romero, em seus trabalhos, sempre buscou dar a entender a existência de uma espécie de perseguição à sua obra e à sua pessoa por parte de alguns escritores nacionais. Na *História da Literatura Brasileira*, por exemplo, destaca que as “calúnias, injúrias e descomposturas, que lhe começaram a atirar desde que pela vez primeira, em princípios de 1870, na *Crença* do Recife, publicou um artigo de crítica, não deixaram mais de o visitar no correr dos muitos meses e muitos anos, que desde então se têm seguido”.²³⁴ Anos antes, em *O Naturalismo em*

²³⁰ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, p. 36.

²³¹ *Ibid.*, p. 1341. (grifo nosso)

²³² *Ibid.*, p. p. 919. (grifo nosso)

²³³ *Ibid.*, p. 866. (grifo nosso)

²³⁴ *Ibid.*, p. 33.

Literatura, reclamava que “não é de balde que se é atacado, repellido, vilipendiado, e, pelo que me toca, estou sempre disposto a reclamar o meu quinhão de insultos, de motejos, de descomposturas...”.²³⁵ Em *Minhas Contradições*, seu último trabalho, declara que esse livro era um “desabafo justíssimo de um homem sempre molestado pelas molecagens de zoilos perversos ou impertinentes”.²³⁶

José Veríssimo, seu arqui-rival, igualmente ressalta a presença nos estudos de Sílvio Romero de um “sentimento de que é perseguido”, ou seja, “em toda a discordância das suas opiniões, em toda a discrepância do que julga ser a sua doutrina, em toda a crítica da sua obra”, o pensador sergipano sempre vê um propósito firme de que está sendo atacado pessoalmente, diminuído ou contestado. Veríssimo nos conta, por exemplo, que pelo fato de ele e Araripe Júnior terem, em seus textos, considerado Varnhagen o criador da história de nossa literatura, sem fazerem alusões a Romero ou a qualquer uma de suas concepções, este último se condeou e logo se armou. Escreveu, continua Veríssimo, que “era de notar a insistência com que estes dois críticos, com evidente preocupação andam a proclamar ‘Varnhagen o criador da história da literatura brasileira’”. Para o autor da *História da Literatura Brasileira*, de 1916, o pensador sergipano tinha uma enorme obsessão em achar que todos estavam escrevendo sobre ele, para ele ou a despeito de seus princípios. E, em tom irônico, pondera “se não se emenda, é um candidato ao delírio de perseguição”.²³⁷

Mania de perseguição que se explica, de certa forma, pela necessidade que Romero tinha de sempre colocar em pauta o seu nome. José Veríssimo chegou mesmo a falar em uma espécie de “masturbação intelectual”, pois nunca conheceu nenhum autor que se tenha citado tanto: “difícilmente se lhe encontrará uma página em que Sílvio Romero não cite a Sílvio Romero”.²³⁸ Do mesmo modo, Rangel Paio, contemporâneo na Faculdade de Direito do Recife, relembra o gosto que Romero tinha em mostrar-se nos dias de sabatina aos colegas e aos mestres, gerando uma enorme antipatia entre seus colegas.²³⁹ Sílvio Romero, ao que tudo indica, não continha sua vaidade, ainda que não admitisse tê-la, e nem renunciava aos prazeres de falar de si a qualquer propósito. Poderíamos citar, nesse estudo, um sem-número dessas passagens, mas fica aqui um extrato da *História da Literatura Brasileira*, em que apresenta a “Escola do Recife”:

²³⁵ ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*, p. III.

²³⁶ Id. *Minhas Contradições*, p. 7.

²³⁷ VERÍSSIMO, José. *Que é literatura?* E outros escritos, p. 244.

²³⁸ Ibid., p. 241.

²³⁹ Cf. PAIO, Rangel apud RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*, p. 53.

Nos sucessos que vou narrar pode ser que entre os nomes dos obreiros, que então tanto trabalharam por dar lustre a este país, haja uma vez por outra de aparecer o meu censurado nome.

Podê-lo-ia calar, mas não o farei, não por vaidade, que não tenho, sim em resposta indispensável a uma crítica que me não dá tréguas, que se gloria de atacar-me.

O ódio que me vota é em grande parte oriundo da justiça que tenho ousado fazer a ilustres escritores das províncias que ela, a crítica mesquinha, quisera sempre conservar em completa obscuridade, e não pôde; **porque eu não deixei!...**²⁴⁰

Terminada aqui essa breve apresentação de Sílvio Romero e de seu tempo, cumpre, pois, mais uma vez, mencionar que a luta, a disputa, a afirmação e a defesa sempre fizeram parte do repertório romeriano e modelaram, em grande parte, a sua idéia de Brasil e de povo brasileiro. José Veríssimo, nesse sentido, dizia que toda a sua obra era de polêmica, pois esta era a sua característica dominante: ser um polemista. Para Veríssimo, “fazendo história ou crítica literária, política ou filosofia, escrevendo ou conversando [...] o Sr. Sílvio Romero é um polemista”.²⁴¹ O próprio Romero fazia questão de confessar que o “espírito de combatividade” era o seu “amparo e leal companheiro na vida”.²⁴²

É verdade, por fim, que esses qualificativos marcaram a sua obra, que Sílvio Romero muito combateu, muito se defendeu e que muitas vezes suas preferências conduziram sua análise. Todavia, é verdade também que, nesse afã de escrever com a pena da luta, para a afirmação de seus princípios, de seu nome na intelectualidade brasileira e de seu país, o pensador sergipano concebeu uma obra que se tornou referência para se pensar o Brasil, a sociedade brasileira e, especialmente, as idiossincrasias do pensamento do final do século XIX.

²⁴⁰ ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, p. 1182. (grifo nosso)

²⁴¹ VERÍSSIMO, José. O Positivismo no Brasil. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**, 1ª série, p. 67.

²⁴² ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **Autores Brasileiros**, p. 108.

Considerações Finais

No efervescente cenário cultural do final do século XIX, como procuramos mostrar, a polêmica foi tomada pelos letrados como a forma mais profícua para o debate intelectual sobre a sociedade brasileira e sobre a construção da história da nação, tendo se tornado um meio de interação, apresentação e auto-afirmação desses homens no palco das letras. Em uma sociedade que estava dando os primeiros passos rumo à modernização, com uma imprensa se firmando, uma população de mais de 70% de analfabetos e uma literatura, como nos lembra José Veríssimo, “de poucos, interessando a poucos”, a disputa para se fazer prevalecer apresentou-se indispensável. Nesse afã, o discurso evolucionista serviu como uma justificativa científica e uma fonte de inspiração para os debates e disputas. Através das polêmicas, abundantemente geradas, os letrados lutaram por suas idéias, por seus grupos e pela “sobrevivência” na cena da literatura e do jornalismo. Assim, de acordo com os preceitos científicistas, a violência dos confrontos intelectuais foi entendida como uma aplicação, no mundo das letras, da lei da “seleção natural”. Uma espécie de “darwinismo da crítica”, cujo objetivo era eliminar, no campo das letras, os mais fracos e inaptos pelos mais fortes e aptos. Nesse “darwinismo da crítica”, a polêmica apareceu como um instrumento para depurar o meio e eliminar aqueles que estorvavam o caminho para o progresso.

Nessa atmosfera de *struggle for life*, Sílvio Romero se apresentou como um dos homens que mais defendeu seu lugar, seus amigos e seus pontos de vistas e o fez, em grande parte, afirmando o lugar do Brasil, do povo brasileiro e de nossa literatura frente ao mundo “civilizado”. Propondo que o ponto de vista etnológico era a base fundamental de nossa história, Romero criou a sua famosa teoria do mestiçamento e advogou em favor desse princípio durante quase cinco décadas de vida intelectual, pois acreditava que, ao desenvolver seus estudos etnográficos, estava revelando o legítimo espírito do povo brasileiro. Como carro chefe de seus objetivos, a teoria do mestiçamento traduziu as idéias de luta e afirmação, tão caras a Romero, nomeadamente no que diz respeito à sua concepção de mescla de raças como um combate intenso para a formação do tipo brasileiro. Daí a nossa argumentação de que o discurso polêmico e a necessidade de afirmação – sempre presentes e constitutivos das leituras de Sílvio Romero sobre a sociedade brasileira – estiveram sustentados pela teoria evolucionista. Por isso, vale aqui lembrar sua afirmação de que “ser escritor é essencialmente ser um lutador”.

Sílvio Romero movido, portanto, pela embriaguez da polêmica, deu uma solução para o problema que se colocava em sua época acerca da formação do caráter nacional e

apresentou, dentro das possibilidades do seu tempo, uma definição do brasileiro. Essa definição encontra-se mais acabada na *História da Literatura Brasileira*, que, cinco décadas depois do seu lançamento, merecerá de Gilberto Freyre o seguinte comentário: esta obra é um desses livros “que protegem um povo contra a agressão e contra o desânimo, como se fossem fortalezas e, ao mesmo tempo, igrejas”. Um livro que se levanta “contra os que descrêem dos valores nacionais de cultura e contra os que agridem esses valores por considerá-los perniciosos ou maus”. Em suma, o que Sílvio Romero nos deixou, segundo Freyre, “foi a afirmação do nosso poder de desenvolver uma literatura diferente da portuguesa. Uma literatura reflexo da nossa cultura mestiça e expressão da nossa condição de americanos”. Se Sílvio Romero, entorpecido como sempre estava pela própria vaidade, tivesse lido esse panegírico de Gilberto Freyre, certamente acreditaria que sua anunciada missão, de afirmação do Brasil, do povo brasileiro e não menos de seu nome no cenário intelectual brasileiro daquele tempo, estava concretizada.

Ao apresentarmos a polêmica como um traço estruturante nos escritos dos letrados do final do Oitocentos e mostrar como ela traduziu a forma de pensar de Sílvio Romero sobre a história do Brasil, não foi possível explorar mais minuciosamente os preceitos teóricos que alimentaram as práticas culturais vigentes naquela época. Apesar de termos explorado um pouco do papel que o discurso evolucionista, na vertente spenceriana, exerceu nos trabalhos de Sílvio Romero, um maior detalhamento das teorias científicas, as formas como foram apropriadas e atualizadas na construção das histórias literárias brasileiras e, ainda, o lugar que ocupou na constituição do cenário intelectual do terceiro quartel do século XIX – pontos centrais para se entender os homens de letras desse tempo, seus escritos e suas práticas sócio-culturais – terão de ficar para um trabalho futuro.

Bibliografia

1. Textos de Época

ARARIPE JÚNIOR, T. A. Gregório de Matos [1893]. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, Vol. 2.

_____. Movimento Literário do Ano de 1893. [1894] In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, Vol. 3.

_____. O Dr. Sílvio Romero e o Seu Novo Livro [1882]. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, Vol. 1.

_____. A. Semana Literária [1882]. In: _____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, Vol. 1.

_____. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, 3 vols.

_____. Sílvio Romero Polemista [1898-1899]. In: _____. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história** (seleção e apresentação de) Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 322.

AZEREDO, Magalhães. **Homens e Livros**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livrerie-Editor, 1902.

A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”. Introd. José Aderaldo Castello. São Paulo: FFLCH/Seção de Publicações, 1953.

BARBOSA, Januário da C. **Parnaso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1829-1832.

BARRETO, Lima. **Feiras e Mafuás** [1922]. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 172.

BEVILÁQUA, C. **Épocas e Individualidades** – estudos literários. 2ª ed. emendada. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livrerie-Editor, 1888.

_____. **História da Faculdade de Direito do Recife**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927.

BRANCO, C. Castelo. Cancioneiro Alegre [1879]. In: BUENO, A. e ERMAKOFF, G. (org). **Duelos no Serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

BRITO, Chrysanto de. Sylvio Romero (Resenha Synthetica). In: ROMERO, Sílvio. **Discursos**. Porto: Livraria Chardron, 1904.

CAMPOS, Humberto de. **Antologia da Academia Brasileira de Letras**. Trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1928.

COELHO NETO. **A Conquista** [1899]. [S.L.]: Virtual Books, 2003. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/a_conquista.htm>. Acesso em: 05 mar. 2007.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies** [1859]. Trad. John Green. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu Tempo** [1938]. 2ª edição. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, Vols. 3, 4 e 5.

GUIMARÃES, Arthur. **Sylvio Romero de Perfil**. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza, 1915.

LABIENO (Lafayette Rodrigues Pereira). **Vindiciæ**. O Sr. Sylvio Romero crítico e philosopho [1899]. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1934.

LAET, Carlos de. O Cancioneiro Alegre de Camilo Castelo Branco [1879] In: BUENO, A. e ERMAKOFF, G. (org). **Duelos no Serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

MACEDO, Joaquim M. de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Ediouro - Grupo Coquetel, s/d.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Crônicas [1859-1888]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 22.

_____. Ideal do Crítico [1865]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 29.

_____. Instinto de Nacionalidade [1873]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 29.

_____. A Nova Geração [1879]. In: _____. **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955. Vol. 29.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Estudo Preliminar. In: **Revista Niterói**. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo Primeiro.

_____. Filosofia da Religião. Sua Relação com a Moral, e Sua Missão Social. In: **Revista Niterói**. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1978, Tomo Segundo.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Polêmicas**. Paulo de Medeiros e Albuquerque (org.). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

_____. **Quando eu era vivo...** Memórias 1867 a 1934 [1942]. 2ª ed. póstuma e definitiva. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Livraria do Globo, 1945.

MENEZES, Raimundo de. **A Vida Boêmia de Paula Nei**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação** [1895]. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1970.

QUEIROZ, Eça de. O Jornal e a Imprensa [1900]. In: **Homens e Idéias do Século XIX**. Org e Pref. de Vianna Moog. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, 1936.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. In: **Revista Minerva Brasiliense**, I, 1843.

RIO, João. A Alma Encantadora das Ruas [1908]. In: _____. **João do Rio**, uma antologia. Luís Martins (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

RIO, João. O Charuto das Filipinas [1909]. In: _____. **João do Rio**, uma antologia. Luís Martins (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

_____. **Momento Literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?], p. 45.

ROMERO, Sílvio. A Filosofia no Brasil [1878]. In: **Obra Filosófica**. Introd. e Sel. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/São Paulo: Edusp, 1969, p. 57.

_____. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna [1880]. In: _____. **Literatura, História e Crítica** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. A Poesia Contemporânea [1878]. In: _____. **Literatura, História e Crítica**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. A História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Ainda a História da Literatura Brasileira e o Dr. Araripe Júnior [1882]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. **Compêndio de História da Literatura Brasileira** [1906], por Sílvio Romero e João Ribeiro. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.

_____. Da Crítica e sua Exata Definição [1909]. In: _____. **Literatura, História e Crítica**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Doutrina contra Doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil [1894]. In: _____. **Obra Filosófica**. Introd. e Sel. Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

_____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. **Estudos Sobre Poesia Popular no Brasil** [1889]. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História da Literatura Brasileira** [1888]. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. 5 v.

_____. Leônidas e Sá [1894]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Literatura Brasileira por Valentim Magalhães [1896]. In: _____. **Autores Brasileiros**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira [1897]. In: _____. **Autores Brasileiros**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa)

ROMERO, Sílvio. Movimento Espiritual do Brasil no Ano de 1888 [1889]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. **Novos Estudos de Literatura Contemporânea**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

_____. O Brasil Social de Euclides da Cunha. In: _____. **Realidades e Ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes; Aracajú: Governo do Estado de Sergipe, 1979. (Dimensões do Brasil; 14).

_____. O Marques de Pombal e a Civilização Brasileira. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. **O Naturalismo em Literatura**. São Paulo: Typografia da Província de São Paulo, 1882. (Edição da Luta).

_____. O Romantismo no Brasil [1880]. In: _____. **Literatura, História e Crítica** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa).

_____. O Sr. Artur Guimarães e seu Novo Livro [1904]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. **Outros Estudos de Literatura Contemporânea** [1905]. Lisboa: Tip. De A Editora, 1905.

_____. **Passé Recebido**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

_____. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. Sel. e introd. Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

_____. Síntese Retrospectiva. O Momento Atual. In: _____. **Literatura, História e Crítica**. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Valentim Magalhães [1884]. In: **Autores Brasileiros** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa)

_____. Vista Geral Sobre a Escola Literária do Recife [1880]. In: _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**, Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. Zeverissimações Ineptas da Crítica: repulsas e desabafos [1909]. In: _____. **Autores Brasileiros** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa)

SILVA, J. N. de Souza e. **História da Literatura Brasileira e Outros Ensaios**. Org. e Apres. Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor, 2002.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira** [1876]. [S. L.]: Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000061.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

TAUNAY, Visconde de. **Filosofia e Crítica** (Impressões e Estudos). São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional** [1906]. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (novas Perspectivas, 14)

_____. A Literatura Provinciana. In: _____. **Que é literatura?** E outros Escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001.

_____. Das Condições de Produção Literária no Brasil [1900]. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 3ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1977.

_____. **História da Literatura Brasileira** [1916]. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

_____. **Estudos Literatura Brasileira** [1901]. 1ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 92.

_____. O Positivismo no Brasil, sobre *Doutrina contra Doutrina* do Sr. Sílvio Romero [1895]. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 1ª Série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

_____. O que Falta a Nossa Literatura. In: _____. **Estudos de Literatura Brasileira**. 2ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1977.

_____. **Que é literatura?** E outros Escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001.

_____. Sobre Alguns Conceitos de Sílvio Romero [1906]. In: _____. **Que é literatura?** E outros Escritos. São Paulo: Landy Editora, 2001.

2. ESTUDOS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura Letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias da Leitura).

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORA, Antônio. S. **História da Literatura Brasileira** (Séculos XVI-XX). Lisboa: Ática Limitada, 1961.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1987.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil – 1900**. 2ª Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960. (Coleção Documentos Brasileiros).

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (org). **Duelos no Serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

CAIRO, L. Roberto. **O Salto por Cima da Própria Sombra**: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura. São Paulo: Annablume, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos** [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, 2 vols.

_____. **Literatura e Sociedade** [1965]. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. **O Método Crítico de Sílvia Romero** [1945]. São Paulo: Edusp, 1988.

CARPEAUX, Otto. M. **Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira**. Ministério da Educação e Saúde, 1951.

CARVALHO, J. Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 9ª ed., 1953.

CASTELLO, J. Aderaldo. **A Literatura Brasileira: origens e unidades (1500-1960)**. São Paulo: Edusp, 1999. 2 v.

CHEDEIAK, Antonio. J. **Carlos de Laet, o polemista**. 1ª série. São Paulo: Editora Anchieta Limitada, 1942.

COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos** [1979]. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da Uneso, 1999.

COUTINHO, Afrânio. A Crítica Naturalista e Positivista. In: _____. **A Literatura no Brasil**. Realismo-Naturalismo-Parnasianismo [1955]. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americano S. A., Vol. 3, 1969.

_____. **A Literatura no Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF -Universidade Federal Fluminense, 1986, 6 v.

_____. **A Polemica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

_____. **A Tradição Afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.

_____. (org.). **Caminhos do Pensamento Crítico**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

_____. **Da Crítica e da Nova Crítica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1957.

_____. **O Conceito de Literatura Brasileira** (Ensaio). Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

_____. **Introdução à Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 12ª ed., 1976.

DURANT, Will. **A Filosofia de Herbert Spencer**. (Os Grandes Filósofos). Trad. Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro: Ediouro, [n/d].

ELEUTÉRIO, M. de Lourdes. *Imprensa a Serviço do Progresso*. In: In: MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo : Edusp, 2v.

FRANÇA, J. M. Carvalho. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 6ª ed., 1950, 2 vols.

_____. **Ordem e Progresso** [1959]. 6ª Ed. São Paulo: Global, 2004, (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 3).

_____. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª ed., 1951, 3 vols.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 22ª ed., 1987.

GUIMARÃES, Manuel L. S. "Nação e projeto de uma história nacional". In: **Estudos Históricos**. nº 1: caminhos da historiografia. Rio de Janeiro: 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil** (sua história). São Paulo T. A. Queiroz, Editor/Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HOLANDA, S. Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972, Vol. 5.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 7ª ed., 1973.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LEITE, D. Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia**. 4a. ed. Intr. Alfredo Bosi. São Paulo: Pioneira, 1983.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.

LUCA, Tânia R. de. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In: MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. 2a ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977-1978. Vols. 3 e 4.

_____. **Interpretações** (Ensaio de Crítica). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras** (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930). São Paulo: Edusp, 1973.

MARTINS, A. Luiza; LUCA, Tânia R. de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, I. Rohloff. de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MELLO, E. Cabral de. **Olinda Restaurada** – guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. [1975]. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MENDONÇA, C. Sússekind de. **Sílvio Romero**, de Corpo Inteiro. Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

_____. **Sílvio Romero**. Sua Formação Intelectual (1851-1880). São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938. Brasileira. Série 5ª. Vol. 114.

MICELI, Sérgio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha**: estudo clínico dos anatólios. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOTA, M. A. Rezende. **Sílvio Romero**: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NAXARA, M. R. Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **Estrangeiros em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PAIM, Antonio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

PIZARRO, Ana. (org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. v 2. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. (Emancipação do Discurso).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. Colônia e Império. São Paulo: Editora Brasiliense, 16ª ed., 1988.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 19ª ed., 1986.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 32ª ed., 1985.

PRISCO, Francisco. **José Veríssimo**: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 43).

RODRIGUES, J. P. Coelho de Souza. **A Dança das Cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

ROMERO, Nelson. **A história da literatura brasileira na terceira edição**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

SALDANHA, Nelson. **A Escola do Recife**. 2ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SCHWARCS, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criações culturais na Primeira República. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maurício. **O Sorriso da Sociedade**: Literatura e academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920). 2001. 299 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SKIDMORE, Thomas. A agonia de um nacionalista frustrado: Sílvio Romero. In: _____. **Preto no Branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson. W. **História da Literatura Brasileira**. Seus Fundamentos Econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª ed., 1976.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras**: literatura, técnicas e modernização no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____; DIAS, T (orgs.). **A Historiografia Literária e as Técnicas de Escrita**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa/ Vieira e Lente, 2004.

TÁTI, Miecio. **Estudos e Notas Críticas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 53-80.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. História e Crítica em Sílvio Romero. In: MALLARD, Letícia et. al. **História da literatura**: ensaios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 42

WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**. 1979. 330 f. Tese (Livre-Docência em História Ibérica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.